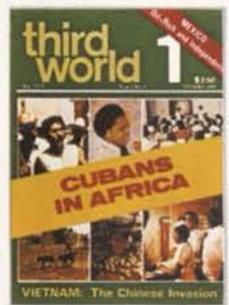


cadernos do

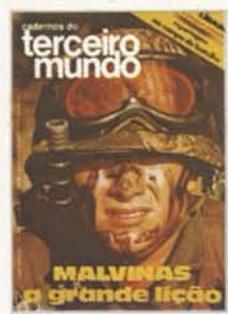
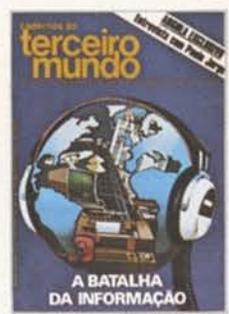
terceiro mundo

AFRICA DO SUL
Revolta
contra o apartheid

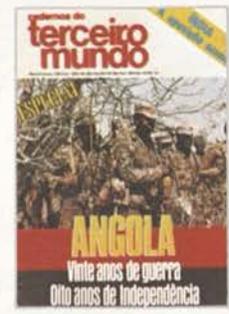
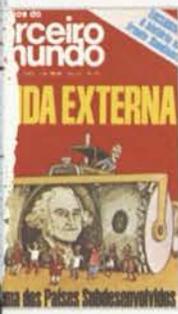
Mensal • Outubro - 1984 • Esc 100 • Kz 65 • MT 80 • PG 80 • CV 80\$ • Cr\$ 2.000 • Ano VII • Nº 70



1974-1984



Uma luta de dez anos



nós
ta
s
e a
mas,
que
res,
to e
ro
ora,
no
os,
o
um
ão
rte

Ao Serviço da Reconstrução Nacional

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

TAAZ



Angola,
terra da liberdade.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bisso
Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro – Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
Tricontinental Editora Lda[®]
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-19
tel. 320650 1200 Lisboa
telex 42720 CTM TE P
Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82.

Edições em português

ANGOLA – CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU – MOÇAMBIQUE
PORTUGAL – S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Guomar Belo Marques

Revisão
Estevam Reis
Paginação
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas, Miguel Efe
Documentação e Arquivo
Cristina Assis

Serviços Comerciais
José C. Figueiredo
Publicidade
José Ferreira
Cristina Campos
Maria João Macedo

Composição e Impressão
Gráfica Europam
Representantes

Angola
Luís Henriques, C. P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Administração
Marinete Silva
Secretário de Redacção
José C. Gondim
Revisão
Cláudia Guimarães
Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Macário Costa
Divulgação
Henrique Menezes
Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 – CEP 05033
Telex: (011) – 23059

Horacio Verbitsky
Uruguay, 560/59/55
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Mata
Casilla 16637 – Correo 9
Providencia – Santiago, Chile

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Lda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

editora terceiro mundo lda.
Rua da Glória, 122 – grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP. 20.241 – Rio de Janeiro – RJ
Registo na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registo no INPI nº 013.539
Registo no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 – P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A – Coyocacán
México, 21 DF – telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal 20 572
México, 20. DF

BOLÍVIA – CHILE – COLÔMBIA
EQUADOR – PERU – VENEZUELA

(Edição andina)
Publicada por DESCO: centro de Estudios
y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru – Teléfono: 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS – CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal 20.572 b – México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,
Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center,
Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L.,
Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:
Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da
Silva, 907 – Rio de Janeiro. CABO VERDE:
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de
Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto –
The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St.
West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Su-
américa Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá.
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,
Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Cór-
dova 601 y Menduburo, Guayaquil – RAYD
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.
205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-
590. Reg. Sendip Pex. 1258. EL SALVA-
DOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle
Paniente 1030, San Salvador – El Quijote,
Calle Arca 708, San Salvador. ESTADOS
UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ar-
mitage Ave., Chicago, Illinois – New World
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago,
Illinois – Librería Las Américas, 152
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 –
Third World Books, 100 Worcester St., Bos-
ton, Mass 02118. – Librería del Pueblo,
2121 St. New Orleans, LA 70130 – Papyrus
Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,
New York, N. Y. 10025 – Tom Mooney
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-
co, CA 94110 – Book Center, 518 Valencia
St., San Francisco, CA – Red and Black,
4736 University Way, Seattle – Groundwork
Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,
La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de
Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des
Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: La-
tin American Book Shop, 29 Islington Park
Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento
de Edição-Difusão do Livro e Disco,
Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA:
Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amster-
dam. HONDURAS: Librería Universitaria
"José Trinidad Reyes", Universidade Autô-
noma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA:
Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60,
Roma – Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma
– Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma
– Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO:
CO: Unión de Expendedores y Voceadores
de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F.
– Distribuidora Sayrols de Publicaciones,
S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,
D. F. – Librerías México Cultural, Mier y Pe-
sado No. 128, México 12, D. F. – Metropolita-
na de Publicaciones, Librería de Cristal e
100 livrarias em todo o país. MOÇAMBI-
QUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave.,
Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA:
IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicará-
gua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramella,
S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Dis-
tribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1,
PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia
Marín Esq. Ave González, Río Piedras – Pen-
samiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf.
Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚ-
BLICA DOMINICANA: Centro de Estudios
de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,
Santo Domingo – DESVIGNE, S. A., Ave
Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien
und Vertrieb GmbH, Osterstr. 30, 2800 Bree-
men. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de
Informação e Cultura Popular, SUÉCIA:
Wennergrens-Williams AB, S-10425, Stock-
holm. VENEZUELA: Publicaciones España-
las, S. A., Ave. México Lechosa a Pte. Brion,
Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-
vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Servic), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).



5 Cartas

7 Panorama Tricontinental

15 Editorial: Os nossos primeiros dez anos, Pablo Piacentini

Matéria de capa: Uma luta de dez anos

- 18 1974-1984: Um balanço, *Neiva Moreira*
20 Como são feitos os "cadernos"
30 Acender uma vela, *Roberto Remo*
33 Testemunhos de uma época, *Beatriz Bissio*

África

- 35 África do Sul: A nova revolta de Sharpeville, *Carlos Castilho*
39 Zimbábue: A opção socialista

América Latina

- 42 Argentina: Acordo sobre Beagle, *Horacio Verbitsky*
46 El Salvador: FMLN, o porquê da proposta de um governo provisório, entrevista com Rubén Zamora
51 Imigração: As pressões contra os latinos nos EUA, *Mark Fried*
55 Peru: Partidos tentam evitar o golpe, *César Arias Quincot*

Economia

- 58 A dívida externa e o armamentismo, *A. W. Singham*
62 Mário Murteira: A "utopia eficaz", *Carlos Pinto Santos*

66 Livros do 3º Mundo

69 Especial – O papel da esquerda judia na questão palestina, Beatriz Bissio

- 70 Israel: "Uma terra de duas nações"
75 O peso da opinião pública, entrevista com Judy Blanc
80 Bassam Shaaka: "O povo palestino já não tem mais tempo"

86 Índice remissivo

104 Humor de Mariano



Agostinho Neto entrevistado por "cadernos"



Luta de massas contra o "apartheid"



Pacifismo em Israel

• BENGUELA
Livraria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livraria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livraria Lunda
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livraria 17 de Setembro

• DONDO
Livraria 2 de Março

• GANDA
Livraria 1.º de Maio

• HUAMBO
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUILA
Livraria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livraria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livraria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livraria Anibal de Melo

• LOBITO
Livraria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livraria Daolinda Rodrigues

• MALANGE
Livraria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOXICO
Livraria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livraria Lutuima

• NEGAGE
Livraria Saïdy Mingas

• SOYO
Livraria Lundogi

• UÍGE
Livraria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livraria Sagrada Esperança

LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Descentralizar a informação no Uruguai

Sou um jovem estudante de jornalismo, curso recentemente criado no Uruguai. Junto com outros companheiros formamos uma pequena equipa jornalística na qual tentamos desenvolver uma actividade informativa no sentido de enfrentar, dentro das nossas possibilidades, um dos maiores problemas na área de comunicação no nosso país: a carência informativa das cidades e povoados do interior. Montevideo, a capital, centraliza todos os esforços informativos. (...) Pensamos montar um Serviço Independente de Correspondentes difundindo, como primeiro passo, um "semanário radiofónico" nas emissoras das principais cidades do interior. Existem cadeias de rádio e televisão que transmitem diariamente a sua informação a todos os cantos do país, mas de uma forma tal que os principais acontecimentos que indicam uma mudança social, uma reivindicação popular, aparecem deturpados ou, simplesmente, são omitidos. (...) Encontramos nos *cadernos* um material de imenso valor para a nossa informação, mas temos muita dificuldade em consegui-los. (...) Queremos solicitar-lhes, pois, o envio de informações sobre experiências como a que pensamos levar por diante aqui no Uruguai, realizadas noutros países.

Sérgio Daniel Sacomani — Montevideo — Uruguai.

Papel do papa na América Central

(...) Gostaria que *cadernos* falasse sobre o papel do papa João Paulo II nos assuntos da América Central, principalmente na Nicarágua. Ao que me parece, se não estou enganado, o papa João Paulo II parece que está mais de acordo com o terrorismo de Ronald Reagan na região. Reagan e o papa silenciam quando se mostra que as Honduras já estão dominadas pelos Estados Unidos, preferindo insistir em desviar a atenção de todos, dizendo que a Junta de Governo nicaraguense "é comunista".

Isaías Leite de Oliveira — São Paulo — SP — Brasil.

n.d.r.: O leitor poderá encontrar este tema na edição nº 69 de "*cadernos*".

Ouvir o Partido Blanco

Sou uruguaia e estou frequentando a faculdade de Comunicação Social a Brasil, o que não me impede de estar atenta aos factos que dizem respeito ao meu país, já que estou em contacto contínuo com ele. Portanto, sugiro que as entrevistas sobre o Uruguai não sejam feitas apenas com o general Líber Seregni, que preside a Frente Ampla. Seria de vital importância ouvir a opinião do Partido Blanco (Nacional) sobre a sua posição não-negociadora enquanto não for libertado o dirigente Wilson Ferreira Aldunate e o seu filho Juan Raúl.

Cristian C. Albornoz Lazo — Santa Maria — RS — Brasil.

n.d.r.: "*Cadernos*" publicou no nº 62 uma ampla reportagem sobre o Uruguai, contendo entrevistas com vários dirigentes do país, inclusive com Wilson Ferreira Aldunate.

Resistir à desinformação

Saudações fraternais à equipa de *cadernos* dos *Health Students for Social and Political Action* ("Estudantes de Saúde Pública para a Acção Social e Política") — um grupo de estudantes de medicina que se reúne para fazer estudos sociais e políticos, e trabalhar.

Precisamos de informação — informação não deturpada — a respeito das lutas no Terceiro Mundo e aprender com as experiências e dificuldades dos nossos irmãos terceiro-mundistas. Este tipo de informação é-nos negada. Pior ainda, as leis cambiais são feitas de forma tal que nós não podemos fazer assinatura de um jornal estrangeiro.

Numa tentativa de resistir a essa premeditada desinformação e ignorância imposta, recorremos a *cadernos* no sentido de obter material sobre a situação na América Central, do Sul e nas Caraíbas. Queremos mais informação sobre a importantíssima luta dos povos em El Salvador, Honduras e Costa Rica e sobre a criminosa intervenção do poder imperialista na região em nome da "democracia" — uma democracia baseada em assassinatos, ditaduras e no sequestro organizado de pessoas.

Yaw Amoateng — *Health Students for Social and Political Action* — Accra — Gana.

Imprensa alternativa

Gostaria que me informasse, se for possível, quais os números de *cadernos*, anteriores ao nº 43, que tratam do assunto *Imprensa Alternativa/Comunicação Popular*. Gostaria de saber também que outras publicações abordam as experiências em *Comunicação Popular*, preferencialmente no Brasil e na América Latina.

Abnel de Souza L. Filho — Porto Alegre — RS — Brasil.

n.d.r.: Sugerimos ao leitor a consulta do "*Índice remissivo*" publicado no número 50 de "*cadernos*", onde poderá encontrar uma relação completa dos textos sobre o tema saídos na nossa revista.

Deficiente formação académica

(...) Gostaria de vos transmitir as mais sinceras felicitações pelo trabalho que têm realizado em nome dos povos explorados do Terceiro Mundo, num momento em que a opressão imperialista toma corpo e tenta nos humilhar e subjugar cada vez mais, através dos "Cavaleiros do Apocalipse" da estirpe de Ronald Reagan. (...) Sou graduado em Psicologia pela Universidade Católica de Minas Gerais, e desde que me tornei tenho procurado levar uma prática profissional coerente com os anseios reais do povo brasileiro, mas o que se verifica é que a nossa formação académica acaba por nos afastar ainda mais desta realidade, levando o profissional a um impasse em relação a uma prática sadia e coerente da profissão.

Neoponézio G. de Oliveira — Belo Horizonte — MG — Brasil.

Minorias

Foi muito boa a matéria sobre o povo arménio, publicada no nº 56. Sugiro que sejam feitas outras reportagens semelhantes em relação aos curdos e aos bascos. Acho que seria muito importante fazer uma matéria sobre o País Basco (embora a Espanha não seja uma nação do Terceiro Mundo), já que os bascos só são lembrados pela grande imprensa quando se quer falar dos "terroristas da ETA".

Orlando Manoel de Oliveira — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.

Cartas

Intercâmbio

- **Manuel E. Rodrigues Henriques**
Rua do Aranca, 3115, Albergaria dos Doze — Portugal
- **Mário Souto**
C. P. 112 — Quelimane — Moçambique
- **Neto Jerônimo Nh. Chapepa**
Banco de Moçambique
Departamento de Rel. C/Estrangeiro
C. P. 480 — Beira — Moçambique
- **Luís Massambane Labo**
Banco de Moçambique
Serviços de Relações C/o Exterior
C. P. 480 — Beira — Moçambique
- **Lussufu João Taibo Mahomed**
C. P. 527 — Beira — Moçambique
- **João de Jesus Alves**
C. P. 2042 — Luanda — Angola
- **Emílio Alfredo**
C. P. 247 ou 556
Lubango-Hufla — Angola
- **Felisbino S. Joaquim (Maninho)**
Bº Rangel 8-Ra-88
Rua de Ambaka — C. P. 6043
Luanda — Angola
- **Adelina Solange Luciana**
C. P. 3204 — Luanda — Angola
- **Beatriz Joana da Fátima**
C. P. 2290 — Luanda — Angola
- **Sérgio Emanuel Alves Panacha**
Namibe — Angola Nova — Angola
- **Frederico Cajila António**
C. P. 175 — Luena Moxico — Angola
- **Tsana Marie-Jeanne**
C. P. 2951 — Luanda — Angola
- **Celestine Landu Solange**
C. P. 2141 — Luanda — Angola
- **Marceline Kena Teresa**
C. P. 3204 — Luanda — Angola
- **Alice Fátima Esperance**
C. P. 2290 — Luanda — Angola
- **Juliana Maria Kunda**
C. P. 2951 — Luanda — Angola
- **Isabel Francisca Rosa**
C. P. 2141 — Luanda — Angola
- **Alfredo Luís Roque**
C. P. 2155 — Luanda — Angola
- **Feliciano Pacheco**
C. P. 474 ou 995 — Malanje — Angola
- **Oscar Lima**
C. P. 85 — Luanda — Angola
- **José C. Manuel Filipe**
a/c Samuel S. Filipe — C. P. 571
Benguela — Angola
- **Luís Gabriel Viegas Branca**
a/c Eurico Gabriel — C. P. 33
Caluvu K. Sul — Angola
- **Valente João Viana**
C. P. 6363 — Luanda — Angola
- **Domingos Manuel Neto**
Rua A, Casa 65 — Bairro Tala-Hady
C. P. 18493 — Luanda — Angola

- **Manuel Pedro Neto**
C. P. 2236 — Luanda — Angola
- **Sebastião Domingos M. Francisco**
C. P. 6043 — Luanda — Angola
- **Antônio João Lende**
C. P. 1320 — Bairro Petrangol, 45
Luanda — Angola
- **Antônio Joaquim Martins "Kidis"**
C. P. 18584 — U. M. 96 — 96 (D)
Luanda — Angola
- **Luís Gonzaga**
Escola Nacional de Aviação Militar
C. P. 140 — Negage — Angola
- **Lucamba Magalhães "Rafael"**
C. P. 318 — Waku Kungo — Cela
Angola
- **Henrique José Nunes da Mata**
C. P. 5950 — Luanda — Angola
- **João Lombaxi Sebastião**
Rua da Cela, Bloco 19. Apto. A, r/c
Bairro Nelito Soares
Luanda — Angola
- **Fernando Tomás Francisco da Cruz**
Bairro Rangel, C-17 — C. P. 1227
Luanda — Angola
- **José Augusto Ferreira**
C. P. 1624 — Benguela — Angola
- **Luís Correia Neves**
C. P. 1195 — Benguela — Angola
- **Lulualu Mbala**
C. P. 1485 — Luanda — Angola
- **Arnaldo Manuel Alves Bento**
C. P. 6103 — Angola
- **Magalhães José Neto**
C. P. 1063 — Malanje — Angola
- **Neto António Dinda**
C. P. 18442 — Luanda — Angola
- **Manuel Correia Victor**
A/c de Jorge Camião — C. P. 272
UNTA — Provincial
Luanda — Angola
- **Francisco Rufino**
C. P. 3878 — Luanda — Angola
- **Fernando Del Pretti Cordeiro**
Rua Alvarez de Azevedo 130/503A
Icaraf — Niterói — RJ — CEP: 24230
Brasil
- **Everton Egues Tormann**
Rua Barão de Cotegipe, 448 — Rio
Grande do Sul — RS — CEP: 96200
Brasil
- **Jane Souza**
C. P. 2484 — Salvador — BA
CEP: 40000 — Brasil
- **Claudio Takechi Asada**
Rua da Granja, 504 — Vila Rio de
Janeiro — Guarulhos — São Paulo
SP — CEP: 07000 — Brasil
- **José B. da Silva**
Pça. Carlos Botelho, 45 — Itanhaém
SP — CEP: 11740 — Brasil
- **Kazuo Issayama**
C. P. 565 — Araçatuba — SP

- CEP: 16100 — Brasil
- **Sérgio Querino**
Rua Saldanha Marinho, 163 — Bairro
Caixa D'Água — Salvador — BA
CEP: 40000 — Brasil
- **Gino Arduini Neto**
Rua João Mariano, 193/202
Itanhaém — SP — CEP: 11740
Brasil
- **Suzane Rzepian**
Rua Maria Ortiz, 389 — Bairro
Campestre — Santo André — SP
CEP: 09000 — Brasil
- **Miguel Nenevé**
Rua Valdemar Oliveira Leite, 375
Castelo Branco III — João Pessoa
PB — CEP: 58000 — Brasil
- **Américo Teixeira Júnior**
Rua Caldeia, 162 — Vila Aquilino
Santo André — SP — CEP: 09000
Brasil
- **José Geraldo de Araújo Lima**
Av. José Faria da Rocha, 125 — Bairro
Eldorado — Contagem — MG
CEP: 32000 — Brasil
- **Antonia N. Alves Nunes**
Rua João A. da Silva, 73 — Jardim
Oásis — Cajazeiras — PB — CEP: 58900
Brasil
- **Bebéto Pagani Vieira**
Rua Des. Pedro Silva, 500/bl. 08
apto. 03 — Coqueiros — Florianópolis
SC — CEP: 88000 — Brasil
- **Antônio Luís**
C. P. 362 — Kuito-Bié — Angola
- **Pascoal Martinho Sebastião**
C. P. 3635 — Luanda — Angola
- **Hermenegildo Gaspar Bernardo**
Posta Restante dos C. T. T. da Precol
Luanda — Angola
- **Conceição João Lemos**
Posta Restante dos C. T. T. da Precol
Luanda — Angola
- **Miguel Matias Francisco**
C. P. 1119 — C — Luanda — Angola
- **Otilha Francisco da Silva**
Posta Restante dos C. T. T. da Precol
Luanda — Angola
- **Ailson da Silva**
Rua Aristides Francisco Palumbo, 218
C. P. 438 — Bairro Dom Bosco
Itajaí — SC — Brasil
- **Claudio dos Santos Silva**
Rua José Higino, 416 — Tijuca — Rio
de Janeiro — RJ — CEP: 20000
Brasil
- **Olivia Angela Leal**
Rua Araragaba, 567 — Itanhaém
SP — CEP: 11740 — Brasil
- **Bruno Mattos e Silva**
Al. dos Sombrios, Q. 15 — L 13
Caminho das Árvoreas — Pituba
Salvador — BA — Brasil

OUA: O divisionismo de Mobutu

☐ Vários países africanos reagiram violentamente à sugestão feita em Junho pelo presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, visando dividir a Organização da Unidade Africana (OUA) e criar uma outra entidade reunindo apenas os países negros ao sul da zona do Equador. A proposta de Mobutu foi feita numa entrevista ao jornal senegalês *Le Soleil*, na qual o ditador zairense afirmava que os povos negros ao sul do Sara têm uma afinidade cultural, étnica e política distinta da dos povos árabes do norte de África.

De acordo com a ideia de Mobutu, questões como a do antigo Sara espanhol e do Chade deixariam de ser discutidas pelos quase 40 países da OUA que se situam na parte mais ao sul do continente. Porém a maioria dos países da OUA viu na proposta uma clara intenção divisionista destinada principalmente a enfraquecer as pressões tanto a favor do reconhecimento da Frente Polisario como governo legítimo do Sara, como a favor da reunificação do Chade. A criação de uma "liga de Estados negros da África" serviria assim, principalmente, os interesses dos Estados Unidos e da França, os mais interessados em evitar a participação dos governos progressistas da África tanto na questão do Sara como na do Chade.

Há quase dois anos, a OUA tem enfrentado problemas na realização das suas conferências cimeiras anuais devido a manobras obstrucionistas tanto do

Marrocos, que ocupa militarmente o Sara, como de governos próximos de Paris, que mantêm tropas no Chade para apoiar o regime pró-francês de Hissène Habré. Habré chegou ao poder em 1982, ignorando um cessar-fogo da OUA no Chade. A todos estes problemas veio juntar-se este ano o golpe militar na Guiné, cuja capital, Conakri, seria a sede da Assembleia Geral da OUA em Julho.

Nas últimas semanas de Agosto, aumentou a movimentação diplomática de bastidores no sentido de que a assembleia de chefes de Estado da OUA seja realizada em Novembro, possivelmente em Addis Ababa, capital da Etiópia. No caso dessa tendência se concretizar, estará dado um importante passo para que os presidentes africanos acabem com o sistema de rotatividade da sede da OUA e criem uma base fixa na Etiópia. Em 1983, a Frente Polisario voluntariamente não compareceu à assembleia da OUA apesar da organização já ter aprovado a indicação da frente de libertação do povo sarauí como

legítima representante da antiga colónia espanhola. Esse reconhecimento foi rejeitado por Marrocos. Este ano, a Frente Polisario já anunciou que estará presente à reunião de Addis Abeba, sejam quais forem as circunstâncias, alegando que o rei Hassan de Marrocos frustrou todas as tentativas de entendimento.

Os partidos de oposição do Zaire, todos eles com os seus dirigentes no exílio, afirmam que a proposta de Mobutu obedece "a interesses estranhos ao continente", enquanto o ministro de Informação do Senegal, Djibo Ka declarou à Agência Panafricana de Notícias (PANA) que o seu país manterá todos os compromissos com a integridade da OUA. Outros governos africanos, além de razões políticas, justificaram a condenação ao divisionismo na OUA com base em motivos étnicos e culturais. Segundo eles, é impossível distinguir na África Central, se um país deve ser considerado negro ou árabe, uma vez que ambas as culturas se misturam. Assim, as questões do Chade e do Sara não podem ser consideradas como exclusivamente árabes como deseja Mobutu, mas sim problemas que afectam todos os povos africanos.

A maioria dos países africanos é contra a divisão da OUA



Chade: A luz no fim do túnel

□ A retirada das tropas francesas e líbias do Chade marcou o primeiro resultado positivo de um processo de consultas diplomáticas envolvendo quase 14 países e todos os movimentos políticos internos, iniciado por volta de Fevereiro deste ano. Mas apesar dos entendimentos alcançados no dia 16 de Setembro, a reconciliação definitiva e o fim da guerra civil de 17 anos ainda não podem ser considerados seguros.

Além da Líbia e da França, estiveram envolvidos nas negociações preliminares os governos do Marrocos, Nigéria, Congo, Camarões, Gabão, República Centro Africana, Senegal, Benin, Burkina Faso (ex-Alto Volta), Zaire, Israel e Estados Unidos. Simultaneamente às ações diplomáticas para o acordo de retirada das tropas estrangeiras, os 11 grupos internos do Chade sofreram um agudo processo de transformação, que provocou o surgimento de duas grandes organizações políticas supra-partidárias. O processo ainda não terminou e pode culminar com novas siglas e novos líderes.

O acordo franco-líbio resultou basicamente do cansaço das duas partes com o impasse no Chade. O governo francês estava submetido a uma forte pressão popular contra a presença de três mil soldados na ex-colônia. Por seu lado, a Líbia mostrou sinais de desilusão com os erros políticos cometidos pelo ex-presidente Gukuni Ueddei, líder do governo derrubado em Julho de 82 pelo seu arqui-rival Hissène Habré, apoiado pela França, Israel e Zaire. Esta é na verdade a segunda vez que o dirigente líbio Muammar Khadafi retira os sol-

dados que enviou para o Chade em ajuda a Ueddei. A primeira vez foi em Novembro de 81, depois que a Organização da Unidade Africana (OUA) se



Gukuni Ueddei



Hissène Habré

comprometeu a garantir um frágil cessar-fogo, de imediato rompido por Habré.

Internamente, a facção apoiada pela França abandonou a denominação FROLINAT (Frente de Libertação Nacional do Chade) adoptando o nome de União Nacional para a Independência e Revolução (UNIR) numa tentativa promovida por Habré em Junho deste ano para ampliar o seu apoio político entre as populações do sul. Por sua vez, o Governo de União Nacional (GUNT), lide-

rado por Ueddei e que conservou o nome mesmo depois do golpe de 82, dividiu-se com a formação da União das Forças Patrióticas (RFP), reunindo quatro dos sete grupos que criaram um governo autónomo na região norte do Chade. A RFP, surgida em Agosto passado considerou o GUNT uma "coligação exausta", acusou Ueddei de "práticas ocultas" e denunciou Habré como "agente do imperialismo".

Do novo grupo não fazem parte o Conselho Democrático Revolucionário (CDR), pró-Líbia, nem o Movimento Popular Revolucionário, do coronel Abdelkader Kamougué. Kamougué, um militar do sul e que era vice-presidente do GUNT, colocou-se numa posição independente a partir de Junho, para tentar surgir como alternativa entre Ueddei e Habré. A mesma atitude tomou o dirigente da RFP, Facho Balaam. Mas tanto um como o outro sabem que as suas hipóteses dependem de um complicado e imprevisível jogo político interno e externo envolvendo um grande número de protagonistas.

Prémio Nelson Mandela

A Associação de Juristas Africanos (AJA) criou o Prémio Nelson Mandela para a Defesa dos Direitos Humanos, em honra do dirigente máximo do Congresso Nacional Africano (ANC) encarcerado no forte sul-africano de Roben Island há 22 anos.

O prémio será outorgado todos os anos por um júri internacional a uma pessoa ou instituição que se destaque na defesa dos direitos humanos.

Por outro lado, a AJA anunciou a próxima criação de um Centro de Investigações sobre o Apartheid, o Nazismo e a Escravatura.

Angola "Zona do escudo" é pouco viável

□ O governo de Luanda não prevê que a participação numa eventual "zona do escudo" possa trazer qualquer resultado positivo para o seu país, referiu recentemente o *Jornal de Angola* num editorial.

A criação de uma zona monetária onde o escudo português serviria de moeda central nas transacções internacionais dos países africanos de expressão portuguesa e da ex-metrópole, surgiu numa proposta apresentada pelo presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, durante a sua visita a Lisboa em Junho último. Recebida com moderada receptividade pelas autoridades portuguesas, a proposta do presidente guineense não recebeu

até agora apoios explícitos das outras capitais africanas interessadas.

Entre os obstáculos para a formação dessa "zona do escudo", o diário angolano cita a debilidade económica de Portugal, a sua passagem para um segundo plano como principal fornecedor e cliente das suas ex-colónias, o volume da dívida externa portuguesa (15 mil milhões de dólares) e a inexistência de "qualquer acordo de cooperação e solidariedade política entre os cinco e a antiga potência colonizadora que dê a cobertura necessária a acordos de âmbito monetário". Por outro lado, o *Jornal de Angola* interroga-se sobre a viabilidade do projecto referindo que é

"precisamente Portugal que nas suas relações com os novos países africanos não aceita contratos estipulados em escudos e exige a utilização do dólar norte-americano para a liquidação de pagamentos que muitas vezes não constituiram encargos para o país" o que na opinião do matutino traduz "a fragilidade de uma posição monetária como a portuguesa".

Depois de indicar que a "participação numa zona monetária para além do interesse geral e global dos Estados participantes, cada um pesará das vantagens e/ou inconvenientes a nível individual" o *Jornal de Angola* afirma que "para um país como a RPA, para além das dificuldades de ordem legal que uma adesão representa, não se prevêem quaisquer resultados positivos de uma participação e poderiam verificar-se mesmo consequências negativas".

Angola aumenta produção petrolífera

A produção actual do petróleo em Angola ultrapassou a cifra recorde de 200 mil barris diários, afirmou o director-geral da Sociedade Nacional de Combustível de Angola (SONANGOL), Hermínio Escórcio. Escórcio disse que a criação de uma companhia mista que se prevê dentro em breve e que deveria operar na Zona 4 (um dos mais promissores depósitos petrolíferos angolanos no fundo do mar) constituirá um importante passo para o cumprimento dos objectivos da SONANGOL.

Numa longa entrevista exclusiva concedida ao diário angolano *Jornal de Angola* por ocasião da comemoração do sétimo aniversário da criação da

SONANGOL, Hermínio Escórcio resumiu em primeiro lugar as actividades da companhia desde a sua fundação, lembrando em seguida as acções de prospeção de petróleo em Angola, que remontam ao ano de 1910.

OPEP: Em estudo redução de produção

Os treze países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) têm estudado a possibilidade de reduzir em cerca de 1,5 milhões de barris/dia, a actual média de produção fixada em 17,5 milhões de barris. Esta possível redução visa salvaguardar os preços praticados pela OPEP e poderá iniciar-se já neste mês de Outubro.

Primeiro embaixador chinês em Angola

Zhad Zhenkui, o primeiro embaixador da República Popular da China em Angola chegou a Luanda no dia 6 de Setembro passado, quase nove anos depois da independência da República Popular de Angola.

As relações entre os dois países atravessaram um longo período de frieza devido ao apoio concedido pelo governo chinês aos contra-revolucionários da UNITA nos primeiros anos da independência angolana.

Após um prolongado processo de negociações, representantes dos dois Estados assinaram em Paris, em 12 de Janeiro de 1983, o acordo de estabelecimento de relações diplomáticas.

Colômbia: Mais um grupo guerrilheiro assina a paz com o governo

Na tarde do dia 24 de Agosto, duas pombas brancas levantaram vô das mãos de dois guerrilheiros localizados, um na cidade de Corinto (departamento de Cauca), e outro em Horo (departamento de Huila). Esse foi o sinal definitivo de que o Movimento 19 de Abril — mais conhecido como M-19 — e o governo haviam chegado a um acordo final para acabar com 11 anos de guerrilha nessas duas regiões colombianas.

Imediatamente, 35 mil pessoas e 300 guerrilheiros reuniram-se na praça principal de Corinto, para assistir à assinatura formal do acordo de paz.

Com o acordo de paz firmado entre o M-19 e o governo, falta apenas depor armas, um

grupo guerrilheiro: O Exército de Libertação Nacional (ELN), que ainda está em negociações com as autoridades. Em Maio, foi assinada a trégua com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), considerada como a mais importante guerrilha rural dos últimos dez anos na América Latina. E no dia 23 de Agosto, foi concluído o acordo entre o governo e o Exército Popular de Libertação (EPL), o braço armado do Partido Comunista Marxista-Leninista.

Os acordos marcaram uma vitória política tanto do governo como dos movimentos guerrilheiros, que, entre outras conquistas, conseguiram pela primeira vez em 11 anos de clandestinidade ter acesso a rá-

dio, jornais e televisão.

Num documento publicado no jornal *El Tiempo*, os fazendeiros condenam a amnistia e rejeitam a reforma agrária que o governo se comprometeu a fazer nos acordos firmados com os grupos guerrilheiros.

Uma das principais ameaças à trégua é o aparecimento de uma organização de extrema-direita chamada MAS (Morte aos Sequestradores) da qual fazem parte militares, grupos de tendência fascista e traficantes de drogas, com o apoio de fazendeiros e latifundiários. Também há focos de resistência no Partido Liberal, derrotado nas eleições de 1982, que levaram ao poder o candidato conservador Belisario Betancur. No ano passado, o procurador-geral da República, Carlos Jiménez Gómez, divulgou um relatório afirmando que 59 militares no activo, entre eles alguns oficiais superiores, faziam parte do MAS.

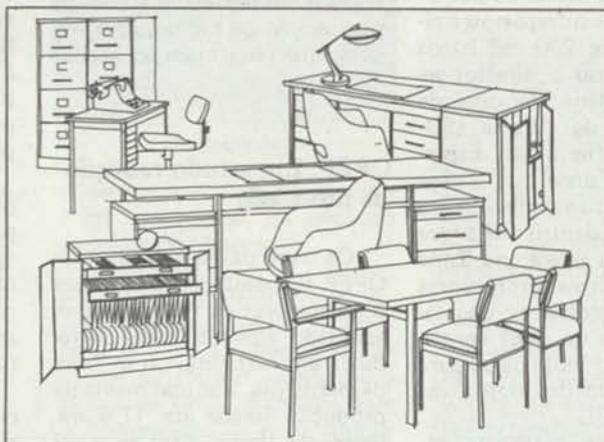


FÁBRICA JERÓNIMO
OSÓRIO DE CASTRO
(HERD.) LDA.
INDÚSTRIA
DE MOBILIÁRIO

SERVIÇOS COMERCIAIS:
R. D. ESTEFÂNIA, 177 A/C
APART. 1412
☎ 53 88 81 TELEX. 12992
1512 LISBOA CODEX

FILIAL NO NORTE:
R. DO BONJARDIM, 505
☎ 31 17 46/31 17 80/31 16 40
31 14 01 - TELEX 22422
4000 PORTO

Presente na REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA



LELLO **FOC**

SOCIEDADE FABRIL DE MOBILIÁRIO
E EQUIPAMENTO DE ANGOLA, SARL

FÁBRICA
CAIXA POSTAL 178 - VIANA
CONTACTOS COMERCIAIS
CAIXA POSTAL 1300 - LUANDA
REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Mobiliário para Escritórios
Escolas, Fabricas, Hotéis e Hospitais

Mobiliário Domestico

Panamá: A Escola das Américas deixa o país

□ A Escola das Américas, criada em 1946 pelos Estados Unidos para treinar militares latino-americanos no Panamá, vai ser desactivada no dia 1 de Outubro e todas as suas instalações passarão a ser administradas pelo governo panamiano. Entretanto, crescem os indícios de que o Pentágono pretende transferir os equipamentos e instrutores para as Honduras, onde já funciona um centro de treino de militares hondurenhos e salvadorenhos.

A desactivação das instalações na Zona do Canal do Panamá já estava prevista desde a assinatura do tratado Carter/Torrijos através do qual os panamianos reconquistaram a soberania sobre o canal, de acordo com um calendário que será completado no dia 31 de Dezembro de 1999. Mais de 44 mil militares latino-americanos receberam treinamento na Escola das Américas desde 1946, vindos de 15 países diferentes. Quase todos os generais actualmente no activo na América Latina passaram pelas instalações norte-americanas na Zona do Canal. Alguns deles ganharam uma triste notoriedade como o chileno Augusto Pinochet, o boliviano Hugo Bánzer, o argentino Leopoldo Galtieri ou o nicaraguense Anastasio Somoza.

O governo da Costa Rica chegou a pedir ao Panamá e aos Estados Unidos a manutenção da unidade militar nas suas instalações actuais. Mas o presidente panamiano, Jorge Illueca, exigiu o cumprimento dos tratados assinados em 1979. Com isso, o Comando Sul do Pentágono terá que mudar de sede. Embora não exista nenhuma informação oficial, crescem os indícios de que os Estados Unidos vão concentrar nas

Honduras o grosso das instalações militares na América Central.

O Pentágono acaba de autorizar um crédito de 18 milhões de dólares para ser usado na ampliação das instalações do Centro Regional de Treinamento Militar e Segurança (CREMS) que funciona actualmente em Puerto Castilla, no litoral atlântico das Honduras. Este centro militar começou a funcionar em Junho de 1983 e já forne-

ceu treino antiguerrilheiro a cerca de três mil e quinhentos militares das Honduras e de El Salvador. A actual sede do CREMS está localizada numa zona cuja posse é disputada por comunidades indígenas locais e um cidadão norte-americano chamado Temistocles Ramírez. A população local é contra o funcionamento de qualquer unidade militar na região. Nos últimos três anos, a assistência militar norte-americana às Honduras passou de dez milhões de dólares para mais de cem milhões, segundo informações do embaixador dos EUA em Tegucigalpa, John Negroponte.



44 mil militares do continente estudaram na Escola das Américas

Nicarágua: Estados Unidos quantificam invasão

Com o título "Estimativas sobre recursos e perdas quando da invasão da Nicarágua", foi recentemente divulgado nos Estados Unidos um estudo elaborado pelo professor Theodore Moran, da Universidade de Georgetown, no qual são avaliados os recursos que seriam necessários para uma invasão e ocupação daquele país centro-americano, bem como das perdas que daí adviriam.

Efectuado sob o patrocínio do Departamento de Defesa norte-americano, o referido estudo considera que bastaria um mês para ocupar todas as principais cidades da Nicarágua após o que se seguiria uma ocupação de cinco anos, tem-

po indispensável para que a resistência e o "comunismo" estivessem totalmente aniquilados. Em termos de forças seriam necessários 63 mil *marines*, comandos e "rangers", 216 aviões de combate, 730 helicópteros e inúmeros carros blindados. A invasão custaria aos Estados Unidos 10,5 mil milhões de dólares, 5 mil mortos e 20 mil feridos. As perdas civis na população nicaraguense "seriam consideráveis", afirma o documento.

Assinala-se que, regra geral, os estudos deste tipo encomendados pelo Departamento de Defesa norte-americano apresentam cifras muito aquém da realidade, como foi o caso da invasão da ilha de Granada em Outubro do ano passado.

Chile: Os médicos torturadores

□ A Ordem dos Médicos do Chile iniciou investigações para determinar o grau de responsabilidade de cerca de 40 clínicos que, segundo denúncias de ex-presos políticos, teriam participado directamente em sessões de tortura em prisões militares nos últimos dez anos. As investigações foram iniciadas logo depois que a revis-



Médicos do exército torturaram "desaparecidos"

ta norte-americana *Newsweek* publicou uma reportagem com ex-presos políticos, na qual estes afirmam terem sido torturados por médicos ao serviço das forças de repressão no Chile.

O semanário chileno *Hoy* afirma que pelo menos sete suspeitos já admitiram ter participado em violências contra presos e é iminente a condenação de um dos associados da Ordem, que é também oficial do exército. O nome até agora não foi revelado, mas se for condenado com base na violação do código de ética profissional, a carteira profissional ser-lhe-á retirada. A Ordem dos Médicos está a recolher depoimentos de políticos opositores torturados sobre as actividades de outros três clínicos em Santiago e mais quatro nas províncias.

As primeiras denúncias sobre o envolvimento de médicos com a tortura foram feitas pela comissão de direitos humanos da Cúria Metropolitana de Santiago. O Ministério da Saúde do Chile tem-se negado até ao momento a intervir na questão, o mesmo acontecendo com o Supremo Tribunal de Justiça. A partir de Novembro de 1983, a Ordem dos Médicos do Chile incluiu nos seus estatutos uma cláusula que proíbe os seus filiados de participarem, mesmo que indirectamente, em torturas a presos políticos. Os depoimentos recolhidos até ao momento indicam que os acusados, além de instruírem os torturadores sobre como aumentar o sofrimento das vítimas, também assinavam certificados declarando os presos em boas condições de saúde após terem sofrido maus tratos. Dois dirigentes da Ordem já estiveram em Washington para fornecer informações à Câmara de Representantes sobre torturas no Chile.

Cuba: População constroi abrigos antiaéreos

□ A partir de Outubro, toda a população civil de Cuba receberá instruções do governo sobre como construir abrigos antiaéreos e trincheiras como medidas preventivas contra ataques estrangeiros. O jornal *Juventud Rebelde* disse que as instruções estarão contidas num folheto de quatro páginas que será distribuído nas cidades e no campo, fornecendo dados básicos para a construção de quatro tipos diferentes de abrigos.

O jornal não forneceu ne-

nhuma explicação do porquê da campanha e nem referiu se as autoridades cubanas esperam alguma ofensiva militar estrangeira. Porém, os observadores pensam que esses preparativos estão ligados às previsões de uma vitória de Ronald Reagan nas próximas eleições norte-americanas, e à avaliação das suas consequências para a paz na região das Caraíbas.

Há vários meses que os principais organismos do governo têm adoptado medidas de autodefesa, principalmente nas

proximidades de depósitos de combustíveis, edifícios mais altos, armazéns de alimentos, centros de comunicação e transporte, bem como locais onde estão guardados explosivos.

Há anos que o povo cubano está organizado em zonas de defesa, coordenadas pela defesa civil e pelos serviços de engenharia militar. Também as empresas industriais, instalações estrangeiras e repartições públicas estão incluídas no plano de autodefesa. O primeiro-ministro Fidel Castro afirmou recentemente que existem no momento cerca de 18 mil homens e três mil máquinas a trabalhar permanentemente no reforço de instalações militares em toda a ilha.

Bangladesh: Depois da enchente, a fome

□ O governo do Bangladesh está a apelar para a ajuda internacional, na certeza antecipada de que em Outubro e Novembro o país será atingido por uma nova calamidade. Depois das piores inundações dos últimos trinta anos, quando morreram nove mil pessoas, o Bangladesh espera uma escassez de alimentos também sem precedentes, em consequência da destruição de 63 mil quilómetros quadrados de plantações e de 68 mil cabeças de gado.

As enchentes que periodicamente têm atingido o país desde o começo do ano, obri-

garam o governo a aumentar a importação de cereais para garantir um mínimo de abastecimento à população. Até agora já foram comprados mais de dois milhões de toneladas e o total pode chegar até três milhões, dependendo das necessidades nos próximos meses. Mas ainda assim, os observadores das Nações Unidas acreditam que os alimentos não serão suficientes nem para a metade dos desabrigados.

Com eleições marcadas para Outubro, a sucessão de catástrofes naturais tem sido utilizada pelo governo com fins políticos. O presidente *de facto*, general Ershad, um militar de di-

reita, tem percorrido as regiões atingidas pelas inundações para participar pessoalmente na distribuição de alimentos. Em cada aldeia visitada, promove comícios eleitorais em favor do partido JANADAL, actualmente no poder. Ershad trava uma verdadeira corrida contra o tempo, uma vez que o seu prestígio político ficará ainda mais abalado quando a fome adquirir enormes proporções, o que não deve demorar, segundo previsões de organismos internacionais de ajuda.

Os centros de socorro estão a ser organizados pelo aparelho do partido do governo e toda a ajuda é encaminhada segundo critérios políticos. As aldeias mais simpáticas ao governo recebem mais, enquanto as outras são relegadas para segundo plano.



SOCIEDADE COMERCIAL LUSO-GUINEENSE, S.A.R.L.

R. Tomás Ribeiro, 50-4*
1000 LISBOA
PORTUGAL

Telex: 14236 ACTIME/P
Telef. 54 00 19 54 83 16 54 82 69

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera, couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis, materiais de construção e bens de equipamento.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados africanos e europeus.

**Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.**



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



**uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.**

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-Dt.º
1000 LISBOA • Portugal
telef. 731123/731323/731423
telex 43688 VESPER P
telex 43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

Os nossos primeiros dez anos

Pablo Piacentini

Em Setembro, *cadernos do terceiro mundo* completou o seu décimo aniversário, uma data que nos convida a lembrar as suas origens e trajectórias. A revista nasceu em Buenos Aires e no seu número de apresentação esclarecia que se propunha a cobrir um comprovado vazio no campo editorial da América Latina, caracterizado pela "ausência de um tratamento sistemático e profundo das questões relativas ao Terceiro Mundo, assim como ao facto essencial da América Latina pertencer a ele, ao mundo subdesenvolvido e explorado".

Embora tenha sido criada por uma equipa de jornalistas latino-americanos, a revista aspirava receber colaborações e informações "das outras regiões do Terceiro Mundo, o que supõe a tentativa de superar as enormes barreiras da falta de comunicação e desconhecimento entre elas, manipuladas pelo colonialismo cultural imposto pelos centros desenvolvidos".

Teria sido uma missão impossível (pelo seu conteúdo político, esta publicação tinha as portas fechadas à publicidade comercial) se não existisse, em compensação, aquele vazio de notícias sobre os processos do Terceiro Mundo e, portanto, um grande e profundo interesse potencial na informação que a revista oferecia. Foi essa firme adesão do público que favoreceu o seu desenvolvimento e levou a revista a transcender a geografia da América Latina ao ponto de a edição portuguesa de *cadernos* superar hoje em dia, em números de exemplares, a editada em espanhol e de ambas serem distribuídas em 70 países.

Se a isso acrescentarmos que o *guia do terceiro mundo*, publicação anual desta empresa sem fins

lucrativos, é editado a partir deste ano em inglês (juntamente com as versões em português e espanhol), comprovamos que estamos a contribuir para a integração e o intercâmbio informativos entre as diferentes regiões do Terceiro Mundo, e portanto, para romper o secular isolamento cultural recíproco determinado pelos centros imperialistas.

Embora esse alcance e a consequente função de integração entre as regiões do Terceiro Mundo estivessem implícitos nas nossas aspirações, essa meta parecia-nos, há dez anos atrás, tão distante e difícil, para não dizer irrealizável, que nem constou da apresentação de *cadernos*. Na época, limitávamo-nos a lançar uma revista latino-americana sobre o Terceiro Mundo e nada mais.

O que foi feito, portanto, vai muito além daquilo a que nos havíamos proposto. Mas, a par do registo deste facto, é preciso sublinhar que ainda nos resta um longuíssimo trecho a percorrer, já que, salvo raras excepções, a esmagadora maioria dos meios de comunicação do Terceiro Mundo são instrumentos de divulgação de valores informativos que respondem aos centros desenvolvidos ocidentais.

A secção "Especial" do primeiro número de *cadernos* foi dedicada à análise das perspectivas da Argentina após a morte de Juan Domingo Perón. Estávamos no início de um ciclo que cobriria o mapa continental de ditaduras: havia começado no ano anterior, com a instalação de regimes militares no Chile e no Uruguai, e que logo se estenderia à própria Argentina. Foram momentos duros, marcados por uma repressão brutal que impôs o exílio aos dirigentes da revista quase que

Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte sobre
na cooperação recíproca.



imediatamente após o seu surgimento. Apesar disso, *cadernos* conseguiu subsistir em Buenos Aires até que, em Março de 1976, a junta presidida pelo general Videla tomou o poder e proibiu-a, da mesma forma que fez com todas as publicações de carácter progressista.

A denúncia das ditaduras inspiradas na doutrina de segurança nacional foi, como não podia deixar de ser, uma constante nos *cadernos*. Essa doutrina de segurança nacional sintetizava a submissão dos países latino-americanos à hegemonia dos Estados Unidos e a imobilização das estruturas internas sob o controlo das oligarquias locais. Postulava a dependência no plano internacional e a perpetuação dentro de cada país de um ordenamento que concentrava os recursos naturais e económicos nas mãos de uma minoria privilegiada. A consequente opressão desse esquema só podia ser assegurada, obviamente, através de ditaduras implacáveis. Tal fórmula representava o oposto dos ideais com os quais *cadernos* se identificava: "o nacionalismo e a mudança social, a luta contra o imperialismo, a recuperação económica, a defesa dos recursos naturais, a integração continental, a solidariedade e a unidade terceiro-mundistas", como os definíamos na apresentação da revista.

Naqueles mesmos dias de 1974, outros ventos sopravam na África. A luta pela libertação das colónias portuguesas chegava ao seu ponto culminante e, ao contrário de outros países do Terceiro Mundo cujas elites obtiveram a independência política mas não mexeram nas estruturas internas nem diminuíram a presença económica das ex-metrópoles, lá estavam a germinar governos populares e revolucionários. Para esses movimentos de libertação, o processo de descolonização deveria ser completo e concretizar-se no abandono da hegemonia ocidental para empreender uma política externa autónoma e não-alinhada, e uma política interna que expressasse a nível de governo a opinião da

grande maioria do povo e que se traduzisse em profundas reformas estruturais.

A adesão de *cadernos* aos movimentos populares de libertação manifestou-se desde a sua primeira edição, quando se publicou um documento do líder da Frente de Libertação de Moçambique, que nos tinha sido entregue pelo próprio presidente Samora Machel, quando o comando político da FRELIMO ainda estava na capital da Tanzânia. A capa do número 7 (Outubro de 1975) foi dedicada a Angola e continha uma entrevista do presidente Agostinho Neto a Neiva Moreira, pouco depois dos combatentes das FAPLA terem conquistado Luanda e enquanto se lutava ainda nos arredores da capital.

Numerosas foram as mudanças nesta década. Não é esta a ocasião para fazer um balanço das mesmas, mas é de realçar que, muitas foram favoráveis aos povos de nações subdesenvolvidas. No entanto, continuam vigentes os mecanismos que geram o intercâmbio desigual entre os países do Norte e do Sul e, portanto, a miséria e a exploração dos povos subdesenvolvidos. A prova está em que os efeitos mais graves da crise económica dos centros capitalistas industriais castigam o Terceiro Mundo, seja pela queda dos preços das matérias-primas, seja pelo crescimento da dívida externa e das taxas de juros.

Basta esta constatação para se perceber que as forças comprometidas com a libertação do Terceiro Mundo terão que vencer desafios imensos antes de se aproximarem da sua meta. Serão necessários grandes esforços e sacrifícios nesta longa batalha, na qual a razão e a justiça são os melhores aliados dos povos oprimidos.

Ao completar a sua primeira década, *cadernos* renova o seu empenho com esses ideais e, dentro das suas limitadas possibilidades, espera continuar a dar a sua contribuição informativa para o esclarecimento dos problemas e das soluções voltadas para o estabelecimento de uma Nova Ordem Informativa Internacional.



CIPRO

Desenvolver é preciso.

Consultores internacionais em projectos de desenvolvimento,
somos 80 profissionais:

Arquitectos, Economistas, Engenheiros, Geógrafos, Sociólogos e outros Técnicos.
Constituímos a Cipro há 10 anos.

Trabalhamos em Angola com a Emprojectos, U. E. E. e em Cabo Verde.

Orgulhamo-nos de possuir vários prémios:

- PRÉMIO VALMOR 81
- PRÉMIO DE ARQUITECTURA E URBANISMO DOS CADERNOS MUNICIPAIS - CATEGORIA A
- PLANO DIRECTOR DE ÉVORA
- PLANO DE CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES DE ÉVORA

Somos a Cipro, em Portugal, com um lema:

Desenvolver é preciso.

Av. Conselheiro Fernando de Sousa, 19-9* - 1000 Lisboa-Portugal
Telefs. 65 70 41 / 84 / 5 - 65 46 74 - Telex 15038 CIPRO P



CONSULTORES INTERNACIONAIS EM PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO, SARL

1974



10 ANOS

1984



Entre 1974 e 1984, *cadernos do terceiro mundo* testemunhou os êxitos e os insucessos da luta dos países subdesenvolvidos em busca de uma ordem política e economicamente mais

justa. A nossa luta pela sobrevivência também é uma história de avanços e recuos, que no balanço geral deixaram um saldo positivo extremamente importante. A luta dos povos do Terceiro Mundo continua. A nossa também.

Neiva Moreira

Foi sempre uma preocupação de muitos jornalistas, em diferentes épocas e países, ampliar as bases da imprensa alternativa. O projecto de *cadernos do terceiro mundo* não foi, assim, novo nem original. É possível que a sua melhor formulação e a inserção adequada num contexto político apropriado tenham dado à nossa iniciativa condições mais favoráveis de sobrevivência. Também beneficiámos muito das experiências anteriores, com uma avaliação dos erros e acertos que formam a história e definiram a *praxis* da imprensa alternativa, sobretudo na América Latina.

Fazer num país um jornal independente já é uma tarefa difícil. Implantar uma revista internacional sem qualquer base financeira, enfrentando estruturas capitalistas consolidadas, poderia parecer uma temeridade.

A produção da revista e a sua distribuição exigiam não apenas recursos enormes, conhecimento dos mercados e das técnicas de venda, mas, sobretudo, de uma rede de correspondentes e colaboradores competentes e por isso mesmo profissionalmente caros.

É evidente que, desde o princípio, animou-nos a convicção do êxito e estimulou-nos o desafio da grande aventura. Mas isso não bastaria. O ponto de partida para o lançamento de *cadernos* há dez anos foi sem dúvida, o contexto político, marcado pelas lutas de libertação em muitos países e a procura de

um novo tipo de informação. Inserido nesse contexto político, contámos com o elemento decisivo para o nosso projecto: o exílio de centenas de jornalistas e pesquisadores.

Se não era possível montar delegações nos diferentes países em que necessitávamos estar presentes foi fácil descobrir por toda a parte, de Lusaka a Nova Deli e das Honduras ao Iraque, jornalistas expulsos dos seus países, decididos a alistar-se num projecto que representasse para eles, mais que um emprego, uma nova trincheira de luta. Esses companheiros levaram à revista poderosos factores de êxito: o conhecimento das realidades dos países ou regiões de onde vinham e onde estavam; a motivação política e a mão-de-obra qualificada e quase sempre voluntária.

Conheço alguns estudos sobre a revista e tenho atendido pesquisadores desejosos de conhecer a sua história e a sua evolução. Herbert de Souza, sociólogo que costuma dizer o que pensa através do humor, comparou-nos a uma "irmandade de monges e soldados", que actua animada por uma espécie de espírito de missão. Dos "monges", teríamos herdado a capacidade de sacrifício e de resistir com coerência; dos militares, a disciplina e o método.

É possível que haja algo disso. Se não contamos com a presença nas nossas redacções de nenhum sacerdote — alguns colaboram à distância —, o mes-



Beatriz Bissio e Carlos Pinto Santos apresentam em Lisboa (Fevereiro de 1980) a primeira edição portuguesa do *guia*. Na foto da direita, o tenente-coronel Carlos Fabião, ladeado nessa sessão de lançamento, por dois outros oficiais do MFA, o brigadeiro Pezarat Correia (esquerda) e o major Vasco Lourenço (direita)

mo não ocorre com os soldados. Expulsos dos seus países ou afastados das suas corporações por motivos políticos, muitos oficiais incorporaram-se na nossa equipa. O capitão brasileiro Altair Campos, trocado pelo embaixador alemão quando sofria no Rio de Janeiro os rigores da prisão e da tortura, foi o nosso primeiro director em Lisboa. O seu substituto foi o tenente-coronel Artur Baptista, ex-Chefe do Estado-Maior do COPCON (Comando Operacional do Continente) quando o seu comandante era o então general Otelo Saraiva de Carvalho. Artur foi submetido a um processo injusto, pela sua fidelidade ao 25 de Abril. Para a revista, levou um grupo de destacados intelectuais fardados entre os quais o tenente-coronel Carlos Fabião, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército e que coordena, em Lisboa, a equipa de pesquisadores do *guia do terceiro mundo*.

No México, sede da edição hispano-americana, o editor é o capitão da força aérea uruguaia Gerônimo Cardozo que, ao opor-se com outros camaradas à ditadura militar no seu país, teve de se exilar.

A lista dos exilados da revista é grande e ilustre e procede de muitos países, a começar pela sua direcção central que, em determinado momento era totalmente constituída por jornalistas que não podiam viver e trabalhar na sua própria pátria.

Mas, como nasceu a revista que, agora, completa o seu primeiro decénio?

Sonho em noites de angústia

Tenho sempre presente na memória um mapa pregado na parede do meu quarto no apartamento da rua Lázaro Gadea, em Montevidéu. Era grande e detalhado e fora um presente de uma amiga norte-americana partidária da paz. Naquelas infundáveis noites de frio e de saudades, passava longo tempo a contemplar aquele mapa, procurando decifrar nas suas linhas e nos seus contornos, as realidades da época em que vivíamos. Uma coisa era fácil descobrir nele: metade do mundo já não era capitalis-

ta e, se analisássemos a situação política de muitos países, podíamos entender que a metade da outra metade já estava em luta por novos caminhos.

Várias vezes interroguei-me se um esforço bem orientado conseguiria mobilizar vontades e apoios para um projecto que respondesse à luta dos jornalistas por uma informação séria e independente.

Naquele distante e crítico ano de 1973, os acontecimentos no Uruguai agravavam-se rapidamente. Depois de derrotar a guerrilha urbana, o governo criava as condições psicológicas, políticas e logísticas para o golpe de Estado e a repressão generalizada à oposição legal. Como um dos editores do diário *Ahora*, da Frente Ampla, eu acompanhava de perto a dupla batalha: a que travavam militares e tupamaros e a outra, a da informação.

O Movimento dos Países Não-Alinhados pareceu-me uma esperança de abertura internacional em favor das nações pobres e marginalizadas. Em Setembro daquele ano, seria a IV Conferência do Movimento, em Argel e, também, um momento adequado para encontrar outros jornalistas e com eles discutir o projecto, que não me saía da cabeça. A direcção do diário, quase toda ela ligada ao Partido Democrata Cristão, um dos membros da Frente Ampla, recebeu bem a minha proposta para a cobertura da conferência. Seria, também, uma maneira de sair do caldeirão repressivo que, mais cedo ou mais tarde, acabaria por agarrar-me.

A Conferência de Argel foi um momento decisivo do Movimento dos Não-Alinhados, reunindo 75 reis, chefes de Estado e primeiro-ministros, com os quais mais de 1.400 jornalistas conviveram durante uma semana. Paulo Cannabrava Filho, hoje representante da revista em São Paulo, e eu, dividíamos não só as tarefas na conferência mas também a hospedagem fraterna de Miguel Arraés. Acontecimentos importantes estavam a ser "costurados" nos belos salões mouriscos do Palácio das Nações. Poucos dias depois, os árabes cruzaram o canal de Suez impondo a Israel a primeira derrota militar.

Era um segredo pouco guardado que, depois da Conferência, uma caravana de personalidades rumaria para a Guiné Conakry e dali iria assistir à proclamação da independência da vizinha Guiné-Bissau nas florestas de Medina do Boé, território já libertado pela guerrilha. As notícias do Chile eram traumáticas. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Allende, Clodomiro Almeyda, reuniu-se algumas vezes por dia com os jornalistas latino-americanos, dando-nos os boletins da tragédia que acabava de se abater sobre o país com o golpe de Estado de Augusto Pinochet.

A Conferência ganhava assim uma importância maior, além daquela que decorria de uma discussão séria e responsável dos problemas do Terceiro Mundo.

Mas quando passei pela Europa a caminho do Rio da Prata, as únicas referências que lia na chamada grande imprensa, eram banalidades sobre aspectos periféricos daquela assembleia universal. Fiquei não só decepcionado, mas também com a firme convicção de que deveríamos esgotar as possibilidades para fazer alguma coisa de concreto contra aquele monopólio da notícia exercida pelo sistema transnacional da informação.

Já éramos três

O Uruguai estava a "arder" e o meu regresso a



Nos dias em que estava próxima a vitória dos patriotas na Guiné-Bissau (foto acima), surgiu na Conferência de Argel de 1973 a ideia de se fundar uma revista dedicada aos problemas do Terceiro Mundo

Montevideu foi desaconselhado pelos companheiros. Em Buenos Aires, para onde me dirigi, o único jornal aberto aos temas do Terceiro Mundo era o *Noticias*, ligado aos sectores de vanguarda do peronismo. Nele passámos a colaborar, a convite do seu editor internacional, Pablo Piacentini.

Naquele jornal, exposto a riscos quotidianos, encontrei companheiros que estavam sob a mira do terrorismo. Vários deles, como o senador uruguaio exilado Zelmar Michelini e os escritores ar-

Como são feitos os Cadernos

Fazer uma revista especializada em assuntos do Terceiro Mundo já implica por si só um desafio à tendência predominante na chamada grande imprensa, de dar todo o destaque aos interesses das grandes metrópoles ocidentais. Procurar fontes directas de informação na África, América Latina e Ásia é uma tarefa ainda mais árdua porque exige não só uma permanente visão crítica daquilo que nos é fornecido diariamente pela rádio, televisão, jornais e revistas, como procurar romper a barreira dos custos ou até mesmo da inexistência de canais físicos para chegar até ao lugar onde os factos ocorrem e descobrir o seu contexto real.

Estas dificuldades estão presentes minuto a minuto na rotina de trabalho nas nossas redacções. O facto da redacção central estar instalada no Rio de Janeiro, já nos coloca numa posição difícil do ponto de vista material. Em Londres, Nova Iorque, Paris ou Frankfurt teríamos muito maior acesso a um grande número de informações que circulam nessas capitais. Lá existem grandes jornais, revistas e emissoras que dispõem

de correspondentes em vários pontos do mundo. Mas esta aparente facilidade tem, no entanto, um grave inconveniente. São publicações e jornalistas influenciados por uma visão metropolitana e que tendem a ver as notícias do Terceiro Mundo mais em função dos seus interesses do que pela realidade das nações da África, Ásia e América Latina. Realidades estas que na sua maioria os grandes jornais ocidentais ignoram.

Assim, o facto de termos a redacção central num país do Terceiro Mundo funciona como uma espécie de antídoto contra o bombardeamento maciço de informações dirigidas ao "Primeiro Mundo". As nossas redacções em Lisboa e no México, as delegações em Buenos Aires, Luanda e Maputo contribuem para ampliar o contacto com realidades distantes, já que nessas cidades temos jornalistas identificados com a preocupação de evitar o envolvimento informativo pelas grandes cadeias de jornais e emissoras de TV. A este esquema somam-se os correspondentes e os colaboradores, cujo número ultrapassa os trinta e com os quais mantemos contactos regulares através de todos os meios de comunicação, desde o telex e telefone, até cartas e não raras vezes por recados transmitidos por viajantes. A nossa dele-



Pablo Piacentini (esq.) e Altair Campos (dir.) no lançamento da edição portuguesa do guia 1981

gentinos Rodolfo Walsh e Paco Urondo pagariam com a vida, como milhares de outros patriotas nos dois lados do Rio da Prata, a sua resistência ao despotismo. De outros, como Luis Guagnini, colaborador de *cadernos* desde os seus primeiros números, jamais se teria qualquer notícia.

O governo de Isabelita Perón entregara-se à direita. Desapareceriam, com a morte de Perón, os últimos vestígios de liberdade, precariamente conquistada no seu governo.

gãção em Roma, chefiada por Pablo Piacentini, um dos nossos editores, coordena a cobertura da Ásia e Médio Oriente. A representação em Lisboa encarrega-se dos contactos com a África, enquanto a do México fica com a América Central e Caraíbas.

Recebemos cerca de 200 publicações editadas em países do Terceiro Mundo e que são recolhidas pelas nossas sucursais, ou enviadas directamente à redacção central. Esse material é analisado pelos editores específicos e depois catalogado no departamento de pesquisa e arquivo. A actualização diária fica a cargo da agência *Inter Press Service* com a qual trabalhamos em estreita colaboração, bem como dos boletins enviados directamente à nossa rede de telex pelas agências nacionais de países como Angola, Moçambique, Tanzânia, México, Panamá e Bolívia.

Outro expediente muito utilizado é o de recorrer a verdadeiros interrogatórios tanto aos editores e correspondentes que viajam para coberturas no estrangeiro, como aos eventuais colaboradores ou amigos de várias nacionalidades que visitam a nossa redacção. Através destas reuniões é possível, mesmo a quem está longe, ter acesso a realidades que normalmente são sim-

Com Piacentini, discutíamos frequentemente a falta de uma informação alternativa. "Repara, dizia-me ele, os teus artigos sobre a guerra de libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau são os primeiros que, com a visão dos próprios povos em armas, se publicam na Argentina. No entanto, são acontecimentos merecedores de uma informação que as agências transnacionais negam ou deformam".

Logo chegámos à conclusão que alimentávamos

plificadas, quando não completamente distorcidas, pela óptica europeizante ou norte-americana da grande imprensa.

Uma vez por mês realizamos uma reunião de avaliação e de discussão da agenda do próximo número. As decisões adoptadas são comunicadas via telex, carta, telefone ou malote para as sucursais e correspondentes. Como somos uma revista mensal, temos que trabalhar com muita antecipação, não só para tentar informar antes o que os outros publicarão depois, como principalmente para compensar o facto de não termos recursos para mantermos comunicação automática e frequente com os colaboradores e correspondentes. Pelas dificuldades de comunicações, somos obrigados a planear reportagens de capa ou documentos especiais com uma antecedência de até quatro meses.

A chegada do material pedido é sempre uma incógnita. Os custos de transmissão via telex tornam proibitivo o uso normal deste sistema para a recepção de todas as reportagens. Elas chegam assim pelos mais diferentes meios, e não raras vezes percorrem roteiros nada ortodoxos em termos jornalísticos. Muitas passam por várias mãos até chegarem às redacções, e algumas delas já se

um projecto comum, o de editar uma revista dedicada a temas dos países emergentes. Não tínhamos dinheiro e as perspectivas de publicidade eram escassas. Na América Latina, as ditaduras avançavam e os partidos de esquerda estavam envolvidos nas suas próprias lutas sem sequer nos ouvirem. Os árabes, como sempre, lutavam entre si, os africanos absorvidos nas suas guerras de libertação. Enfim, um contexto geral difícil e desanimador.

Nada disso nos afastou daquilo que parecia ser um caminho para a utopia, difícil mas fascinante. Já éramos três: Piacentini, a minha companheira, a uruguaia Beatriz Bissio, e eu. Mas quem se atreveria a editar uma revista com as características de *terceiro mundo*?

A voluntária foi Júlia Constenla, que pôs a sua editora *La Línea* à disposição do projecto.

Os invisíveis inimigos das sombras

O lançamento da revista, em Setembro de 1974, foi um momento inesquecível. Pablo reuniu gente importante da política, do corpo diplomático, dos sindicatos, do jornalismo, mas o facto passou despercebido pela maioria dos jornais.

Naqueles dias turbulentos e tensos, a Argentina era uma devoradora de livros e revistas. Absorvia novos conhecimentos com a avidez de quem está

em luta contra o tempo perdido. A revista caiu em terreno fértil e o seu êxito esteve assegurado desde o primeiro número.

Mas esse êxito era o nosso veneno. A cada nova edição ampliávamos o campo dos nossos inimigos, invisíveis mas implacáveis, que nos rondavam nas sombras. As publicações progressistas, fossem elas católicas ou marxistas, nacionalistas ou simplesmente literárias, eram perseguidas e reprimidas. Em várias cidades e bairros de Buenos Aires, já crepitavam as fogueiras da repressão às ideias.

Piacentini era visado por nada menos de três "pecados": assessor do governo progressista do presidente Héctor Cámpora, editor internacional de *Noticias* e um dos directores de *Tercer Mundo*. Comigo ocorria o mesmo: a condição de exilado punha a repressão no meu encaicho.

Um polícia havia-me advertido: "O senhor sabe que não é muito querido na sua pátria". Na pátria ou no governo ditatorial?

O facto é que na nova realidade argentina, as ideias da revista eram consideradas subversivas pelo poder dominante. E deveríamos esperar pelas consequências.

Logo que circulou o primeiro número, a Aliança Anticomunista Argentina (*Triple A*) divulgou um dos seus sinistros comunicados, dando a um grupo de profissionais 24 horas para deixar o país. Pablo Piacentini estava na lista e não tínhamos dú-

perderam no labirinto da comunicação alternativa. O material enviado pelos correspondentes e colaboradores chega nas mais variadas línguas e nos mais diferentes estilos redactoriais. Normalmente vem em inglês, espanhol e português, mas há casos também de francês, italiano e alemão. Como muitos dos nossos colaboradores são jornalistas exilados é frequente defrontarmos com "línguas mistas" do tipo "portunhol".

Uma vez recebido, o material tem que ser imediatamente traduzido para português do Brasil, a língua padrão para a edição central e para a equipa de redacção. Assim, verifica-se um complexo e às vezes quase infernal processo de transformar originais escritos em estilos e em línguas diferentes para um texto básico que reúna o máximo possível de condições mínimas exigidas pelo nosso padrão redactorial, isto é, objectividade, síntese e facilidade de leitura para um público que varia desde professores universitários até camponeses.

A redacção processa simultaneamente originais em espanhol, português do Brasil e português de Portugal, obrigando o pessoal da composição a um verdadeiro esquema de "lavagem cerebral" para impedir confusões entre três textos

cujas semelhanças dificultam mais do que ajudam aqueles que sobre eles trabalham. A paginação básica é feita a partir da edição brasileira, que serve como modelo para a portuguesa e mexicana. Mas existem adaptações necessárias em função de textos não comuns às três edições, de espaços publicitários diferentes e também porque dificilmente todas as matérias ficam do mesmo tamanho nas três versões.

A distribuição da revista enfrenta em numerosos países dificuldades quase tão grandes como a sua elaboração. Na África, principalmente, as carências de transporte, a burocracia alfandegária e a dificuldade em encontrar divisas convertíveis para pagamento tornam muitas vezes inevitáveis atrasos de vários meses na entrega dos exemplares a compradores e assinantes. Isto sem falar em países como a África do Sul, Guatemala, El Salvador, Chile, Uruguai, Paraguai e Israel onde os *cadernos* só entram clandestinamente. Mas muitas vezes os sinuosos caminhos pelos quais a revista chega aos seus leitores não diminuem o interesse que ela desperta. Ela é uma das raras publicações cujos números atrasados são quase tão procurados como os mais recentes. (Carlos Castilho)



O presidente Velasco Alvarado, falecido em 1977, sempre esteve muito próximo do projecto da revista Janeiro de 78: surge a edição portuguesa de cadernos

vidas de que a alternativa era passarmos à clandestinidade — o que não estava nos propósitos de nenhum de nós — ou sair para não sermos fuzilados. Mais tarde modificaram a praxe: o comunicado vinha apenas depois de terem assassinado.

Piacentini refugiou-se em Lima. Por mais algum tempo ficámos nós, Júlia, Beatriz e eu e outros companheiros da administração, entre os quais a incansável Elisa Rando, a tentar garantir a circulação da revista, cujas tiragens já andavam pelos 16 mil exemplares.

“Adios pampa mía”

Não tínhamos mais dúvidas de que agora seria a minha vez. Os avisos e as advertências, os telefonemas ameaçadores eram constantes. Um diplomata amigo deu-me um aviso peremptório. Num encontro urgente, realizado a altas horas num bar de Corrientes, comunicou-nos que tomara conhecimento de que o meu nome figurava numa lista de exilados latino-americanos marcados para morrer, como realmente morreram outros, desatentos às advertências que na mesma noite receberam daquele amigo.

Morávamos, então, no bairro de Chacarita, num apartamento pequeno atrás do cemitério, um agourento e desagradável encontro de todas as madrugadas, no nosso percurso a pé entre a estação de metro e a casa. Naquele mesmo momento, deixámos Chacarita, para passarmos noite após noite em hotéis diferentes. Como a polícia tem a relação diária dos hóspedes, não tínhamos dúvidas de que nos agarrariam quando o desejassem. Mas, para onde ir?

Foi no hotel Florida, na rua do mesmo nome, bem no centro de Buenos Aires, o nosso desconfortável encontro com aquela gente mal-encarada. Às três e trinta da manhã, fomos acordados, metralhadoras no peito, com o ultimato para deixarmos o país em seis horas. “Sair mesmo. E isso é uma concessão. Não queremos confusão com esses brasileiros”, gritou o chefe do bando.

A ida para o Peru foi rodeada de pormenores excitantes. O embaixador, que nos acolhera na sede da representação logo ao amanhecer, forneceu-nos, por ordens directas do presidente Velasco Alvarado, uma espécie de salvo-conduto, com o pitoresco número de 001. Um conselheiro da embaixada levou-nos até ao avião. Mais tarde, soube que “untara a mão” dos polícias, que ainda queriam criar problemas na hora de embarque. A corrupção, inseparável das ditaduras, às vezes podia ser um passaporte para a vida.

A Argentina, a “pampa mía” ficara para trás, mas o sonho daquelas noites de Montevidéu não desapareceu.

O “intermezzo” incaico

Não foi possível editar a revista no Peru. Numa audiência no palácio presidencial Tupac Amaru, o general Velasco disse-nos concretamente: “Gosto da revista e estou pronto a ajudar a sua publicação, mas fora do Peru... Afinal os vossos principais ‘clientes’, Brasil, Bolívia e Chile, são nossos vizinhos e não quero complicações com essa gente”.

Instalámos no bairro de Barranco a redacção no exílio e, de lá, através de portadores cada vez mais escassos e menos seguros, alimentávamos a editora

em Buenos Aires. Constenla continuava, não sem riscos, a enviar a revista às bancas.

Para não perder o embalo, lançámos no Peru as bases do *guia do terceiro mundo*, cujo nascimento merece um registo. Estava marcada para Lima a reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros dos países não-alinhados. Tanto o presidente Velasco como o ministro dos Negócios Estrangeiros, De La Flor preocupavam-se com o desconhecimento do povo a respeito do seu significado. Chamaram-nos ao ministério para pedir que fizéssemos algo que contribuisse para o entendimento da importância do Movimento. Durante dois meses, publicámos no *Expreso* de Lima fichas dos países não-alinhados, despertando o interesse público. Mais tarde, fomos

surpreendidos com uma edição pirata das fichas num volume altamente disputado em Buenos Aires.

Roberto Remo, pai do *guia*, Cristina Canoura, Gregorio Selser, Horácio Verbistky e Alicia Seade – todos integrantes da nossa equipa central – haviam-se juntado ao grupo, ampliando a actividade redactorial.

Mas já não era possível manter aquele esquema de trabalho. A editora *La Línea*, em Buenos Aires, estava bloqueada e sob estrita vigilância. Alguns jornalistas corajosos que vendiam a revista eram advertidos de que se continuassem, voariam com banca e tudo.

O número 8, com duas entrevistas exclusivas na capa, do presidente de Moçambique, Samora Ma-

Nunca tantos escreveram a Cláudia

□ Nesta edição tivemos de reservar página inteira para a rubrica "Intercâmbio" recolhendo os nomes e endereços que se amontoavam numa gaveta da redacção por falta de espaço em edições anteriores.

Desde que abrimos essa coluna, nunca parou de aumentar o número de leitores que recorrem a *cadernos* para se corresponderem e trocarem entre eles selos de correio, livros, informações das realidades dos seus países ou até para iniciarem contactos de amizade "saltando" fronteiras, continentes e oceanos.

Até à presente edição que assinala a primeira década do projecto *cadernos do terceiro mundo*, 523 leitores tiveram os seus nomes e endereços impressos no "Intercâmbio". Destes, metade são angolanos (262) e 190 brasileiros. Há também moçambicanos (38), portugueses (19), guineenses, mexicanos e de outros países onde as nossas três edições são distribuídas. Inclusive, já publicámos cartas vindas de países onde, embora *cadernos* não circule, encontra leitores de uma forma ou de outra: URSS, RDA, EUA, Chile, etc.

Durante muito tempo foi motivo de curiosidade da nossa redacção saber o que representava para um leitor, em número de cartas recebidas, publicar o seu nome na nossa revista. Intrigava-nos o verdadeiro impacto do "Intercâmbio".

A ocasião surgiu o ano passado em Lisboa, às três da madrugada, no sufoco do "fecho" da edição portuguesa.

Faltava-nos meia-dúzia de páginas para montar

e tudo corria bem. Os problemas que surgiam eram os habituais, nenhum de difícil solução: substituição de uma foto, recompor um pedaço de texto, corrigir uma "gralha" de legenda.

Porém, ao paginar a secção "Cartas" faltaram-nos quatro linhas de texto que são insuficientes para um extracto de carta mas demasiado para ficarem em branco.

Foi então que José Santa-Bárbara, o nosso artista gráfico, se recordou que sua filha Cláudia, jovem leitora de 18 anos de *cadernos*, lhe pedira semanas antes a inclusão do seu endereço na troca de correspondência. O nome de Cláudia foi composto, as quatro linhas preenchidas, a edição "fechada" e o pormenor esquecido.

A nossa surpresa veio um mês mais tarde quando começaram a chegar a casa de Cláudia e José Santa-Bárbara cartas vindas de Angola, Brasil e Moçambique a uma média de dez por dia. Dois meses depois Cláudia já tinha recebido mais de três centenas de propostas de correspondência e, submersa em cartas, debatia-se para encontrar um método selectivo que lhe permitisse responder às por ela considerada mais interessantes.

Porque tinha a favor a sua condição feminina – a quase totalidade dos nomes do "Intercâmbio" são do sexo masculino – talvez o caso de Cláudia não seja dos mais correntes. Mas ele permitiu-nos, pelo menos, ter uma noção aproximada da circulação de correspondência promovida pela publicação de um endereço nos "cadernos do terceiro mundo".

E daqui sai uma sugestão aos leitores. Propomos a todos aqueles que já viram o seu nome no "Intercâmbio" que nos voltem a escrever contando os resultados e experiências obtidos com esta iniciativa. Os números que recolhermos serão mais tarde publicados e os casos mais interessantes descritos. (Carlos Pinto Santos)



O desfile da independência em Moçambique

chel e do general Otelo Saraiva de Carvalho, foi distribuído com extrema dificuldade e risco. O número 9 já circulou praticamente na clandestinidade. Constenla teve de abandonar a casa e meter-se numa ilha do delta do rio Paraná, de onde saiu secretamente para o estrangeiro.

A revista, após estar um ano sem circular, e não podendo ficar no Peru, seguiu o caminho de um novo exílio: México.

O "intermezzo incaico", como chamamos em família ao período peruano, foi um tempo de acumulação de forças e de experiências. O Peru vivia, então, o melhor período da sua revolução, sobre a qual escrevemos com Beatriz Bissio, um livro, o *Modelo peruano*.

Rumo a África

Foi também a partir de Lima que se deu um passo decisivo para o futuro da revista. O diário *Crónica* enviou-nos a Lisboa para uma cobertura especial da revolução portuguesa. Ali, através de relações com oficiais do 25 de Abril, conseguimos lugar no avião presidencial que levava a delegação de Portugal à proclamação da independência de Moçambique, para a qual fomos convidados pela FRELIMO.

O avião ia cheio de gente importante. O general Vasco Gonçalves, primeiro-ministro do histórico V Governo Provisório, Mário Soares (PS), Álvaro Cunhal (PCP), o major Melo Antunes, o general Otelo Saraiva de Carvalho e outros membros do Conselho da Revolução e mais personalidades.

E aí aconteceu outro imprevisto, marcando os rumos da revista. Um colega italiano, Pietro Petrucci, com quem havíamos feito amizade, sugeriu-nos uma entrevista a Siad Barre, presidente da Somália e, à data, da Organização de Unidade Africana (OUA). Siad Barre mostrou-se interessado



Daniel Ortega entrevistado por Carlos Castilho

em falar — era a primeira vez que recebia jornalistas latino-americanos — mas estava a sair para o banquete oficial e de lá iria directamente para o aeroporto, pelo que nos fez a seguinte proposta: "Darei a entrevista se vocês se incorporarem à nossa delegação e aceitarem o meu convite para nos acompanhar. Sairemos pela madrugada para Mogadíscio. Não se preocupem que os devolverei a Lisboa", uma vez que perderíamos o avião presidencial português. Assim foi feito. No banquete oficial, cumprimentámos o presidente Samora Machel, para surpresa dos jornalistas que não entendiam porque é que nós estávamos integrados na delegação somali.

Na viagem de retorno à Somália, Siad Barre, passou em Madagascar e apresentou-nos ao presidente, Didier Ratsiraka, que entrevistámos. Em Dar es Salam, capital da Tanzânia, onde fizemos escala durante algumas horas, pediu a Nyerere que nos recebesse. De regresso a Maputo, passámos duas semanas na Tanzânia, fazendo uma série de reporta-

cadernos do
terceiro mundo 24

ORIENTE MÉDIO
A 3.ª Guerra
começa aqui

Uma entrevista exclusiva
com o Ministro da
Política do Irão



As viagens do Papa:
Que quer o Vaticano?

Junho 80: sai a
edição brasileira

gens, inclusive sobre as *ujamaas*, aldeias comunais, e Dodoma, a nova capital, que os tanzanianos consideram a Brasília da África.

A música do idioma

Ocorreu aí um episódio que marcaria o nascimento da edição luso-africana da revista, que ainda não se consolidara definitivamente na América Latina. Todas as noites íamos ao hotel Kilimanjaro ler os telegramas da *Reuters* afixados num quadro. Em determinado momento, dois homens aproximaram-se de nós e, pelo idioma, perguntaram se éramos portugueses. "Não, um brasileiro e uma uruguaia", respondemos.

Os dois eram Lopo do Nascimento, o primeiro-ministro do governo de transição de Angola e Afonso M'Binda, secretário particular do presidente Agostinho Neto. No dia seguinte, éramos quatro dos poucos passageiros na rota Dar es Salam-Maputo-Luanda. Os outros, uns japoneses e alemães orientais, com as suas pesadas pastas de vendedores, já madrugavam junto aos dois mercados que se abriam. Demorámos algumas semanas em Moçambique, sobretudo nas "zonas quentes" de Cabo Delgado, onde a guerra foi mais dura, e de Maputo. Com as passagens somalis, ficámos ainda várias semanas em Luanda, antes do regresso a Lisboa.

Luanda, naqueles dias, era um inferno. Guerra, êxodo em massa de portugueses fugindo dos obuses e do medo, escassez de comida, intriga e conspiração. Lopo, M'Binda e outros companheiros do MPLA, fizeram o possível para tornar mais amena a nossa estadia e abriram portas que nos permitiram um trabalho jornalístico muito amplo. Já havíamos encontrado o presidente Agostinho Neto nas suas visitas pelas capitais europeias, defendendo o direito da sua pátria à independência. Mas foi em Luanda que nos foi possível, através de entrevistas e contactos em momentos decisivos, conhecer melhor o ideólogo da revolução africana, o grande líder da independência de Angola, o dirigente político, o chefe militar e o companheiro exemplar, que foi Agostinho Neto.

Naquela altura, a campanha internacional contra o MPLA era frenética. Os companheiros angolanos sentiram a gravidade do problema e perguntaram se nos era possível fazer alguma coisa, sobretudo em Lisboa, onde, naqueles dias como ainda hoje, se encontra a cabeça da conspiração anti-angolana. "Claro que sim. Poderemos preparar uma edição de *cadernos* dedicada à independência, abrangendo outros aspectos da conjuntura". Mas, com que dinheiro? Lopo é um homem que fala pouco, como é quase uma norma entre os dirigentes angolanos. Não disse sim nem não. Mas, poucas horas depois, articulou o apoio à edição portuguesa, através de um grupo de amigos em Lisboa, li-



O segundo número da nossa edição portuguesa exposto nas bancas de Luanda

derados pelo médico Arménio Ferreira, colega de turma e amigo pessoal do presidente Agostinho Neto.

Regresso a Lisboa e bato à porta de uma velha casa da Baixa, cujo endereço me havia sido dado confidencialmente. Aí, no velho estilo jamesbondiano, uma mão amiga entrega-me a encomenda. Passei o pacote a Altair Campos e pedi a Josué Guimarães que fizesse o trabalho de editor. Com o objectivo de preparar a primeira edição em português, embarcámos novamente para Angola, junto com Beatriz Bissio e Josué Guimarães. Ali assistimos aos difíceis dias do cerco de Luanda e à independência no dia 11 de Novembro de 1975.

Contando todos os escudos e voluntariamente, os companheiros fizeram um trabalho primoroso, que teve a maior repercussão em Portugal e nas ex-colónias. Nascia de maneira tão informal e imprevisível a nova edição de *terceiro mundo*, que hoje é um notável êxito, com expressivas tiragens em Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau.

No país dos astecas

Completado o trabalho que nos levara a África e Portugal, regressámos à América Latina. Mas as coisas no Peru haviam mudado. Fomos recebidos como *persona non grata* pelo regime do general Morales Bermúdez, que nos considerava próximos de Velasco. Por determinação do presidente Luis Echeverría e a intervenção de amigos, Genaro Carnero Checca, da Federação Latino-Americana de Jornalistas, e Francisco Julião, da nossa comunidade de exilados, conseguimos visto para entrar no país dos astecas, refúgio dos perseguidos políticos de todo o continente.

Lançámo-nos imediatamente à tarefa de restabelecer a circulação da edição em espanhol. Porfirio Muñoz Ledo, então ministro da Educação e depois embaixador do México nas Nações Unidas, solucionou os problemas legais, criados com a existência de um registo de fachada do nome *Terceiro Mundo*. "Mire, ponga antes la palabra 'cuadernos'



Agostinho Neto dá uma entrevista a Neiva Moreira (Luanda, Setembro de 1975)

y está". Desde então fomos rebatizados como *cadernos do terceiro mundo*.

A edição em espanhol conseguiu uma ampla penetração na América Central, Caraíbas e zonas *chicanas* do sul dos Estados Unidos. Quando estive recentemente no México, emocionou-nos a informação transmitida por um companheiro da Guatemala: "A revista é leitura corrente dos nossos combatentes e texto suplementar nas escolas das áreas libertadas. Um serviço especial do nosso correio recebia-na na fronteira com o México e transporta-a, nas costas de militantes, até às zonas de guerra, com oito dias de perigosa travessia".



Roberto Remo no lançamento do primeiro guia (1979), no México

A partir do México, reestruturámos a edição portuguesa, hoje solidamente implantada, e lançámos a edição em inglês. Para essa façanha, contámos com uma equipa de reconhecida capacidade, sob a direcção de dois companheiros de primeira

linha: o inglês Cedric Belfrage, corajoso editor do *The Guardian*, fechado na era macartista nos Estados Unidos, e Fernando Molina, um economista e jornalista mexicano, que fala o inglês com extraordinária competência.

Cedric vive na cidade de Cuernavaca desde que o fanatismo tornou impossível a sua permanência nos Estados Unidos. É um notável profissional e um humanista dedicado às grandes causas da liberdade e da democracia.

A edição em inglês atendeu um pouco àquele conselho histórico de Martí, nos seus artigos escritos quando vivia nos Estados Unidos: "lutar no coração do monstro". Em pouco tempo, já alcançávamos uma venda comercial de mais de três mil exemplares nos Estados Unidos e Canadá, com mais de mil assinaturas nas universidades e centros de estudos norte-americanos. Por vários motivos — défice financeiro, transferência para o Brasil da sede central e outros —, a edição em inglês foi temporariamente suspensa.

Com a experiência adquirida no Peru, instalámos no México uma equipa dedicada à produção e impressão do *guia do terceiro mundo*, um almanaque que dá a versão da história na visão dos oprimidos e não na dos opressores. A direcção do *guia*, como até hoje, esteve a cargo do uruguaio Roberto Remo, um profissional do mais alto nível e um trabalhador incansável para o êxito dessa empresa complexa e delicada. Hoje, publicam-se quatro edições do *guia*: a central, no Brasil, a de língua espanhola, no México, a de português, em Lisboa e, agora, a de inglês, na Holanda numa co-edição com a NOVIB, um organismo não-governamental empenhado na luta pelo desenvolvimento do Terceiro Mundo.



O testemunho de um camponês da Guatemala: "a revista é texto nas escolas das áreas libertadas"

Os novos projectos

Os companheiros do México e Lisboa começaram a editar livros e estão a ter êxito. No México, organizou-se paralelamente à revista a *Mexsur* que, entre outros, editou "Reagan entre El Salvador y las Malvinas" e "Bolívia: el cuartelazo de los cocadólares", de Gregorio Selser; "La autoridad del pueblo", de Liber Seregni; "Conexión en Tegucigalpa" e "Pastora: Um cero en la historia", de Roberto Bardini. Em Portugal, a nossa empresa editora, a Tricontinental, publicou os seguintes títulos: "El Salvador - O caminho dos guerrilheiros", de Carlos Gil; "Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral", de Sérgio Ribeiro; "A montanha é algo mais que uma imensa estepe verde", de Omar Cabezas Lacayo e está no prelo um livro sobre o petróleo, de Pablo Piacentini.

Por outro lado, sob o patrocínio de *cadernos do terceiro mundo* temos realizado em Lisboa mostras de cinema africano e do Terceiro Mundo em geral, seminários, em países africanos e conferências no Brasil, México e outros países latino-americanos.

O desafio da informação alternativa está a gerar sempre novos projectos. No momento, trabalhamos em alguns deles.

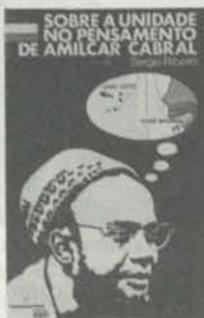
A edição do Rio da Prata deve reaparecer nos próximos meses, com sede em Buenos Aires ou Montevideo. Este é um compromisso nosso. Não foram os argentinos ou os uruguaios que nos repeliram, mas ditaduras opressoras que temiam, como no caso de outras publicações reprimidas, o fluxo da informação independente.

Estamos a retomar o projecto da edição em inglês, agora não apenas voltado para o Norte, como também para os países de idioma inglês do Terceiro Mundo, como o Zimbábue, Índia, Nigéria, Tanzânia, Sri Lanka, Quênia, Zâmbia e outros, além dos países Árabes. A ideia dominante na nossa equipa é produzir a revista em inglês no Rio de Janeiro e México e imprimi-la em Lisboa, cidade destinada a converter-se num centro de produção gráfica das nossas publicações.

A nossa revista procura oferecer sempre a melhor cobertura dos grandes temas internacionais, mas é compreensível que a mesma não possa abranger, na medida desejada, os assuntos específicos de cada país. É natural que os leitores reclamem. Os do Brasil costumam escrever a perguntar se também não somos um país do Terceiro Mundo.

A solução para esse problema foi a criação de suplementos nacionais. O primeiro já está a circular com a revista do México, sendo seu editor o companheiro Roberto Bardini. Destina-se ao México, à América Central e às Caraíbas e foi bem recebido na região.

O suplemento brasileiro está em marcha e espe-



Alguns títulos editados pela equipa de *cadernos* em Lisboa e México. Em baixo, as edições portuguesa de 83 do *guia* e brasileira de 84/85. Tiragens de dezenas de milhares de exemplares



ramos que possa aparecer nos próximos meses. O seu editor é o jornalista e professor universitário Ruy Mauro Marini, autor de vários livros sobre o Brasil e a América Latina e que leccionava até há pouco na Universidade Nacional do México, um imenso complexo de escolas e institutos com mais de 40 mil professores e 320 mil alunos. A equipa



Da esq. à dir.: José Pedro Cardoso, do PS uruguaio; Raymundo Faoro, Guillermo Ungo, líder da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador e Moacir Werneck de Castro, numa conferência na sede dos *cadernos* no Rio (1982)



Maio 79: o nº 1 de *third world*. Uma edição que vamos relançar

de Lisboa estuda a estruturação do suplemento português e está nos nossos planos o suplemento angolano, de maneira a oferecer a milhares de leitores em Angola um novo elemento de informação.

Roberto Remo, Gerónimo Cardozo e Horácio Verbitsky dirigirão a edição do Rio da Prata, na sua nova fase.

O nosso campo é muito vasto e tudo o que posamos fazer fica ainda muito aquém do mínimo necessário para enfrentar o poderio da artilharia adversária. Uma dessas áreas virtualmente a descoberto, sujeita às múltiplas influências estrangeiras, sobretudo norte-americanas, é o da cultura assim como a da economia. No primeiro caso, a equipa de *cadernos* está empenhada num projecto imediato, que é editar trimestralmente, uma revista de estudos e análises, *Terra Firme*, que estará com um grupo qualificado de colaboradores, sob a coordenação da socióloga e escritora Vânia Bambirra. O primeiro número de *Terra Firme* já está em elaboração, devendo circular antes do fim do ano.

Por fim, existe a ideia de uma revista de economia, elaborada por economistas que se integram ao projecto dos *cadernos*. Embora não haja ainda um projecto concreto, a equipa já está a discutir os passos que deverão ser dados para que também nesse campo, a desinformação possa ser enfrentada.

Alguns cuidados objectivos

Utopia? Sonhos? Em parte, sim. Seria impossível ocupar esses espaços sem uma forte base de idealismo, de entrega e, também, de utopia.

No entanto, nem tudo foi e é apenas sonhos. Uma iniciativa como a nossa deve construir uma sólida base empresarial. Actualmente, o nível de organização que já alcançámos é melhor do que o comum em publicações alternativas, mas ainda insuficiente. A nossa administração procura melho-

rar a sua eficácia, a contabilidade funciona correctamente, temos embriões promissores de departamentos comerciais, já introduzimos os computadores, a *composer* e o telex na nossa rotina de trabalho e contamos com um grupo de companheiros nos departamentos de serviços muito integrados no espírito da empresa. Trabalhamos todos com uma característica comum: nenhum de nós pensa em ficar rico, dar em capitalista ou abandonar uma linha de austeridade e modéstia, que deve ser inerente à tarefa de dirigir empresas como esta.

Um dirigente da Frente Polisario que acabava de percorrer países da África e da América Latina, visitou-nos no México para pedir que continuássemos próximos da sua luta. Perguntámo-lhe porque nos procurava: "Acabo de conversar com muita gente influente da América Latina e África sobre a revista. Encontrei uma opinião virtualmente unânime a seu favor: *cadernos* está a romper os esquemas das publicações alternativas. As suas empresas são organizadas, e, apesar de serem revistas pobres, aparecem tecnicamente muito bem apresentadas. Alguns sectores da esquerda, com poder económico, editam publicações feias e sujas para parecer pobres. Vocês fazem o contrário. O povo valoriza as coisas boas. Por outro lado, não encontramos grandes reservas à linha editorial da revista. Quase todos os partidos e grupos com quem contactamos consideram-se integrados na revista mas não seus donos. Por último, vocês não são sectários, dependentes de governos, partidos ou grupos e isso permite uma acção muito mais eficaz e abrangente."

Esperamos seguir esta linha, consolidando a revista com o apoio dos leitores de países com idiomas e regimes políticos tão diferentes para podermos continuar a dar a nossa contribuição na luta dura, difícil e desigual contra os gigantes monopolios capitalistas da informação. ●

1974/1984



Cadernos do Terceiro Mundo
e a Nova Ordem Informativa
Internacional

Acender uma vela

Uma contribuição prática para o
estabelecimento de uma comunicação
horizontal entre os países em desenvolvimento

Roberto Remo

“ Em vez de lamentar o escuro, procure acender uma vela”. Com esta frase, Neiva Moreira costuma interromper-nos cada vez que o procuramos com queixas sobre os problemas quotidianos da nossa tarefa: faltam recursos para se comprar melhores fotos, a gráfica não entrega as provas no prazo combinado, a tipografia apresenta defeitos, o telex internacional voltou a subir de preço e os correios nem sempre são confiáveis...

Devemos então dedicar-nos à procura de soluções práticas e viáveis para os problemas, embora talvez não sejam as ideais. “O óptimo é inimigo do bom”, diz a sabedoria popular.

A atitude de “acender uma vela” é a que melhor define a nossa posição diante do desafio de construir uma Nova Ordem Informativa Internacional.

A proposta da NOII nem sequer existia quando o primeiro número de *Terceiro Mundo* nasceu há dez anos. O que existia, sim, era a preocupação em enfrentar um sistema mundial de notícias controlado por um punhado de transnacionais.

A nível governamental, já em 1972, os ministros dos Negócios Estrangeiros do Pacto Andino exprimiram a preocupação pelo facto de “o maior volume de informação internacional que circula nos nossos países ser processado fora da região”. No ano seguinte, 75 chefes de Estado ou de governo do Terceiro Mundo declararam em Argel que “os países em vias de desenvolvimento devem empreender uma acção conjunta na área das comunicações” para “reorganizar os actuais canais de informação”, vistos como “legado do passado colonial”.

A Conferência dos Países Não-Alinhados em Argel estabeleceu as bases da proposta terceiro-mundista de uma Nova Ordem Económica Internacional, que em 1974 foram incorporadas pelas Nações Unidas na Carta de Direitos e Deveres Económicos

dos Estados” (e que, uma década depois, continuam a ser letra morta para todos os efeitos práticos).

Por analogia, foi cunhado o termo “Nova Ordem Informativa Internacional” para sintetizar o conjunto das reivindicações terceiro-mundistas no âmbito da comunicação de massas: fluxo equilibrado de informação entre o Norte e o Sul, restrições à monopolização das fontes de informação, respeito pela identidade cultural de cada povo, entre outras.

No âmbito da Unesco, travou-se uma batalha diplomática para que esses princípios fossem reconhecidos. Depois de longos anos de discussões, avanços e recuos, esse organismo das Nações Unidas acabou por aprovar (Belgrado, 1980) o chamado “Relatório MacBride”, assim baptizado pelo presidente da comissão que o elaborou, o irlandês Sean MacBride, prémio Nobel da Paz.

A colocação em prática desses princípios sofre um boicote sistemático por parte dos Estados Unidos, que não apenas negaram a sua contribuição a todos os projectos da Unesco nesse sentido, como também ameaçam retirar-se da organização, se esta não renunciar ao seu esforço para mudar a actual estrutura informativa transnacionalizada.

Paralelamente, há dez anos que se têm multiplicado as pesquisas sobre o tema da comunicação internacional em universidades e institutos especializados em todo o mundo. As conclusões são alarmantes: um punhado de agências monopoliza as notícias, um punhado de transnacionais controla a publicidade, cada vez há menos órgãos independentes, e mais jornais, revistas e estações de rádio são absorvidos por gigantescos conglomerados (*networks*) que incluem jornais, rádios, TV's, discos, editoras e outras actividades afins ou não, tais como cadeias de hotéis e empresas imobiliárias.

Se a essência da democracia é a liberdade de ex-

pressão, esses "polvos" são o seu inimigo número um, já que reduzem a multiplicidade de vozes que podem se exprimir e a liberdade de escolha do público. Mas o poder desses conglomerados é de tal ordem que não apenas se apresentam como paladinos da liberdade como também impõem a imagem de que a Nova Ordem Informativa é o resultado de uma conspiração totalitária destinada a implantar a censura a nível mundial.

É verdade que muitos governos do Terceiro Mundo são ditatoriais e repressivos e, portanto, as suas agências noticiosas são meros difusores da mais grosseira propaganda oficial. Condenar por isso a Nova Ordem Informativa Internacional seria o mesmo que condenar a Declaração dos Direitos do Homem porque Pinochet também a assina.

Do dito ao feito

Definido politicamente o problema, e estudado academicamente nos seus múltiplos aspectos, falta passar à acção prática. Os não-alinhados e organizações regionais como a OUA (Organização da Unidade Africana) na África e o SELA (Sistema Económico Latino-Americano) na América Latina, passaram a impulsionar a coordenação das agências de notícias nacionais e a criar novos organismos de imprensa multinacionais (no bom sentido).

Assim, surgem o *pool* de agências noticiosas dos não-alinhados, a Agência Africana de Notícias (PANA) e a ALASEI (Agência Latino-Americana de Serviços Especiais Informativos), que lutam para disputar um espaço nas páginas internacionais dos jornais com as "quatro grandes" da notícia in-

ternacional: AP (*Associated Press*), UPI (*United Press International*), AFP (*Agence France Presse*) e *Reuters*.

Entretanto, por se tratar de empresas intergovernamentais, suportam a carga de estruturas burocráticas complexas e mecanismos lentos de consulta e tomada de decisões.

Assim como a Carta de Direitos e Deveres Económicos autoriza um Estado a nacionalizar os seus recursos naturais, mas não o obriga a fazer (isso dependerá, obviamente, da sua política interna, da habilidade, capacidade e poder das suas forças progressistas), uma nova estrutura da informação é construída diariamente a partir das inúmeras iniciativas jornalísticas que se opõem à monopolização e ao controlo transnacional dos meios de comunicação e que, à falta de nome melhor, costumam-se designar genericamente de "alternativas".

Foi aí que *cadernos do terceiro mundo* acendeu a sua vela, como uma organização de jornalistas especializados, independente de governos e partidos e não motivada por fins lucrativos.

Uma revista que apoia e se apoia em todos aqueles que compartilham dos seus princípios gerais (amplos para unir, mas exactos para delimitar um perfil próprio, como qualquer leitor atento se apercebe) resultou ser um instrumento idóneo para a comunicação intercontinental. Informamos os africanos sobre a América Latina, os latino-americanos sobre a África, uns e outros sobre as próprias regiões e preparamo-nos para, ressuscitando a edição em inglês, alcançar uma cobertura realmente mundial.

A IPS e os "cadernos"

Entre todas as organizações jornalísticas com as quais a revista *cadernos do terceiro mundo* tem acordos de cooperação, uma ocupa um lugar especial. Trata-se da agência de notícias *Inter Press Service* (IPS) à qual estamos ligados desde o nosso surgimento e com a qual continuamos a desenvolver um trabalho de ajuda mútua. A IPS surgiu em 1964 como uma cooperativa de jornalistas do Terceiro Mundo, sem fins lucrativos. O principal objectivo da nova agência era, e continua a ser, o de dar uma informação não distorcida sobre a realidade dos países subdesenvolvidos da África, Ásia e América Latina, além de recolher na Europa e nos Estados Unidos as informações mais necessárias ao Terceiro Mundo.

Hoje a IPS é a sexta maior rede de notícias do mundo, com correspondentes em 70 países e serviços em nove línguas, entre elas o inglês, espa-

nhol, português e árabe. Tem ainda contratos com agências nacionais de 40 países e acordos com organismos das Nações Unidas, Unesco e FAO. A rede de comunicações utiliza satélites artificiais e um moderno computador na sede central em Roma. Vários dos correspondentes da IPS colaboram regularmente com *cadernos*, que usam também a rede de comunicações da agência para manter contacto com os seus próprios correspondentes e colaboradores.

Além do noticiário normal, os serviços da IPS incluem boletins especiais sobre agricultura, mineração, finanças, tecnologia, indústria e cultura. A grande maioria dos membros do *staff* da IPS são jornalistas do Terceiro Mundo, cujo objectivo principal é o de dar uma visão da realidade africana, asiática e latino-americana sem as distorções naturais da imprensa anglo-saxã, ou a interferência de interesses económicos das empresas transnacionais. Nisto ela integra, junto com os *cadernos* o esforço em busca de uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Já somam mais de quatro milhões os exemplares de revistas, guias e livros que vendemos em cinco continentes. A circulação mensal ultrapassa os cem mil exemplares. O impacto, ampliado pelas reproduções (autorizadas ou não) em dezenas de periódicos locais, é impossível de quantificar.

Temos visto reproduções de artigos nossos em jornais e revistas da Índia e das Honduras, de Moçambique e dos Estados Unidos. Salvo casos extremos (o *guia do terceiro mundo* chegou a ser "pirateado" quase integralmente sem autorização e sem indicação da fonte), incentivamos esse intercâmbio. A lógica da imprensa alternativa não é a de eliminar competidores, mas sim a de incentivar todas as iniciativas afins, que a curto e longo prazo acabarão por se apoiar mutuamente.

Assim, por exemplo, as estruturas de distribuição que trabalhosamente tivemos que montar no México, África ou Brasil já estão ao serviço de outras publicações. O intercâmbio de artigos, listas de assinantes, fontes bibliográficas ou dados sobre a forma mais eficaz de promover a publicação com um mínimo de investimento vai tecendo paulatina-

mente uma rede de solidariedade entre publicações afins na sua vocação renovadora e contestatária, embora sejam tão díspares na sua forma como o boletim poligrafado de um bairro-da-lata de Lima ou o jornal académico de uma organização de universitários norte-americanos militantes. Uma *network* informal que deve ainda reflectir muito sobre quais os mecanismos institucionais que poderiam dinamizá-la sem cristalizar num colete rígido o dinamismo que lhe dá a força e a razão de ser.

Um olhar retrospectivo à diferença que separa os primeiros *cadernos* paginados por um grupo de exilados e montados sobre uma mesa de cozinha, com a actual estrutura com telex e microcomputadores, pode conduzir a um ufanismo vazio. Uma comparação com o poder dos gigantes transnacionais da comunicação, com as suas mensagens alienantes tele-impresas simultaneamente via raios *laser* nas capitais dos cinco continentes, poderia decepcionar o mais entusiasta mesmo antes de dar o primeiro passo.

Entre os dois extremos, o 10º aniversário serve-nos para registar que a vela continua acesa. ●



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Cooperar e desenvolver

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

1974/1984

Testemunhos de uma década chave

Mergulhando nos mais importantes acontecimentos dos últimos dez anos, a equipa de *cadernos do terceiro mundo* fez do jornalismo uma trincheira da informação independente

Beatriz Bissio



Dez anos de trabalho dedicado a um jornalismo independente mas não neutro, colocam a equipa de *cadernos do terceiro mundo* numa posição privilegiada dentro da profissão: a de escrever numa publicação sem fins lucrativos e voltada para os interesses dos povos oprimidos. E isso não é um facto a ser desprezado num mundo onde a informação se transformou numa mercadoria, os meios de comunicação em instrumentos de dominação e a profissão, em muitos casos, num trampolim para conseguir *status* e ascender economicamente.

Mas não só por isso somos uma equipa privilegiada. O esforço audacioso — e até obcecado — de prosseguir o objectivo que nos havíamos proposto em criar um instrumento para informar sobre o Terceiro Mundo — o grande esquecido dos meios de comunicação de massa — a partir da análise que os seus próprios dirigentes, seus povos, seus intelectuais fazem das suas realidades, permitiu-nos participar nalguns dos factos políticos mais significativos da década. Megulhámos neles, confundimo-nos com os seus protagonistas, vivemos os riscos do momento e, modestamente, descrevemo-los com a maior fidelidade possível, mostrando mais do que interpretações, os próprios factos, pois um profundo respeito pela capacidade intelectual de cada um dos nossos leitores leva-nos à convicção de que — dispendo de *informação* — eles serão capazes de tirar as suas próprias conclusões.

Presentes em dezenas de países

Distribuídos em vários continentes, com o denominador comum de entender o exercício do jornalismo como um serviço à comunidade, intimamente ligado aos seus interesses e aspirações, os membros da equipa de *cadernos* cobriram, ao lon-



Daniel Waksman e Quiroga Santa Cruz (esq. e dir. respectivamente, nos círculos), no lançamento dos *cadernos do terceiro mundo* na cidade do México, em 1977

go desses dez anos, acontecimentos tão fundamentais da década como as lutas de libertação nacional e as independências de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe; a derrota de Somoza na Nicarágua; a luta do povo salvadorenho; a resistência do povo panamiano, liderado pelo general Omar Torrijos, contra a ocupação norte-americana no Canal; a organização dos palestinos no exílio e a invasão israelita do Líbano; as conferências dos Não-Alinhados; a cooperação civil e militar cubana no continente africano; os esforços dos partidos progressistas da América Latina em se agruparem numa estrutura permanente como a COPPPAL; a proposta revolucionária de Granada sufocada pelos Estados Unidos; a resis-

tência do povo chileno à ditadura de Pinochet; a revolução peruana encabeçada por Velasco Alvarado; a vitória democrática de Alfonsín na Argentina; os esforços do Zimbábue em consolidar o seu governo socializante de maioria negra, encabeçado por Robert Mugabe; a luta do povo sarauí pela libertação da sua pátria ocupada por Marrocos; a guerra do Golfo entre Irão e Iraque e os desafios do mundo árabe no seu confronto com Israel; os esforços da Índia para superar os seus conflitos étnicos; os avanços realizados pelo povo vietnamita no seu rumo para o socialismo; o desafio da revolução chinesa pós-Mao; a resistência popular à ditadura de Ferdinando Marcos nas Filipinas; as dificuldades e conquistas da revolução etíope; as lutas do povo somali contra a seca e a pobreza; o avanço dos movimentos pacifistas europeus; a resistência dos arménios; as discussões em torno da dívida externa, da questão energética, das drogas no mundo moderno; o desafio da informática; as interrogações sobre o futuro do Egipto; a contínua deterioração do regime do Sudão; os esforços da Tanzânia em superar o subdesenvolvimento e a prolongada guerra civil do Chade; a luta pela independência do povo da Namíbia; a vitória popular na Bolívia que levou o presidente Siles Zuazo ao poder; o avanço do povo uruguaio rumo à democracia; a conjuntura política e económica do Brasil.

A lista é longa, e os nossos leitores terão acesso a todo esse trabalho no índice remissivo publicado no número 50 e na presente edição, o que é também uma contribuição da equipa de *cadernos* para um melhor aproveitamento da revista. Numa palavra, estivemos presentes em dezenas de países e junto de numerosos povos que lutam pelo objectivo comum de superar o subdesenvolvimento.

Os critérios que nos norteiam

Aprendemos muito. Enriquecemo-nos. Tornamo-nos mais flexíveis nos nossos juízos. Compreendemos que a realidade é mais rica que a imaginação, que descrevê-la é sempre melhor que interpretá-la por detrás de uma confortável secretária.

Os critérios que procuramos seguir para entender a diversidade do Terceiro Mundo em toda a sua riqueza potencial, são para a equipa dos *cadernos do terceiro mundo* uma condição fundamental. Sem esse respeito por cada povo e pelas suas formas de se organizar, não estaremos a cumprir o nosso dever de profissionais da informação. Mas a influir na vida desses povos para que sigam caminhos rumo a um duvidoso desenvolvimento, que muitas vezes nada tem a ver com as suas próprias aspirações.

Esses métodos, esses critérios, não foram inventados por nós, nem improvisados. Foram surgindo

à medida que fomos conhecendo mais profunda e directamente a diversidade cultural, linguística, social, económica e política do Terceiro Mundo e nos comprometendo mais com o dever de divulgá-la. Tal como o filósofo grego, à medida que sabemos mais, temos a humildade de reconhecer que nada ou pouco sabemos. Por isso, o nosso empenho em que os nossos colaboradores sejam profissionais dos próprios países sobre os quais escrevemos ou cujo conhecimento de uma determinada realidade e seu compromisso com ela nos permita confiar profissionalmente no seu trabalho.

Os companheiros que perdemos

Assim, fomos criando a rede de colaboradores que temos actualmente. Fomos conhecendo jornalistas das mais diversas nacionalidades, com os quais tínhamos mais pontos em comum do que divergências, e com os quais é muito gratificante trabalhar.

Nem todos eles nos acompanham hoje nesta comemoração dos nossos primeiros dez anos. Perdemos vários e valiosos colaboradores: os uruguaio Daniel Waksman Schinca e Luwis Pedemonte, ambos mortos prematuramente no exílio, Luwis sonhando em poder cobrir os Jogos Olímpicos de Moscovo o que nunca pôde realizar, e Daniel, em melhorar e ampliar a nossa cobertura latino-americana; o argentino Luis Guagnini, desaparecido em Buenos Aires em 1975 e do qual nunca mais se teve notícias; o senador boliviano Marcelo Quiroga Santa Cruz, assassinado no trágico 17 de Julho de 1980, em La Paz, quando o general García Meza tomou o poder para impedir a tomada de posse do presidente eleito Siles Zuazo; o peruano Genaro Carnero Checca, presidente e fundador da FELAP (Federação Latino-Americana de Jornalistas), que patrocinou o lançamento da revista em 1977 no México, quando ressurgíamos depois das dificuldades na Argentina e Peru; o escocês Malcom Caldwell, especialista em assuntos do sudeste asiático, que se tornou nosso assíduo colaborador depois de um encontro no México, morto em circunstâncias nunca esclarecidas enquanto realizava uma viagem pelo Kampuchea reunindo informações para um livro em preparação; o australiano Wilfred Burchett, membro do nosso conselho editorial, profissional exemplar, conhecedor como poucos da problemática da península indochinesa, cuja reportagem sobre o Vietname foi tema de capa da nossa revista em Abril de 1981.

A todos eles rendemos homenagem, continuando a tarefa comum que nos uniu por cima de fronteiras: contribuir, a partir da nossa trincheira do jornalismo, com as lutas e esperanças dos povos da África, Ásia e América Latina, para saírem do subdesenvolvimento e serem donos do seu destino. ●

A nova revolta de Sharpeville

Depois do revés sofrido nas eleições para o novo parlamento, o governo de minoria branca enfrenta uma sucessão de protestos, greves, boicotes e manifestações, num momento em que a economia sul-africana passa por um dos seus momentos mais críticos

Carlos Castilho

Rebeliões em cinco cidades seguidas de uma sangrenta repressão policial marcaram na madrugada de 3 de Setembro a entrada em vigor da nova constituição sul-africana, rejeitada pela totalidade dos negros e pela esmagadora maioria dos mestiços e indianos. Foi a maior onda de protestos contra o racismo desde a revolta de Soweto em 1976, e surgiu num momento crítico para o governo de minoria chefiado pelo primeiro-ministro Pieter W. Botha.

A onda de protestos explodiu na histórica cidade de Sharpeville, local de um massacre em 1960 onde as forças do *apartheid* mataram mais de 100 negros durante uma manifestação pacífica. Desta vez, o rastilho da revolta foi a subida dos impostos pagos pelos trabalhadores negros para morarem em barracões miseráveis na periferia das cidades brancas. Todos os trabalhadores negros têm de habitar em áreas determinadas pelo governo, onde não podem possuir casas, por não serem considerados residentes permanentes. No final de Setembro, as rendas de casa foram aumentadas em 300%, numa altura em que os salários subiram em níveis inferiores à inflação.

Mas as origens da revolta estão na nova constituição que

manteve o veto à participação dos 22 milhões de negros na vida política do país, onde, apesar de serem mais de 70% da população, são considerados cidadãos de segunda categoria. O novo texto constitucional criou três câmaras legislativas. Uma exclusivamente para os brancos com 166 lugares, outra para os mestiços com 80 e uma terceira para os indianos com apenas 40. As reformas anunciadas pelo governo como um "abrandamento" do *apartheid* incluem ainda o reforço do poder executivo, integralmente composto por brancos, onde o cargo de presidente da República passa agora a ter poderes quase absolutos.

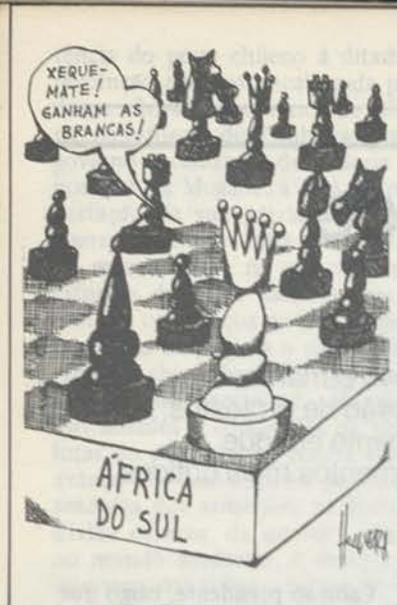
Cabe ao presidente, cargo que passou a ser ocupado pelo primeiro-ministro Pieter W. Botha, resolver as eventuais discordâncias entre as três câmaras legislativas, que apenas, podem discutir assuntos relativos aos seus respectivos grupos étnicos. O chefe do executivo é assessorado por um todo poderoso Conselho de Segurança Nacional, do qual fazem parte as forças armadas, os serviços de segurança e os organismos de espionagem.

A UDF

O facto da nova constituição ignorar mais uma vez os direitos da maioria da população sul-



As maiores acções de protesto desde Soweto



africana, provocou a deflagração de uma campanha de boicote organizada e dirigida pela Frente Unida Democrática (UDF), uma organização de massas surgida há pouco mais de um ano e que hoje representa cerca de 600 entidades sindicais, políticas, religiosas, estudantis, femininas, bem como associações de moradores de todas as raças. No total pensa-se que a UDF conte com a adesão de cerca de dois milhões e meio de sul-africanos, o que transforma a organização na maior frente política contra o *apartheid* jamais surgida no país. O seu principal dirigente é o reverendo Allan Boesak, bispo da Igreja Holandesa Reformada.

A Frente organizou desde o início do ano várias manifestações pedindo aos mestiços e indianos que boicotassem as eleições para a escolha dos seus deputados no parlamento "tricolor". A UDF chegou mesmo a fazer um abaixo-assinado com um milhão de assinaturas, além de ter feito uma intensa propaganda no estrangeiro mostrando a natureza discriminatória do propagado "abrandamento" do *apartheid*. A campanha de boicote contou também com a adesão do Comité Nacional do Foro (NFC)

uma organização criada por movimentos negros e mestiços que se autoproclamaram "à esquerda" da UDF.

Apenas 30% dos mestiços votaram no dia 22 de Agosto. Uma semana depois, na votação dos indianos, a abstenção foi ainda maior, a ponto do ministro do Interior, Louis le Grange, ter considerado os resultados como "decepcionantes". Tanto na votação dos mestiços como dos indianos a polícia foi pródiga em violências e prisões, entre elas, as de 35 dirigentes da UDF.

Mas quando o novo parlamento foi empossado no dia 3 de Setembro, nenhum dos deputados se mostrava feliz. Na verdade, a campanha de boicote transformou a UDF na grande vitoriosa do pleito, mesmo sem ter participado nele. E o grande derrotado foi o Partido Trabalhista, formado por mestiços e dirigido pelo reverendo Alan Hendrickse que decidiu participar nas eleições apesar da maioria dos membros do partido se terem recusado a aceitar a proposta reformista do governo branco.

Os protestos

A campanha de boicote às eleições parlamentares coincidiu com o início de uma onda de protestos por parte dos estudantes da Cidade do Cabo, Durban, East London e Johannesburg. Quarenta mil jovens deixaram de comparecer às aulas até ao dia da votação e prometeram repetir o movimento nas semanas seguintes. Até mesmo as igrejas manifestaram a sua oposição ao acto eleitoral. Na Cidade do Cabo, a Igreja Anglicana retirou a permissão para a instalação de cabines eleitorais em dois templos seus, sob a alegação de que a nova constituição é inaceitável para os cristãos.

A tensão também já se vinha acumulando na periferia de grandes centros como a Cidade do Cabo e Durban, onde se concen-

tram grandes núcleos pobres de mestiços e negros. O governo planeava remover à força milhares de habitantes dos bairros pobres antes das eleições, mas acabou por fracassar nos seus intentos. Durante as duas primeiras semanas de Agosto, a polícia apareceu todas as manhãs nos bairros-da-lata próximos à Cidade do Cabo para destruir casebres e expulsar moradores sem registo de emprego. Apesar das prisões e violências, os expulsos voltavam durante a noite. O plano era deslocar todos os moradores para um bairro-da-lata gigante chamado Crossroads onde já vivem cerca de 250 mil pessoas, cem mil das quais consideradas "imigrantes ilegais", que fugiram das reservas negras do interior por causa da fome. Perto da Cidade do Cabo existe uma outra área para onde estão a ser removidos os negros e mestiços, a cidade de Khayelitsha, para onde devem ser enviados quase 250 mil pessoas, que hoje acampam nas proximidades do aeroporto. O governo pretende remover a força, em todo o país, quase três milhões de negros e mestiços considerados ilegais, porque foram obrigados a deixar os bantustões por falta de trabalho e comida.

Toda a ofensiva contra os moradores de bairros pobres visa impedir que os redutos brancos sejam virtualmente esmagados pela chegada em massa de emigrantes da zona rural pobre. O empobrecimento das reservas negras, algumas das quais chegaram a ser declaradas "nações independentes", como Transkei, Ciskei, Venda e Bophuthatswana, aumenta a pressão política e social já exercida pelo constante aumento do desemprego entre os negros e mestiços residentes nas cidades. Um cálculo do Ministério da Mão-de-Obra prevê que dentro de três anos haverá 2,4 milhões de não-brancos sem trabalho, se continuar a actual crise na economia do *apartheid*.

As greves

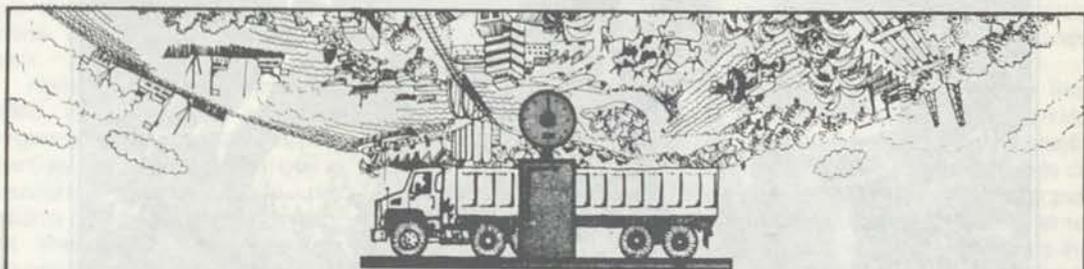
Na frente sindical a tensão está também a atingir um ponto crítico. Após dois meses de encontros, fracassaram as negociações entre os sindicatos e o patronato para um novo acordo salarial. Os trabalhadores das minas de ouro querem aumentos de 18% enquanto as companhias mineiras não vão além de 13,8%. O Sindicato Nacional dos Mineiros, no qual estão filiados 70 mil dos 400 mil mineiros negros da África do Sul, pôs em marcha a primeira grande greve legal da história do país para que as suas reivindicações sejam aceites. O movimento poderá paralisar oito das 40 minas de ouro da África do Sul, cujas receitas externas dependem em 50% das exportações do metal. No ano passado, as companhias mineiras sul-africanas tiveram lucros de quase dois mil milhões de dólares.

Mesmo que a greve não pro-

voque a paralização de todas as minas, ela deve reduzir a produção em 25%, causando prejuízos de 200 milhões de dólares por mês. Isto terá consequências graves no défice orçamental sul-africano que em 1982 já era de 100 milhões de dólares. De lá para cá o défice aumentou em consequência da queda dos preços internacionais do ouro, levando a economia sul-africana a entrar em crise, apesar dos créditos recebidos do Fundo Monetário Internacional.

Se internamente a situação está longe de ser tranquila, externamente o agora presidente Pieter W. Botha também enfrenta uma série de dores de cabeça. O Conselho de Segurança da ONU condenou a realização dos plebiscitos entre mestiços e indianos, considerando a nova constituição nula por não alterar a essência do *apartheid*. A votação teve 13 votos a favor, nenhum contra e duas abstenções (Estados Unidos e Grã-Bretanha).

Os protestos em Sharpeville e noutras quatro cidades ameaçam a viagem que Botha pretendia fazer agora a vários países africanos na tentativa de romper o boicote e isolamento diplomático a que está submetida a África do Sul há mais de 70 anos. Segundo informações não confirmadas, o chefe do governo racista pretende visitar o Zaire, Costa do Marfim, Gabão, Marrocos e Zâmbia. Alguns destes governos, principalmente o Zaire e o Gabão, deram sinais de vacilação, havendo rumores de que estariam dispostos a receber Botha. Mas a brutal repressão aos protestos em Sharpeville fortaleceu a posição dos movimentos anti-racistas que no interior desses países procuram impedir a visita de Botha. O presidente do Senegal, Abdou Diouf, foi o mais enérgico na condenação dos planos do presidente sul-africano, ao considerar a viagem "um escândalo e uma afronta aos países negros da África".



Nós sabemos que peso tem o Terceiro Mundo

FABRICAMOS BÂSCULAS E BALANÇAS PARA TODOS OS FINS HÁ MAIS DE 50 ANOS

A QUALIDADE DOS NOSSOS PRODUTOS É RECONHECIDA E PREMIADA INTERNACIONALMENTE

SOMOS OS MAIORES FABRICANTES E EXPORTADORES PORTUGUESES DE BÂSCULAS E BALANÇAS

o peso é a nossa profissão!

INTERNATIONAL AFRICA AWARD 1984

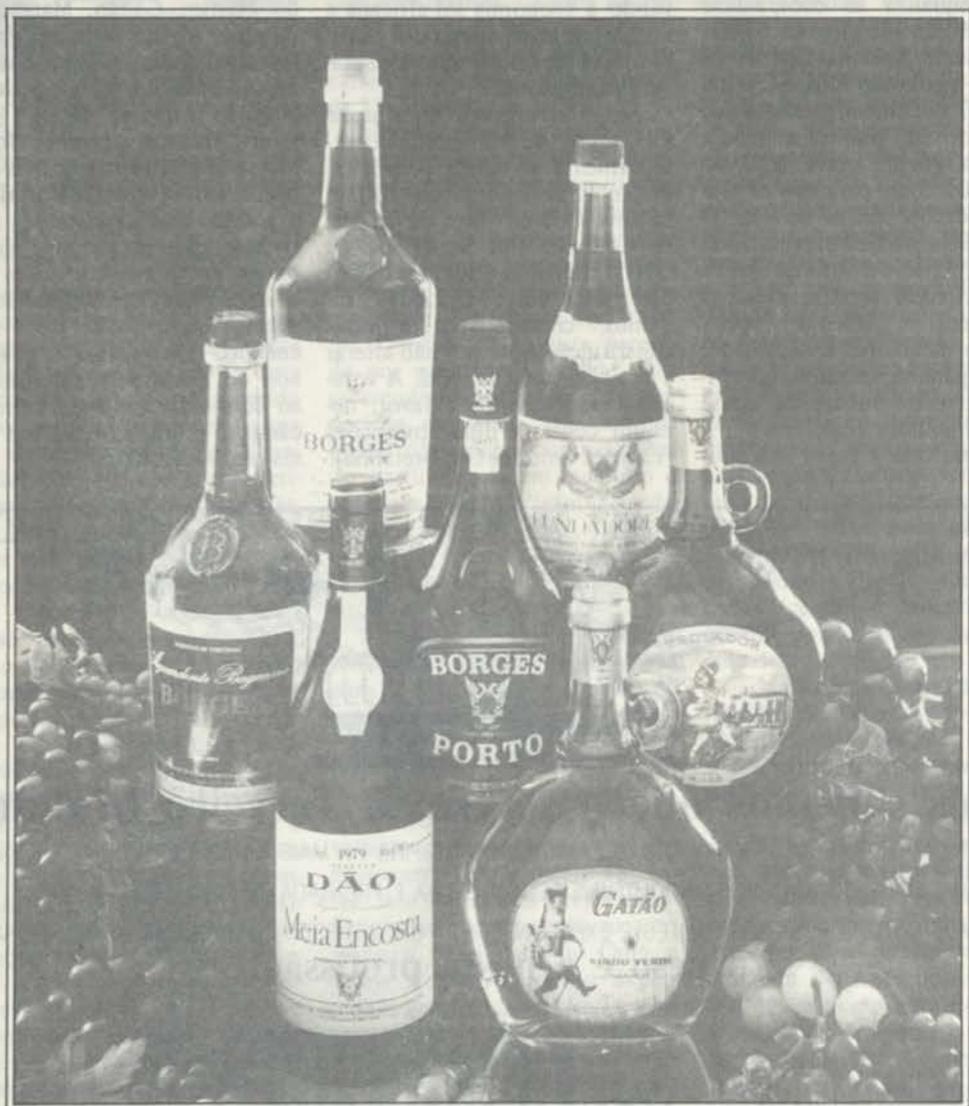
International trophy for quality
1979, 1980, 1981, 1982



International award
to export 1982, 1983

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA. - APARTADO 12 - TELEX 32125
TEL.: PPCA 73604/73606/73624 - 4700 BRAGA - PORTUGAL

Em mais de 50 países



EST.1884

SOC. VINHOS BORGES & IRMÃO S.A.

A opção socialista

A ZANU, o partido no poder, reafirmou a liderança política de Mugabe e definiu a construção do socialismo como o principal objectivo do movimento que liderou a luta pela independência do país

Os seis mil delegados reunidos no elegante hipódromo de Borrowdale, nos arredores de Harare, capital do Zimbabwe, tinham todos os motivos para se sentirem participantes de um acontecimento histórico. Pela segunda vez em 20 anos, a União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU) reunia todos os seus dirigentes para discutir experiências passadas e planear o futuro. Ao longo da luta pela independência, a ZANU teve de adiar a realização do segundo congresso por causa da guerra contra a minoria branca que governava o país.

Após a independência em 1980, o acumular de tarefas e responsabilidades assumidas pelo partido também impediu que o encontro fosse realizado nos quatro anos seguintes. Por isso, na abertura do congresso em Borrowdale havia, particularmente entre os veteranos da guerrilha, a sensação de reencontro com o passado, com as raízes da luta pela independência. Afinal, era a primeira reunião do género desde o congresso que fundou o partido.

Mas as recordações do passado acabaram depressa, sendo superadas pela necessidade de analisar os inúmeros problemas do presente. A ZANU foi um partido criado e estruturado em função da luta armada contra a minoria racista, e portanto reflectia nos seus estatutos a ideologia da libertação nacional.

Após a independência, esses princípios passaram a ser reavaliados em função das novas realidades. E a principal delas era o tipo de projecto que o partido propõe para a sociedade do Zimbabwe.



Roberto Mugabe

Após cinco dias de reunião, os delegados decidiram que a ZANU deve passar por uma mudança radical visando a sua transformação em partido socialista orientado pelo marxismo-leninismo. A decisão foi aprovada por unanimidade pela assembleia de delegados, após uma longa discussão sobre a nova constituição partidária que, entre outras coisas, estabelece um código éti-

co para os militantes destacados para postos governamentais, implanta o centralismo democrático na tomada de decisões internas e reforça os poderes políticos concedidos ao presidente da ZANU e primeiro-ministro, Robert Mugabe.

O partido único

A opção socialista do partido maioritário do Zimbabwe trouxe também como consequência a decisão do congresso de procurar criar no país um partido unificado. A resolução aprovada após uma longa e pública polémica não entrará no entanto em vigor imediatamente, uma vez que a Constituição do Zimbabwe, aprovada na conferência de Lancaster House, em 1979, e que formalizou a independência do país, torna obrigatório o multipartidarismo até 1990. A criação do partido único ficará condicionada aos processos legais e na dependência directa do esforço da ZANU para se tornar hegemónica através da sua prática e da adesão da população ao seu projecto político.

Antes do congresso de Borrowdale, falava-se que o partido poderia acelerar a implantação da unidade partidária através de um plebiscito aprovado pelo parlamento. Apesar de alterar as regras de Lancaster House, esta decisão não seria considerada ilegal uma vez que sairia de um parlamento cuja legitimidade política é reconhecida tanto interna como externamente. Mas, agora, todos os esforços da ZANU parecem concentrar-se nas próximas eleições gerais, marcadas para o início do próximo ano, quando acaba o mandato dos parlamentares eleitos em Fevereiro de 1980.

A cúpula da ZANU decidiu mobilizar todos os seus adeptos no sentido de conquistar uma vitória ainda mais esmagadora do que em 1980 (quando obteve mais de 50% dos votos) para en-

tão depois analisar a possibilidade de um plebiscito. De uma maneira geral, os principais dirigentes do partido realçaram durante as discussões em Borrowdale a necessidade da mobilização partidária, sem a qual — segundo o próprio Mugabe — não haverá base política e social para as transformações aprovadas no congresso.

Na opinião dos principais ideólogos da ZANU, a criação de um partido único não é uma proposta destinada a eliminar outras formações políticas e criar a ditadura de um único movimento. Não seria também apenas uma reorganização administrativa destinada a suprimir siglas e criar uma nova. O que eles afirmam é que depois da luta armada, quando vários movimentos deflagraram paralelamente a guerra de guerrilhas, surge agora a necessidade de um consenso capaz de consolidar os princípios de libertação nacional num organismo único.

A decisão anunciada pela ZANU recebeu violentas críticas não só dos partidos de oposição interna, como principalmente fora do país. A acusação mais frequente é a de que o partido governamental quer estabelecer uma ditadura política e acabar com o livre confronto entre posições de grupos diferentes. Simon Muzenda, vice-primeiro-ministro e segundo homem na hierarquia da ZANU afirmou durante o congresso que "acabar com o debate, com a existência de posições divergentes, seria negar a própria essência da sociedade e seria cavar antecipadamente a sepultura do novo partido". Muzenda, como outros dirigentes da ZANU, afirmam que o partido único deve ser visto em função da necessidade de transformar uma estrutura política criada em Lancaster House e que se baseia num modelo formal europeu num conjunto de normas adequadas à realidade de um país que conquistou a indepen-

40 - terceiro mundo

dência política, mas ainda não alcançou a autonomia em questões económicas.

O choque ideológico

Durante os debates prévios ao congresso e que seguramente se prolongarão até às próximas eleições, os defensores da tese do partido único garantiram que a mudança tem a ver com uma alteração de fundo e não de forma. Que ela não pretende reproduzir experiências anteriores de alguns países onde uma série de erros acabaram por criar o personalismo. A estrutura partidária actual do Zimbabwe é baseada num projecto inglês apresentado em Lancaster House, onde a democracia ficaria basicamente instaurada através da existência de vários partidos. O projecto foi aceite pela ZANU no final de 1979 como um preço a ser pago para assegurar a independência. Mas, nos quatro anos posteriores, ficou claro que a democracia formal entrava em choque com o princípio da libertação nacional. Este não se esgotava na tomada do poder político, mas pressupunha mudanças mais profundas na estrutura herdada do colonialismo.

No choque entre os dois projectos, a ZANU passou a defender a tese de que a libertação nacional não é a tarefa de apenas um partido ou grupo mas deve ser o objectivo de um consenso também nacional. Já que este consenso não foi possível durante a luta armada, ele deveria ser procurado agora. Assim, o que hoje é chamado de partido único, na verdade seria a expressão concreta dessa ideologia de libertação nacional. E, é claro, ele reflectiria internamente o choque natural de opiniões e interesses daqueles que procuram a mesma coisa.

A cúpula da ZANU não aceita que as acusações de autoritarismo ou personalismo levantadas dentro e fora do país contra o

projecto do partido único, se limitem aos aspectos formais. Na verdade, o que o partido alega é que a mudança é de fundo, reflectindo-se no princípio sobre o qual serão criadas depois as novas estruturas partidárias. E contra-argumenta que a existência de mais de um partido não eliminou em vários outros países o surgimento de ditaduras ou do culto da personalidade. Por isso, o debate interno está a ser conduzido não no sentido de discutir as vantagens ou desvantagens da existência de um único partido, mas sim na necessidade de se acelerar o processo de libertação nacional. O partido único seria assim uma consequência desse processo, e não apenas uma causa ou um formalismo.

O congresso de Borrowdale aprovou também uma resolução pedindo o aumento da participação do Estado na economia nacional. Até agora, cerca de 80% da economia do Zimbabwe está nas mãos de empresas na sua maioria transnacionais e uma minoria de firmas particulares, controladas por brancos. No seu discurso de encerramento da reunião da ZANU, Mugabe afirmou que será criada uma empresa estatal para controlar as importações e exportações, ao mesmo tempo que começará a implantação de fazendas administradas pelo governo em terras abandonadas por agricultores brancos. Além disso, ficou definido que o Estado vai investir no sector de produtos químicos e de engenharia.

A nova direcção

O novo Bureau Político eleito pelo congresso da ZANU teve 14 dos seus membros escolhidos por Robert Mugabe, que é o décimo-quinto membro, na qualidade de presidente e secretário-geral. Onze dos novos membros são ministros do governo e, entre eles, não se encontram o ministro dos Assuntos Legais Eddison Zvobgo, o ministro da In-

dústria, Kumbirai Kangai e o ex-secretário-geral da ZANU, Edgar Tekere. Segundo versões não oficiais, Zvogbo teria sido preterido pelo seu personalismo político, Kangai por suspeitas de corrupção no seu ministério e Tekere pelo seu radicalismo ideológico.

Todas as resoluções do congresso serão agora pormenorizadas por cinco comissões permanentes. A Comissão Política, a mais importante, será presidida pelo vice-primeiro-ministro e vice-presidente da ZANU, Simon Muzenda, e dela participam ainda 13 membros, entre eles, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Witness Magwende, e o ministro da Informação, Nathan Shamuyarira. A Comissão Económica será dirigida por Enos Nkala, secretário de Finanças do partido e ministro do Abastecimento. A

Comissão de Bem-Estar Social ficará sob a direcção do ministro da Educação e secretário de Desenvolvimento da ZANU, Dzinyayi Mutumbuka, e a Comissão de Segurança será presidida pelo secretário de Segurança da ZANU e ministro da Segurança, Emerson Munangagwa, que será assessorado pelo ministro da Defesa, Ernest Kadungure, e pelo comandante do exército, Rex Nhongo. A última comissão formada pelo congresso é a de Assuntos Legais, que ficará a cargo do ministro para Assuntos Políticos, B. Nyagumbo.

A Comissão Política substitui o Conselho Executivo Nacional que, durante toda a luta armada e nos quatro anos que se seguiram à independência, foi o organismo máximo do partido. A Comissão Política vai supervisionar

o trabalho de todos os ministros, de acordo com as normas políticas do partido. No total, as cinco comissões reúnem 64 dos 90 membros do Comité Central eleito no congresso a partir de duas listas apresentadas aos delegados.

Depois que os cinco mil participantes do congresso de Borrowdale encerraram as discussões, começou a segunda fase dos trabalhos. Em todo o país, os núcleos regionais e municipais da ZANU vão promover seminários e assembleias para discutir as resoluções do congresso. E, principalmente, vão debater o início de um novo esforço político que tem como principal objectivo as eleições gerais do ano que vem, cuja importância cresceu muito porque delas passou a depender o futuro do partido único. (Carlos Castilho)

MONTAGEM COMPLETA DE FÁBRICAS PARA CALÇADO



PLANIFICAÇÃO
DE INSTALAÇÕES

FORNECIMENTO
DE MATÉRIAS-PRIMAS
E EQUIPAMENTOS

LANÇAMENTO
DE PRODUÇÃO

TECNOLOGIAS AVANÇADAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PERMANENTE



Comércio Internacional, Lda.

RUA DOS ARNEIROS, 96-1.º DIR. — 1500 LISBOA

Telefone 708139/709220

Telex 42039 ZIMA P

Director Comercial: ANACLETO MARQUES

Produtos - EQUIPAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS PARA A INDÚSTRIA DE CALÇADO

Acordo no caso Beagle

Com a ajuda do papa, os dois países assinam a paz

Horacio Verbitsky

O general Luciano Menéndez saía de um estúdio de televisão, depois de assumir a responsabilidade pelas violações aos direitos humanos em que incorreu como chefe do Corpo III do exército argentino durante a "guerra suja", entre 1976 e 1979. Um grupo de militantes dos partidos Comunista e Intransigente

gritava em coro a sua revolta contra o general. As Mães da Praça de Maio, lenços brancos na cabeça, fotos ampliadas dos filhos nas mãos, observavam quase com curiosidade o responsável pelas piores atrocidades cometidas durante os "anos de chumbo". Menéndez, primo do governador militar das Malvinas du-

rante a guerra de 1982, desceu do seu automóvel de punhal na mão, e só a intervenção dos agentes que o acompanhavam impediram que ele matasse alguém. Em Paris, o jornal *Libération* reproduziu a foto com a legenda "Mato o primeiro que me chamar de assassino".

Durante uma reunião dos dirigentes peronistas, o economista Eduardo Setti criticou o responsável do partido na província de Buenos Aires, o derrotado candidato a governador Hermínio Iglesias. Iglesias foi processado anos atrás pelo roubo de um caminhão com latas de azeite e a sua amizade com o arcebispo de extrema-direita Antonio Plaza e com o general pró-nazi Fernando Verplaetsen deu credibilidade à denúncia de Alfonsín, durante a campanha eleitoral do ano passado, sobre um pacto militar-sindical. No acto de encerramento da campanha peronista, Iglesias queimou um ataúde que simbolizava a União Cívica Radical e o seu candidato Alfonsín. Existe um consenso de que essa imagem predisps o eleitorado indeciso contra o peronismo. A derrota de Iglesias na província de Buenos Aires, baluarte operário e berço do peronismo, foi decisiva para o primeiro fracasso eleitoral do Partido Justicialista em quatro décadas.

Na citada reunião, Iglesias após responder grosseiramente às críticas de Setti abriu-lhe os lábios com um murro dado com o



Uma visão aérea das ilhas em disputa na região de Beagle

seu famoso anel de ouro maciço. Setti retirou-se sangrando. Cá fora um jornalista perguntou-lhe: "Quem foi?" ao que o economista respondeu: "E quem poderia ter sido?" Todos entenderam que ele se referia a Iglesias.

O general Ramón Juan Alberto Camps foi chefe da polícia de Buenos Aires em 1976 e 1977. É um carrasco alucinado, que acredita numa conspiração mundial de capitalistas e comunistas dirigidos por judeus e que admitiu perante um jornalista espanhol a sua responsabilidade pelo desaparecimento de vários milhares de pessoas. Entre os cadáveres agora exumados de pessoas mortas pelas tropas sob o seu comando, encontram-se duas crianças, uma de três anos e outra de seis meses, com orifícios de bala no crânio provocados por disparos à queima-roupa. Camps está a ser processado por ordem do presidente Alfonsín.

O almirante Isaac Francisco Rojas foi um dos chefes do golpe que derrubou Perón em 1955, vice-presidente *de facto* até 1958 e comandante de uma rebelião fracassada para evitar uma convocação de eleições presidenciais em 1963. Durante a sua governação, um grupo de civis peronistas foi executado pela aplicação retroactiva da lei marcial, acusados de conspirarem contra o poder, além de terem sido fuzilados vários militares depois da anulação da sentença aplicada por um tribunal militar que os condenara a penas de prisão.

Menéndez, Iglesias, Camps e Rojas são as principais figuras públicas que se opuseram ao acordo com o Chile proposto pelo papa João Paulo II no litígio sobre o canal de Beagle. Dentro da política argentina, representam linhas diferentes e, nalguns casos, opostas, mas têm em comum a intolerância, o fanatismo e o recurso à violência como última razão. Nenhum deles saberia explicar quem foi Samuel



Johnson,¹ apesar de se haverem auto-baptizado de "Frente Patriótica", nos seus esforços contra a realização do acordo.

As ilhas e o mar

Em Julho de 1971, o presidente *de facto*, general Roberto Levingston, concordou com o Chile em submeter à arbitragem da coroa britânica a disputa entre os dois países pela posse das ilhas Picton, Lennox e Nova, ocupadas pelos chilenos há mais de um século. A aceitação voluntária da Grã-Bretanha como árbitro, num momento em que estava em conflito com a Argentina na área pela posse das ilhas Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul, e do território antártico, não foi uma atitude que possa ser tomada como prova de vivacidade política e intelectual.

¹O dr. Johnson foi um poeta inglês do século XVIII que escreveu que o patriotismo é um dos disfarces preferidos dos oportunistas.

Os chilenos apresentaram mapas da marinha argentina onde as ilhas aparecem como pertencendo ao Chile, e mostraram uma centena de documentos de posse, contra meia dúzia apresentados pela Argentina. Em Maio de 1977, a rainha da Inglaterra assinou o laudo arbitral elaborado por uma comissão de cinco juristas do Tribunal Internacional de Haia, concedendo ao Chile a posse das três ilhas. Sem perda de tempo, e aproveitando o facto de os argentinos não haverem ainda estabelecido o mar territorial que lhe cabia por direito, o governo de Augusto Pinochet projectou novas linhas de base a partir das ilhas, penetrando 200 milhas em águas territoriais argentinas.

Em princípios de 1978, a junta militar formada pelo general Jorge Videla, o almirante Emilio Massera e o brigadeiro Ramón Agosti, declarou sem validade o laudo e iniciou os preparativos bélicos. No Natal daquele ano, bicentenário do nascimento de

Raúl Alfonsín:
o documento do
Vaticano como
um ponto de
partida para a paz



O general
Augusto Pinochet



José San Martín, libertador da Argentina e do Chile, os dois governos militares estavam prontos para a guerra. Os navios argentinos já haviam zarpado com fuzileiros para ocupar as ilhas, e os aviões esperavam com os motores ligados nas pistas, quando o papa João Paulo II se ofereceu como mediador e impediu o fratricídio.

Em Dezembro de 1980, o papa apresentou às duas partes uma proposta pela qual o Chile ficaria com as três ilhas e uma dezena de ilhotas mais ao sul e, em vez de projectar a partir delas as 200 milhas de soberania, compartilharia com a Argentina uma zona comum de actividades, popularmente baptizada de Mar da Paz, com 118.000km². Seria permitido à Argentina ter uma presença não soberana (com balizas e outros elementos de navegação) em muitas das ilhas e pontos em disputa.

Como este Mar da Paz ameaçava transformar-se em águas de

discórdia e contrariava a tese argentina da divisão oceânica (segundo um tratado do século XIX, a Argentina é um país do Atlântico e não pode aspirar a ter nenhum ponto no Pacífico, o mesmo se aplicando ao Chile enquanto país do Pacífico sobre qualquer ponto no Atlântico), o governo militar argentino não aceitou a proposta, o que deu lugar a um inquietante impasse de três anos. Pouco depois, eclodiu a guerra das Malvinas, que podia ter terminado numa derrota ainda mais desastrosa para a Argentina se o Chile tivesse convertido o seu apoio passivo à Grã-Bretanha em beligerância activa. O simples deslocamento de toda a frota chilena em direcção ao sul, pela primeira vez sem deixar nenhum barco vigiando o Peru, imobilizou a frota argentina, que apareceu com vergonhosa passividade na guerra que o seu comandante-em-chefe havia incentivado.

Desmilitarizar a sociedade

Para o presidente Raúl Alfonsín, a rápida solução do conflito com o Chile era peça chave no seu sensato projecto de desmilitarizar a sociedade argentina, que consumida pela guerra interna e externa, tem hoje um rendimento *per capita* inferior ao de 15 anos atrás, e um produto industrial menor do que há vinte anos, caso único no mundo actualmente.

Em 23 de Janeiro, pouco mais de um mês após assumir a presidência, Alfonsín enviou a Roma o ministro dos Negócios Estrangeiros, Dante Caputo para este assinar com o seu homólogo chileno Jaime del Valle uma Declaração de Paz e Amizade, que anunciava um rápido final feliz para as negociações. E em Julho, Alfonsín assinou junto com os dois ex-presidentes Arturo Frondizi e Isabel Perón, um documento que considerou as sugestões e propostas do Vaticano como um ponto de partida adequado para uma paz com o Chile.

No final das negociações, o Chile renunciou à zona de actividades compartilhadas e conforma-se com apenas 12 milhas a leste de uma nova delimitação marítima, deixando estabelecida, pela primeira vez de forma explícita, a soberania argentina para lá dessa projecção. Em troca, Buenos Aires desiste de colocar as suas balizas na rochosa ilha Barnevelt.

"Dignidade do homem significa eliminar a pobreza, a miséria, a ignorância e a falta de esperança em que estão submersos dezenas de milhões de latino-americanos. Essa é a tarefa principal. Por razões éticas e políticas, todos os esforços no nosso continente devem ser concentrados nela. O fantasma do conflito entre os nossos povos, a corrida armamentista que é a sua consequência imediata, numa pa-

lavra, o risco de perder a paz, atenta directamente contra a nossa capacidade para atacar o problema central da América Latina de hoje", defendeu Alfonsín ao submeter a aprovação da proposta papal a uma consulta popular.

A oposição chilena

Previamente, Alfonsín fez sondagens junto da oposição democrática chilena, para assegurar a sua adesão ao tratado. A resposta unânime que recebeu foi que a paz com a Argentina enfraquecerá Pinochet, ao lhe retirar um dos seus principais argumentos para manter coesos os militares em torno da sua autoridade. Agora, quando até o Partido Nacional exige o afastamento do generalíssimo, a paz pode encurtar os prazos de regresso à democracia.

Como Perón em 1974 ao assinar o tratado de limites no Rio da Prata com o Uruguai (para o qual teve de abrir mão da tradicional posição argentina), Alfonsín compreende agora as vantagens de suprimir o foco de tensão no sul com o Chile. O acordo não é perfeito — nenhum o é — mas a alternativa é a guerra ou a repetição de choques crónicos, como os que perturbaram os presidentes civis Arturo Frondizi e Arturo Illia e justificaram constantes aumentos das despesas militares. É uma das boas tradições argentinas que os governos constitucionais curem as feridas das divergências limítrofes abertas e alimentadas pelos militares.

Este desenlace revela, além disso, que o presidente argentino mantém intacto o seu instinto político e a capacidade de interpretar os anseios da população. A política externa permite-lhe

compensar os desaires no sector económico, não através da guerra como imaginou Galtieri, mas com a paz.

O acordo com o Chile significa desactivar a carga de uma combinação explosiva, cujos ingredientes são a responsabilidade dos militares pela guerra suja e pelo desastre das Malvinas, a ameaçadora presença britânica nessas ilhas com submarinos e armas atómicas, a inflação de 630% ao ano com a consequente paralisação produtiva e o desânimo social, e a difícil negociação da dívida externa de 45 mil milhões de dólares, terrenos quais Alfonsín, ao aproximar-se o primeiro aniversário da sua eleição, ainda está com as mãos desoladoramente vazias.

A bomba continua aí, mas sem o rastilho chileno acesso, será mais fácil dormir num país cansado de morte e atraso. ●



Ferbritas Empreendimentos Industriais e Comerciais
Afilhada dos Caminhos de Ferro Portugueses — EP

VIMOS EXECUTANDO NO PAÍS E NO ESTRANGEIRO

- Assistência Técnica a Material Ferroviário
- Projectos e Construções no Sector de Transportes
 - Construção e Renovação de Vias Férreas
 - Montagem e Exploração de Pedreiras
 - Formação de Pessoal

Sede — Av.ª da Liberdade, 227-7.º 1200 LISBOA — PORTUGAL
Telef. 53 53 63/4 Telex 43568 FERBRI P
Delegação: Luanda Telef. 32167

FMLN

O porquê da proposta de um governo provisório

Rubén Zamora explica as razões que levaram o movimento revolucionário a buscar aliança com outros sectores políticos e sociais

Rubén Ignacio Zamora, 42 anos, é o representante do Movimento Popular Social Cristiano-MPSC, na Comissão Política-Diplomática da FMLN-FDR. Formado em ciências jurídicas e políticas, Zamora foi professor catedrático nas universidades nacionais de El Salvador e San Carlos da Guatemala.

A entrevista que publicamos foi extraída da revista *Señal de*

Libertad, órgão oficial da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

A FMLN-FDR, movimento revolucionário salvadorenho, depois de mais de três anos de luta está disposto a procurar o entendimento com os seus inimigos? Ou, em caso negativo, com quem pretende negociar e compartilhar o governo provisório?

Rubén Zamora era o segundo homem em importância na democracia cristã salvadorenha, mas rompeu com o partido em 1980 quando Napoleón Duarte, o dirigente do PDC, resolveu apoiar a junta militar que assumiu o poder em 79



— Para entender politicamente a questão, não podemos analisar a sociedade salvadorenha de uma forma simplista. A sociedade salvadorenha é complexa. Nella existem dois pólos centrais de confronto. Por um lado, a oligarquia com o comando do exército e os norte-americanos, e, por outro, o das forças do povo, representadas pela FMLN-FDR. Porém, elas por si só, não espelham totalmente a realidade de El Salvador. Entre esses dois pólos principais e antagónicos, move-se um conjunto de forças que tanto podem pender para um, como para outro lado.

Isto é o ABC de uma concepção científica da realidade social. Há uma contradição principal mas, além dessa, há uma série de contradições secundárias, as quais podem ser favoráveis a um ou a outro pólo. É partindo dessa base que a nossa proposta de um Governo de Ampla Participação pretende precisamente incidir nesse conjunto de contradições secundárias da sociedade salvadorenha.

Até ao momento, esse conjunto de forças sociais, pela polarização existente no país, tende a inclinar-se para o pólo, digamos, reaccionário. É necessário, para fazer avançar a luta e permitir o triunfo do nosso povo, neutralizar essas forças ou atraí-las para o campo dos sectores revolucionários, progressistas e democráticos do país. E elas não vão ser atraídas se lhes oferecermos mortes, sofrimentos, violência, mas sim se entenderem quais são alguns dos seus interesses imediatos.

No fundo, é o problema do reformismo. A pergunta fundamental, a meu ver, é a seguinte: a proposta de Governo Provisório de Ampla Participação converte as nossas frentes em reformistas e, portanto, deixa de ter um carácter revolucionário? Sim ou não?

Se pretendemos responder a essa pergunta unicamente com

base na análise das propostas e medidas concretas que estão no documento, a conclusão seria: sim, as frentes convertem-se em reformistas.

Mas essa análise seria idealista, formal, e esqueceria que o determinante em qualquer processo de luta, são as forças sociais que se movem em torno das diferentes propostas.

Se a maioria do nosso povo, se as forças populares organizadas, estivesse nas mãos dos sectores da pequena burguesia e reformistas, a proposta das frentes cairia, necessariamente, numa prática reformista. Mas se as principais forças do nosso povo, ou seja, as organizações camponesas e os sindicatos, estão vinculados com as forças revolucionárias, ou seja com a FMLN-FDR, então a proposta de Governo de Ampla Participação contribui para atrair forças intermédias da sociedade, mas a direcção fundamental do processo está assegurada pelo campo das forças populares.

Uma política realista

Porque é que essa proposta se assemelha tanto à proclamação de 15 de Outubro?

— Às vezes, a confusão que se produz em alguns sectores europeus e da América Latina deve-se, precisamente, ao facto de que analisam unicamente a expressão verbal das propostas e não entram na análise mais profunda das forças sociais. O exemplo de 15 de Outubro é muito importante.

O que se passava a 15 de Outubro? Houve propostas de carácter reformista feitas pela Junta. Qual a conclusão real dessas propostas? Que a sua tradução na realidade não pôde fazer-se porque por trás delas não estavam as principais forças do país. A classe operária, o campesinato e os sindicatos, não estavam com a Junta. Estavam com as organizações populares.



“A FMLN-FDR procura manter um contacto permanente com o povo”

A nossa experiência histórica é, ao contrário do que aconteceu em alguns países europeus de que o reformismo verbal em El Salvador resulta, na prática, numa política reaccionária.

Este aspecto da estrutura social e política de El Salvador, parece colocar ao movimento revolucionário a necessidade de fazer uma auto-crítica. Ele mesmo estabeleceu, durante muitos anos, a existência de uma polarização total: todo um povo em oposição à oligarquia. Foi isso algo como uma jogada propagandística que não reflectia fielmente a realidade nacional?

— Se vamos analisar uma política, é preciso fazê-la no seu contexto concreto. Quando o movimento revolucionário salvadorenho começou a se desenvolver nos anos 70, era correcto estabelecer a polarização. As forças reformistas e centristas tinham alguma base social de apoio e se, desde o início a proposta dos grupos revolucionários se tivesse matizado, existia o perigo de que as forças reformistas pudessem absorver o movimento revolucionário. Porquê? Porque o movimento não tinha ainda uma personalidade própria. Portanto era preciso delimitar claramente os campos. Mas a partir

do momento em que o movimento revolucionário se desenvolve e adquire uma força própria, impõe-se a necessidade de lançar uma política realista, que é a única política revolucionária possível.

É necessário, então, procurar as alianças com outras forças. Porque elas só fazem sentido a partir de uma análise correcta da situação, e não a partir de princípios gerais.

Então, pode-se concluir que, nesse sentido, a proposta que a FMLN-FDR faz para a composição de um Governo Provisório de Ampla Participação, mais do que uma proposta diplomática, é uma proposta política para a própria sociedade salvadorenha. E, no seu aspecto diplomático, será ela dirigida aos governos de El Salvador e dos Estados Unidos?

— A nossa proposta de uma solução política não deve ser entendida como uma mera manobra de diplomacia internacional para convencer os sectores centristas estrangeiros. Isso não funciona. Ela parte de uma análise da realidade salvadorenha. Do desenvolvimento das nossas organizações, da nossa implantação popular e da nossa força militar, que se desenvolveu de tal



Nas cidades, a mobilização de estudantes e trabalhadores é constante

maneira que já é possível, politicamente, estabelecer alianças com outros sectores que, a serem feitas, vão garantir também os interesses fundamentais do nosso povo.

Nesse sentido, não caímos em nenhum dos extremos. A proposta de solução política não é uma traição à revolução, como poderiam pensar certos sectores com uma visão idealista da realidade. Esta proposta é revolucionária, na actual situação. Ela permite-nos garantir interesses fundamentais do nosso povo e, ao mesmo tempo, evitar um prolongamento da destruição e uma intervenção directa norte-americana.

A política de massas da FMLN-FDR

Diz-se que o movimento democrático revolucionário de El Salvador tem actuado no campo militar com bastante êxito, mas que abandonou o trabalho de massas. Qual é a sua resposta a esta crítica?

— Essa é uma visão errada do que está a acontecer em El Salvador e que provém, sobretudo, de informações vinculadas pela imprensa internacional. A situação do movimento de massas em El Salvador, naturalmente, não é

a mesma dos anos de 1977, 78 e 79. As condições objectivas em que se desenvolve o movimento mudaram.

Hoje, nas áreas sob controlo da FMLN e nas áreas em disputa, desenvolve-se todo um processo de organização de massas onde as organizações populares expressam claramente a sua hegemonia. O desenvolvimento das organizações de poder popular são uma mostra disso. E não apenas nas áreas sob controlo, mas também nos arredores. Eis alguns dados concretos:

— Na zona oriental do país, na cidade de San Miguel, que está sob o controlo do inimigo mas situada numa área de penetração e de desenvolvimento da FMLN, realizaram-se reuniões de pais nas escolas. Não foram convocadas pela FMLN, mas pelo povo. Nada de equívocos: não é tarefa nossa organizar esse tipo de reuniões. Porém, é a presença política e militar da FMLN na zona que permite ao povo voltar a auto-organizar-se. Há outros casos em que a penetração da FMLN é directa, como aconteceu na negociação do pagamento de salários durante as colheitas. Essa negociação realizou-se directamente entre a FMLN e os administradores das propriedades da oligarquia. Foi a FMLN

que os obrigou a respeitar os tetos salariais e dar as contribuições sociais necessárias aos camponeses do vulcão de San Miguel. E essa não é uma área sob nosso controlo, mas a organização penetrou nela completamente e é capaz de vincular-se directamente com as massas. E o mesmo se passa nas áreas ao norte de San Salvador, em San Vicente, Usulután, Chalatenango, na zona de Guazapa onde há uma acção de massas que se está a desenvolver e a crescer cada vez mais.

Analise agora o quadro na retaguarda do inimigo e, principalmente, nos centros urbanos. Desde 1980, que não há manifestações de milhares de pessoas como houve nos anos 70. Diz-se, então, que a FMLN abandonou o trabalho de massas. Isso é totalmente falso. O trabalho de massas não foi abandonado. Eu diria sim, autocríticamente, que em 1981 e parte de 1982, houve uma tendência para a militarização das organizações de massas, mas, a partir de meados de 1982, essa tendência começou a ser corrigida.

Agora vamos aos resultados. O que se passou durante as últimas eleições? Para realizá-las, o regime teve que abrir um certo espaço político. Imediatamente, trinta mil trabalhadores entraram em greve em San Salvador. Quem os liderou? Naturalmente que há um elemento de espontaneidade devido às condições tão duras em que vivem os trabalhadores. Mas isso não explica tudo. Explica-se, em grande parte, pelo trabalho paciente e clandestino feito durante todo o ano de 1982 e de 1983, e que agora, na primeira oportunidade surgida, vemos os resultados.

Isso não significa que essas greves ou outras actividades de massas sejam organizadas pela FMLN-FDR. Nem há necessidade disso. O que nós fazemos, e essa é a nossa tarefa histórica, é criar as condições, criar a correlação de forças para que o movi-

mento de massas tenha espaço para se reorganizar. A que se deve o facto de que o regime, neste caso, não se atreva a reprimir brutalmente, como fazia antes, o movimento sindical? Sem dúvida à debilidade que lhe causa o avanço geral da FMLN.

O que nós podemos assinalar é que assim que se abrem condições de participação nas ruas, a participação acontece. O que não vamos é cometer o gravíssimo erro de expor as massas e os quadros a mais massacres do que aqueles que já estão a acontecer no país. É essa a responsabilidade do movimento revolucionário.

Nesse sentido e sintetizando, diríamos: não é que não haja trabalho e apoio de massas. O que sucede é que esse trabalho se modificou porque as condições se modificaram. Expressa-se abertamente nas áreas sob nosso controlo e nas áreas em disputa, e de forma clandestina nas áreas controladas pelo inimigo.

Sabemos que uma solução política será um factor determinante para que todo esse potencial popular que agora está clandestino irrompa abertamente na vida política do país. Essa será a grande arma, o grande instrumento do movimento revolucionário para garantir que um processo de solução política não só não retroceda, como também continue até alcançar maiores metas populares.

Formação de um novo exército

Quanto à proposta de Governo de Ampla Participação, o que causa mais dúvidas é o ponto sobre as forças armadas. É possível constituir umas forças armadas com as forças da FMLN-FDR e do exército já depurado e reestruturado?

— O factor principal para apoiar essa proposta é o desenvolvimento da força militar do povo. A nossa proposta assinala claramente: enquanto não se

chegar à integração dos dois exércitos, cada uma das partes mantém as armas em seu poder. Noutras palavras: em nenhum momento se trata de entregar as armas por parte da FMLN. A força que o nosso povo obteve no campo militar é a garantia fundamental de que a integração dos exércitos será favorável aos interesses populares.

tendência com uma clara visão de mudança social, com carácter de certo modo democrático, de maior profissionalização das forças armadas, e que em momentos de aguda crise social, política e económica, logrou por períodos curtos ser predominante.

Mas o seu grande problema histórico foi que sempre que predominou, o fez através de golpes de



O poder das armas da FMLN é uma garantia do povo salvadorenho

Mas há também um outro elemento a ser levado em conta: a composição no interior das forças armadas salvadorenhas. O exército de El Salvador, nos últimos 50 anos, expressa claramente a existência de duas tendências políticas no seu seio. Uma, que podemos chamar de "gorila", a tendência repressiva vinculada à oligarquia subserviente aos Estados Unidos, e que foi a predominante em termos históricos.

Mas sempre houve no interior das forças armadas uma tendência constitucionalista. É uma

Estado, sem uma vinculação orgânica com as forças democráticas, progressistas e revolucionárias do povo. Foi isso que determinou que, tanto em 1944, 1948, 1960, como em 1979, as suas aspirações progressistas fossem derrotadas e perdessem rapidamente o controlo no interior das forças armadas.

Ora, o que a nossa proposta oferece é a possibilidade concreta de que a tendência constitucionalista no interior das forças armadas tenha uma vinculação real com as forças progressistas e revolucionárias do nosso povo.

Duas propostas de governo para dois prazos diferentes

Poderão, então, as componentes populares do exército movimentar-se de outra maneira, ou seja, em função dos seus verdadeiros interesses de classe?

— O exército, da mesma forma que a igreja católica ou os partidos, é uma instituição, não uma classe. Reflete talvez de alguma forma os seus próprios interesses particulares, isto é, interesses profissionais, mas sobretudo reflete a correlação de forças na sociedade.

Numa correlação de forças na qual o sector dominante é a oligarquia, é natural que o exército tenda a reflectir os seus interesses. Mas numa correlação de forças diferentes, que seria o resultado de uma negociação política em El Salvador, haveria uma tendência para que o próprio exército começasse a reflectir essa nova realidade. Obviamente, que não é um processo automático: implica acção política, mobiliza-

ção de massas, etc. Mas trata-se precisamente de fomentar uma solução política e obtê-la.

Para terminar, falemos um pouco em termos de comparação com o Programa de Governo Democrático Revolucionário que apresenta algumas mudanças na estrutura económica mais radicais e mais fundamentais do que as que agora se propõem. Comparando a função central dessas duas propostas, a de Governo Democrático Revolucionário e a de Governo de Ampla Participação, como o sintetizaria?

— São duas propostas de carácter diferente. O Programa de Governo Democrático Revolucionário é a base da aliança FDR-FMLN, é um programa a médio prazo. A Proposta de Governo Provisório de Ampla Participação, como o seu nome indica, é antes de mais nada uma proposta de negociação para a formação de um governo provisório; ou seja, é uma proposta a curto prazo. Isso implica que é preciso propor

as medidas que, de imediato, são indispensáveis no país. Por isso comparando as duas, vê-se na do Governo Provisório um maior ênfase nos aspectos políticos — liberdades públicas, direitos humanos — e não tanto nos aspectos estruturais de profunda mudança socio-económica. Isso tem mais a ver com a questão a médio prazo. Nesse sentido, não é que haja um retrocesso quanto às posições da FMLN-FDR, apenas são documentos de carácter diferente.

Diante dos objectivos finais e globais da revolução, que podem resumir-se na sociedade socialista, a proposta da FMLN-FDR de Governo Democrático Revolucionário tão-pouco foi uma proposta de socialismo. É uma proposta a médio prazo, de caminho para o socialismo. Da mesma forma, a proposta que agora fazemos é uma proposta a curto prazo, para um governo provisório. Isso em nada altera a nossa disposição de lutar pelos objectivos finais.

cadernos do

terceiro mundo

Portugal

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Espanha (12 números) 900\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países 28 dólares USA

Assinaturas

Imigração

As pressões contra os latinos nos EUA

Para garantir a reeleição, Ronald Reagan criou, com a ajuda de deputados republicanos, uma campanha racista contra os imigrantes centro-americano e caraibianos nos Estados Unidos

Mark Fried

Poucas vezes um projecto de lei norte-americano causou tanto furor na imprensa latino-americana e caraibiana. Entre Maio e Agosto, um projecto levado ao Congresso recebeu os adjectivos de "racista", "discriminatório" e de "um plano para institucionalizar a escravidão", por parte de dirigentes políticos da região.

Trata-se do projecto-lei Simpson-Mazzoli (nome dos patrocinadores) para reformar as leis de migração norte-americanas a fim de "recuperar o controlo das nossas fronteiras", bem como para regularizar a residência legal de alguns dos seis a dez milhões de residentes estrangeiros que carecem da devida documentação.

Apesar de ter sido aprovado por ambas as câmaras do Congresso, esse projecto, que surgiu em 1982, parece estar de momento congelado. Não pelos protestos latino-americanos, mas por ter causado grande controvérsia na campanha eleitoral nos EUA. Tanto o presidente Reagan como o candidato democrata Mondale afirmam que o vetarão.

Porque razão este projecto suscitou uma reacção tão feroz entre os países caraibianos? Em

primeiro lugar, a emigração de trabalhadores para os Estados Unidos constitui um elemento importante nas economias nacionais de cada país da região. Serve de válvula de escape para o enorme desemprego que as caracteriza. Porém, e o que é mais importante, as remessas dos emigrantes constituem uma fonte considerável de divisas. O México, por exemplo, recebe aproximadamente dois mil milhões de

dólares anuais dos 1,5 a 2 milhões de mexicanos que vão para "o outro lado" à procura de emprego. Apenas o petróleo capta mais divisas. Belize, Haiti, República Dominicana, Jamaica e Colômbia, assim como as pequenas ilhas das Caraíbas, vivem situações similares.

Os dirigentes políticos da região levantaram também questões de princípio. Com esse projecto alegaram eles, os Estados Unidos actuaram de maneira "unilateral", em relação a uma medida que poderá ter efeitos incalculáveis nas Caraíbas e na América Central. A emigração, afirmam, é um assunto que deveria ser tratado de forma multilateral, entre todos os interessados.

As medidas propostas

Na versão da Câmara dos Deputados, a lei Simpson-Mazzoli abrangeria quatro elementos: 1) sanções contra patrões que contratem estrangeiros não-documentados; 2) amnistia para os não-documentados que tenham residido de forma contínua no país desde 1 de Janeiro de 1982; 3) um programa para a contratação de "trabalhadores convida-



A imigração ilegal cresceu em consequência da crise no México

dos", em tarefas agrícolas temporárias e 4) maiores contribuições orçamentais, (até 700 milhões de dólares) para o Serviço de Imigração e Naturalização (SIN) para prender e deportar os não-documentados. A versão do Senado estabelece que a amnistia deverá ser concedida somente às pessoas que residem nos EUA desde 1979 e não inclui o programa de trabalhadores convidados.

Com as sanções a patrões (muitas até dois mil dólares) a lei pretende dissuadir a emigração clandestina, reduzindo as perspectivas de emprego. Contudo, leis desse tipo existem há anos em doze dos estados norte-americanos com maior população não-documentada, sem que tenham tido grande efeito prático.

Esse aspecto do projecto Simpson-Mazzoli provocou grandes protestos por parte de organizações "hispanias" (pessoas de ascendência latino-americana) nos Estados Unidos, assim como de fazendeiros que dependem da mão-de-obra não-documentada. As organizações hispanias como o Fundo Mexicano-Norte-americano de Defesa Legal (MALDEF) e a Liga de Cidadãos Latino-Americanos Unidos (LULAC), entre outras, sustentam que tais sanções fomentariam a discriminação racial, já que muitos patrões não empregariam pessoal latino por temor de represálias legais. Opuseram-se igualmente ao programa de "trabalhadores convidados", afirmando que só serviria para reduzir os salários da mão-de-obra no campo. Esse programa foi acrescentado ao projecto dos fazendeiros.

"Pente fino" e propaganda

Paralelamente ao debate em torno do "Simpson-Mazzoli", o presidente Reagan já destinou 42 milhões de dólares adicionais para os trabalhos do SIN, com o objectivo de aumentar os efectivos desse organismo na fronteira

com o México. Isso, combinado com a crise mexicana e centro-americana, resultou num aumento notável das prisões de pessoas não-documentadas. Em 1983, pela primeira vez, as deportações somaram um milhão de pessoas; em 1982, atingiram 800 mil. Só em Maio de 1984, foram expulsos 115 mil imigrantes sem documentos. Analistas prevêem deportações maciças de até meio milhão de pessoas por mês se o projecto for aplicado na íntegra.

As recentes operações policiais fronteiriças tiveram enorme publicidade nos meios jornalísticos norte-americanos, o que parece obedecer a dois propósitos: por um lado, ao fazer parecer mais iminente a ameaça de expulsão, baixa-se o preço da mão-de-obra dos não-documentados (basta uma chamada telefónica ao SIN, para um patrão poder fazer de um trabalhador um delinquente). Por outro lado, a propaganda em torno das apreensões forjou um dos assuntos principais da campanha eleitoral de Reagan: a defesa contra supostas ameaças externas do *american way of life*.

Uma "invasão" proveniente do sul

A justificativa oficial para o "Simpson-Mazzoli" baseia-se no postulado de que o desemprego nos Estados Unidos é causado pela presença de milhões de estrangeiros, que por aceitarem condições inferiores, tiram o trabalho dos norte-americanos. Mais de uma vez os latino-americanos, sobretudo os mexicanos, foram apontados como culpados por essa situação.

Numerosos estudos demonstraram a falsidade dessa apreciação. Os postos que os não-documentados ocupam — trabalhos no campo e em pequenas fábricas na sua maioria — não são solicitados pelos norte-americanos justamente pelo baixo salário e as péssimas condições que os ca-



A repressão na fronteira

racterizam. Além disso, a baixa rentabilidade das pequenas empresas agrícolas torna imprescindível a mão-de-obra barata que os estrangeiros oferecem.

Apesar disso, como elemento de propaganda, lançar a culpa sobre os estrangeiros pelo desemprego é uma tática efectiva que deve ser analisada no contexto da campanha eleitoral para a presidência. É preciso observar que, com o "Simpson-Mazzoli", Reagan passou a ter o apoio da maior federação sindical norte-americana, AFL-CIO, assim como de outros sindicatos, que no passado se opuseram à administração republicana.

Enquanto fomenta um nacionalismo antilatino-americano na sua campanha, Reagan procura ganhar simultaneamente o voto da população "hispania" (que constitui minorias consideráveis em vários estados do sudoeste). Dáfa a inclusão da amnistia no "Simpson-Mazzoli". Mesmo assim, o racismo inerente ao projecto é patente: estabelece a obrigatoriedade para um estrangeiro receber o *status* de residente permanente, além de ter residido continuamente desde 1982 ou 1979, *falar inglês*.



A xenofobia nacionalista de Reagan virou-se contra os mexicanos

Xenofobia para a guerra

O nacionalismo xenofóbico e, em particular, antilatino-americano que o governo Reagan tentou fomentar — criando o espectro de bandos famintos invadindo o país — poderia influir no desenvolvimento da guerra na América Central. No seu discurso sobre a região, perante o Congresso em Maio passado, Reagan citou a provável chegada de milhões de refugiados como uma das razões mais prementes para “deter o avanço comunista na América Central”.

Como El Salvador e Nicarágua têm uma população maioritariamente católica, contrariamente aos EUA, a Casa Branca procura “desumanizar” os habitantes desses países transformando-os num “bando de arruaceiros famintos”, com o objectivo de tornar a opinião pública norte-americana insensível aos efeitos de uma provável intervenção militar na região. Toda a campanha montada à volta do projecto Simpson-Mazzoli foi directamente orientada no sentido de estimular o nacionalismo racista da classe média conservadora dos Estados Unidos.

A esse respeito, é interessante

notar que existe nos EUA uma corrente popular organizada para compensar os esforços de Reagan: o “movimento de santuário”. As congregações locais de igrejas católicas e protestantes organizaram uma espécie de transporte clandestino para refugiados centro-americanos, inspirado no *underground railway*, por meio do qual os brancos do norte ajudaram muitos escravos negros a fugirem do sul nos anos que antecederam a Guerra de Secessão, em meados do século passado.

Os participantes desse movimento encontram-se com os refugiados na fronteira com o México, para levá-los em caravanas até às igrejas locais onde a congregação se encarrega da sua manutenção e protecção em relação ao SIN. Até à data, a polícia não se atreveu a entrar nesses santuários para prender os refugiados; no entanto, vários dirigentes do movimento foram advertidos por “transportarem pessoas sem documentos”.

Obviamente, o projecto de lei Simpson-Mazzoli está morto. Porém, o dano causado pela campanha oficial em torno dele foi considerável. Reagan deu a co-



A humilhação nas mãos da polícia

nhecer outra arma do seu arsenal de punições económicas para as nações vizinhas do sul, que questionem a directriz imperial. E conseguiu fazer o povo do seu país acreditar na ameaça de uma “invasão” de mexicanos, centro-americanos e caribbianos. Ambas serão, com certeza, armas úteis para acalmar a oposição à intervenção militar na América Central.

Acaba de sair

**Guia do
terceiro
mundo**
1984-85

Economia
História
Geografia
Política

Mapas
Fotografias
Dados Estatísticos
de Todos os Países
do Mundo

Esc. 580\$00

Desconto especial
de 20% para
assinantes de CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

**A mais completa obra
em português
sobre o Terceiro Mundo**

Uma Edição da
TRICONTINENTAL EDITORA

Calçada do Combro, 10-1.º
Telef. 320650/320751
1200 Lisboa

Distribuição
CDL

Partidos tentam evitar o golpe

Os quatro maiores partidos peruanos decidem dialogar em busca de soluções para a crise

César Arias Quincot

Uma cruel coincidência, plena de simbolismo, marcou a reunião realizada pelos quatro líderes das maiores forças políticas do Peru e a descoberta do cadáver do dirigente camponês Jesús Oropesa, assassinado, ao que tudo indica, por agentes da polícia a mando de grupos políticos regionais.

Hoje, o diálogo político e a vida constitucional no Peru estão em perigo. Às profundas diferenças sociais, económicas e culturais (males atacados mas não resolvidos na década de 1970), juntam-se as consequências de uma política profundamente reaccionária, no sentido mais estrito do termo, e a incompetência e insensibilidade do actual governo conservador.

De facto, a política económica liberal agravou os problemas do desemprego, e da miséria; a tolerância com a corrupção e a ineficácia administrativa, enfraqueceram o peso das instituições na sociedade; a permissividade diante do abuso, com o pretexto da luta anti-subversiva, tornou mais sérios os problemas de disciplina e corrupção no seio de alguns sectores das forças policiais.

Se ao terrorismo irracional da extrema-esquerda e aos excessos repressivos somarmos um endurecimento da luta entre as forças políticas legais, chegaremos a um clima de tal desgoverno que equivaleria a um "vazio de poder", preenchido, como é costu-

me nestas latitudes, por um golpe de Estado.



O presidente Belaúnde Terry

Esta perspectiva preocupa a maioria dos políticos, tendo daí resultado a decisão dos líderes dos principais partidos em se reunir para dar início a um "diálogo de cúpula" destinado a encontrar, para além de acordos multipartidários sobre as regras do jogo eleitoral, um compromisso de respeito à constituição. Acordos sobre certos assuntos importantes, como a dívida externa, subversão, violência dos mais variados tipos, medidas reactivadoras para uma economia debilitada pelo fracasso do modelo neo-liberal, são outros objectivos visados.

As quatro forças (que representam mais de 90% do eleitorado) são: a Acção Popular (AP), partido governamental, de direita, embora se trate de um partido com passado populista e formado em 1956 em torno do carisma de Belaúnde. O candida-

to presidencial da AP, Javier Alva, quer afastar-se da política conservadora aplicada pelo governo desde 1980. O outro partido de direita é o PPC (Partido Popular Cristão) uma cisão conservadora da Democracia Cristã, grupo com maior solidez doutrinária, defensor da economia de mercado e aliado do governo até poucos meses atrás.

O terceiro partido é a APRA, grupo nascido em 1931, teve um papel central na vida política do país, com uma longa e controversa história. O seu jovem candidato, Alan García, apresenta actualmente uma imagem renovada, de volta às ideias progressistas e o abandono de um estilo messiânico que afastou o partido de largos sectores da opinião.

Finalmente, a Esquerda Unida, frente que engloba um amplo grupo de partidos e sectores independentes da esquerda, na qual a liderança moderada tem vindo a impor-se, lenta mas, ao que parece, inexoravelmente. A sua figura mais importante, Alfonso Barrantes é o actual presidente da Câmara Municipal de Lima e pessoa respeitada pela opinião pública. (ver cadernos, nº 66, Maio 84).

Com a realização do encontro, foi a APRA quem obteve maiores dividendos políticos, pois partiu de Alan García a proposta de diálogo, mas os comentários mais repetidos assinalavam que, se esta iniciativa tivesse êxito, quem ganharia seria a legalidade institucional do Peru. Em princípio, existe o consenso de se repetirem estas reuniões e ampliá-las, para incluir grupos políticos mais pequenos e instituições representativas da sociedade civil.

O país inteiro interroga-se se o governo tirará as lições adequadas de um diálogo no qual participou a Acção Popular e se, na sociedade no seu conjunto, o diálogo vencerá a violência irracional. Ainda é muito cedo para se tentar tirar conclusões. ●

**PORQUE PENSAMOS QUE A CULTURA DE UM POVO
É FACTOR DE PROGRESSO...**



**... OS NOSSOS LIVROS
PROCURAM ABARCAR TODOS OS
RAMOS DO SABER. DOS LIVROS
CIENTÍFICOS AOS MANUAIS
PRÁTICOS, DAS GRANDES OBRAS
DE LITERATURA ÀS OBRAS
DE DIVULGAÇÃO...**



**... OS NOSSOS LIVROS
ESTÃO MAIS PERTO DE SI
E SÃO AUXILIARES PRECIOSOS**



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
APARTADO 8 - 2726 MEM MARTINS CODEX - PORTUGAL



O Terceiro Mundo em busca de alternativas

Economistas da América Latina, Ásia e África procuraram no Rio de Janeiro fórmulas para evitar que a crise no sistema capitalista ocidental provoque danos irreparáveis aos países subdesenvolvidos

O I Congresso Internacional de Política Económica foi um imenso painel onde a realidade do Terceiro Mundo apareceu com formas bastante dramáticas principalmente quanto ao preço que os países pobres têm pago, e possivelmente ainda terão que pagar, pela crise surgida no sistema económico administrado pelas grandes potências industrializadas do Ocidente. Além de especialistas da América Latina, Ásia e África, participaram professores como o belga Ernest Mandel, o português Mário Murteira, o norte-americano Gunder Frank, e o italiano Giovanni Arrighi.

As intervenções apresentadas, por vezes em quatro sessões simultâneas, dado o grande número de inscritos, procuraram diagnosticar as causas

da deterioração das relações comerciais Norte-Sul, a questão da dívida externa, o empobrecimento do Terceiro Mundo e as consequências políticas da marginalização económica.

Entre todos os expositores que apresentaram trabalhos, o indiano Archie W. Singham foi um dos que provocou mais impacto pela sua posição optimista quanto às perspectivas do Terceiro Mundo. Mário Murteira, por seu lado, fez a defesa mais convincente da necessidade da solidariedade regional e da "cooperação horizontal" entre os países do Terceiro Mundo como alternativa para sobreviver à crise. Singham e Mário Murteira forneceram depoimentos exclusivos que publicamos a seguir.

O Congresso de Política Económica teve a participação de mais de 20 convidados estrangeiros



A.W. Singham *

A dívida externa e o armamentismo

A crise actual não foi provocada pelos povos do Terceiro Mundo, mas sim pelo descontrolo do mundo capitalista. É a partir da compreensão deste fenómeno que podemos entender, como o sistema capitalista procura projectar a crise e enfraquecer os povos que são as vítimas desta mesma crise. Se examinarmos os principais acordos financeiros actuais, verificamos que os bancos são os perpetuadores da crise, mas a mística do capitalismo sempre nos ensinou que os bancos são os protectores da moralidade no sistema económico mundial. Eles seriam supostamente os únicos capazes de administrar criteriosamente o dinheiro alheio e proteger os interesses dos seus clientes. Mas o que acontece agora é que os bancos passaram a ser conhecidos como a instituição mais corrupta do sistema capitalista.

Dois ou três estudos recentes mostraram que os grandes bancos não só são corruptos, como também não têm a menor ideia da natureza da economia, da sua evolução futura e das necessidades mais prementes no momento actual. Se tomarmos, por exemplo, os bancos tradicionais como o *Barclays*, o *Citibank*, o *Chase Manhattan*, ou qualquer outro banco convencional, des-

cobriremos facilmente que eles já não são bancos ingleses ou norte-americanos. Na verdade, eles transformaram-se em instituições pertencentes à chamada "irmandade dos bancos internacionais". Esta irmandade reúne não apenas os bancos dos países ricos, mas também bancos do Brasil, México, Índia e de outros países, com o objectivo básico de dividir as riquezas do mundo.



Professor Archie W. Singham

No Terceiro Mundo existem também indivíduos e instituições que são beneficiados pela actual crise. É errado dizer que todos os brasileiros ou que todos os mexicanos sofrem os efeitos da crise. As classes dirigentes de várias nações do Terceiro Mundo, possuidoras de investimentos nos referidos bancos, também foram beneficiadas pela actual situação, porque o descontrolo do sistema bancário mundial acabou por

lhes proporcionar lucros nada desprezíveis.

Outro erro muito comum é analisar a actual crise em termos puramente técnicos. Esta não é uma crise meramente económica, e inclusive a questão da dívida é uma consequência da crise política. Esta tem origem no facto de que o sistema capitalista actual tem dois instrumentos através dos quais pode dominar o Terceiro Mundo. O primeiro é através do sistema fiscal dos bancos. E o segundo, o mais importante, através da tentativa de controlá-los militarmente. O que aqui está em jogo não é o facto do dólar estar supervalorizado, mas sim a incapacidade de uma vasta gama de países subdesenvolvidos exercerem a sua soberania. Eles conquistaram a sua independência com grandes sacrifi-

cios, desmontaram antigos impérios e criaram as bases de uma nova sociedade. Mas logo que estas nações da África, Ásia e América Latina começaram a exercer a sua soberania, elas descobriram que tudo poderia ser destruído da noite para o dia pelo sistema económico e pelo sistema fiscal das grandes potências capitalistas, materializados no Fundo Monetário Internacional (FMI).

* Professor de Ciências Políticas do Brooklyn College - Nova Iorque; assessor das Nações Unidas para a Namíbia e Palestina, assessor da Conferência dos Países Não-Alinhados. Nasceu na Birmânia e estudou no Sri Lanka.

O poder do FMI

O FMI não é hoje apenas uma organização económica. Ele é a mais importante organização política dos nossos tempos. Hoje em dia, ela pode fazer ou desfazer qualquer país do Terceiro Mundo. É o que temos assistido é que a soberania de nações subdesenvolvidas tem sido destruída lentamente pela estrutura económica do sistema bancário mundial. É importante controlá-los porque existe um esforço gigantesco destes países subdesenvolvidos para estabelecer estruturas políticas e económicas independentes, capazes de desvinculá-los do sistema capitalista. Este controlo é exercido pela estratégia da intervenção fiscal e pela intervenção militar directa. Uma vez que estas duas estratégias sejam totalmente aplicadas, todo o Terceiro Mundo corre o risco de tornar-se uma dependência ou um cliente incondicional do sistema capitalista.

A independência dos países pobres está ameaçada porque eles possuem as matérias-primas do mundo. A África é essencial para o fluxo de riquezas dentro do mundo industrializado. A América Latina é essencial como mercado para produtos norte-americanos e europeus. E a Ásia está a ser "corroída" pela influência japonesa, e portanto deve ser controlada também. Noutras palavras, o Terceiro Mundo está a ser tratado como um risco, como prejuízo, quando na verdade funciona como um elemento fundamental na estrutura do capitalismo. Fundamental em termos de recursos básicos, em termos de mercado e também no aspecto mais doloroso, que é o das experiências militares. Por isso, eu insisto em que é impossível estudar a actual crise económica sem vinculá-la ao aspecto da militarização da política mundial.

No meu entender, se olharmos para as nações subdesenvol-



vidas, verificamos que o mundo foi dividido em zonas militares. Zona militar número um: a Coreia — um campo de experiências para treino de tanques e blindados móveis; zona militar dois: Vietname — experiências com antiguerrilha e guerra química; zona número três: Médio Oriente — tentativa de usar um Estado específico para garantir o livre fluxo de petróleo (no caso, Israel) e servir como um "Estado-policia" para vigiar os países vizinhos; zona militar quatro: África Austral — importante não só como tentativa de manter o controlo sobre recursos minerais, mas principalmente como base para uma hipotética aliança militar no Atlântico Sul, partindo das experiências feitas por norte-americanos e ingleses na guerra das Malvinas; e, finalmente, a zona número cinco: América Central — uma área onde os conflitos de El Salvador, Nicarágua e Guatemala têm o seu significado directamente ligado a uma tentativa de evitar que o México e a Venezuela possam ter a liberdade suficiente para criarem pólos económicos importantes e independentes, capazes de criar as suas próprias zonas de influências.

O linkage ideológico

Todas essas zonas de tensão militar estão interligadas nos planos de dominação ideológica estabelecidos por Henry Kissinger,

Jeanne Kirkpatrick e Zbigniew Brzezinski. A estratégia deles afirma que o futuro dos Estados Unidos depende da capacidade de intervir simultaneamente em, no mínimo, quatro zonas militares. Noutras palavras, os principais teóricos norte-americanos acreditam que todas as zonas de guerra do mundo devem estar interligadas para que a Casa Branca possa assegurar a defesa dos seus interesses hegemónicos.

Uma vez aceite essa doutrina de *linkage* (ligação), existe um corolário segundo o qual todas as guerras de libertação no Terceiro Mundo são pura e simplesmente uma decorrência do choque de interesses com a União Soviética, o que levará todos os países ocidentais, segundo a lógica de Kissinger, a terem que reagir imediata e rapidamente a qualquer tentativa de libertação da esfera de influência do sistema capitalista. Esta ideologia de dominação e hegemonia tem como principal objectivo desvirtuar os esforços de libertação de todas as nações do Terceiro Mundo, sejam elas grandes, importantes ou pequenas. Trata-se na verdade de tentar impedir que os povos subdesenvolvidos tenham reconhecido o seu direito a procurar a própria identidade, baseados na sua cultura e na sua história. Isso configura o que eu chamo de "o novo racismo do século XX".

Este novo racismo procura rejeitar e negar o direito dos povos

oprimidos de procurarem uma Nova Ordem Económica Internacional. Com a teoria do *linkage*, os Estados Unidos procuram forçar as nações subdesenvolvidas a tornarem-se vítimas de situações militares duradouras e, consequentemente, reféns da necessidade permanente de comprar armas. Para dar um exemplo, se não houvesse Israel no Médio Oriente, haveria necessidade de criar um, porque os países árabes têm excedentes enormes resultantes da exploração do petróleo. Esse excedente foi imediatamente colocado nos bancos que, por sua vez, passaram a reciclar os lucros do petróleo de maneira a criar novas necessidades aquisitivas capazes de gerar novos e ainda maiores lucros.

Assim, os países árabes foram levados pela situação de guerra com Israel a fazerem enormes compras de armas, não só para sua defesa, como principalmente para absorverem equipamento obsoleto que estava ocioso nos Estados Unidos e na Europa. Assim, o que verificamos de forma crescente foi a militarização das economias dos países do Terceiro Mundo, não só na forma de compras directas, como também na de fabricantes sob contrato. África do Sul e Israel foram os primeiros a aderirem à indústria bélica, e agora começam a surgir novas potências neste ramo, como o Brasil e a Índia. Essas armas não serão vendidas aos movimentos de libertação, mas sim aos regimes militares que dominam várias nações subdesenvolvidas e que precisam manter posições de força para controlar populações ansiosas pela mudança radical das estruturas socioeconómicas do país. Assim a militarização de alguns países do Terceiro Mundo não visa a sua própria segurança nacional, mas sim a repressão. É o caso clássico das Honduras e Guatemala, onde os respectivos governos acabaram por transformar a morte numa espécie de mercadoria.

A "polpotização"

Uma vez desencadeado todo esse processo de militarização, a consequência é a "polpotização" de todo o mundo. Dezenas de regimes políticos serão levados a imitar a solução trágica de Pol Pot, no antigo Camboja (hoje, Kampuchea). Em nome de uma hipotética segurança nacional, ditadores acabarão por tentar erradicar focos de resistência e começar tudo de novo. É isso, que a África do Sul já está a fazer com os moradores dos subúrbios negros. O exemplo também foi seguido pelo Zaire, Honduras e Guatemala, da mesma forma que Pol Pot tentou eliminar as populações descontentes no Kampuchea.

Muitas pessoas argumentarão que na actual crise existem dois lados, duas maneiras distintas de analisar um mesmo fenómeno. Essa duplicidade não reside no entanto na existência de duas superpotências. O facto principal é que há uma superpotência, hegemónica em 3/4 partes do globo terrestre, e que se baseia no militarismo para sobreviver em termos económicos. O problema dos países subdesenvolvidos não é provocado pela União Soviética mas pela natureza militarista do sistema capitalista actual. Até mesmo alguns países socialistas que pediram empréstimos a bancos ocidentais acabaram enredados na armadilha da dívida e experimentam todas as dificuldades que afectam numerosas nações do Terceiro Mundo. A Roménia, Jugoslávia e a Polónia têm sentido como é difícil escapar da armadilha dos bancos.

Essas três nações socialistas caíram na armadilha porque o sistema bancário capitalista vendeu ao mundo inteiro uma falsa imagem de riquezas e benefícios. Na década de 70, surgiu a noção de que o "milagre" brasileiro poderia ser exportado. Mas percebeu-se logo que o "milagre" não passava de um "fracasso global",

porque ele não funcionou, e a consequência foi de que toda uma nação ficou de joelhos.

Se examinarmos o funcionamento dos bancos, verificaremos que eles reuniram enormes somas depositadas pelos países árabes e passaram a distribuir empréstimos rápidos em grandes quantidades. O que se verificou foi que os créditos não foram apenas pedidos. Eles foram vendidos, e acabaram por se transformar num bem comercial, sempre sob o forte estímulo dos bancos e do FMI, segundo uma receita mágica pela qual os empréstimos seriam o passaporte para "milagres" económicos em profusão. A consequência foi que esses "milagres" desenvolvimentistas não funcionaram. Os bancos voltaram então à carga com um novo modelo, o "modelo de Singapura", baseado numa panaceia industrial rápida, testada com êxito em Porto Rico, Coreia do Sul e Formosa. Mas ninguém se interrogou sobre a eficácia do chamado "modelo Singapura". Ele foi baseado numa forma peculiar de castração do movimento sindical num país dotado de enormes excedentes de mão-de-obra agrícola. Resultado: a "fórmula Singapura" também falhou noutros países.

O fracasso do "modelo Singapura"

Não resultou porque depois de promover um desenvolvimento inicial acelerado, com a formação de grandes cidades e de grandes complexos bancários ou financeiros, o chamado "estado empresarial de Singapura" começou a competir com japoneses, norte-americanos, ingleses e franceses. Isso desagradou às grandes potências económicas do capitalismo que proibiram a competição, levando com isso o modelo ao fracasso. Assim poderíamos dizer que os grandes banqueiros estão agora a tornar-se narcisistas, cultivando a sua própria imagem, independentemen-

te das consequências que isso vem a ter no sistema financeiro capitalista.

Hoje, o que verificamos é que quanto mais o sistema se expande, mais ele depende do armamentismo. Quanto mais ele depende do esforço militar, mais ele fica vulnerável a um processo inflacionário. E quanto maior a inflação, maior a instabilidade.

Assim, não há outra solução fora de uma redução geral dos arsenais militares, e consequentemente uma mudança profunda na própria infra-estrutura das grandes potências capitalistas. A inflação exportada pelo armamentismo norte-americano impede países como Brasil e México de procurarem uma recuperação económica. O belicismo de Ronald Reagan provoca nestas circunstâncias, o empobrecimento do Terceiro Mundo. Wall Street capta a poupança forçada dos países pobres, recicla esse dinheiro e injecta-o na indústria bélica, fortalecendo a economia metropolitana e dando a ilusão de que ela se está a expandir, quando na verdade, esta mesma indústria provoca a instabilidade de todo o sistema.

Hoje o Terceiro Mundo enfrenta este terrível dilema: enquanto houver corrida armamentista não haverá possibilidade dos países subdesenvolvidos romperem o ciclo da pobreza e da dependência, nem haverá qualquer esperança de uma reforma do sistema económico internacional. Enquanto não houver uma redução nas tensões entre as superpotências, não haverá possibilidade do debate sobre a Nova Ordem Económica Internacional avançar rapidamente. Diante destas circunstâncias o que é que nós, do Terceiro Mundo, poderemos fazer?

Se examinarmos o Movimento dos Países Não-Alinhados, verificaremos que muitas coisas podem ser feitas. Pela primeira vez na história do movimento, muitos países chegaram à conclusão



de que o capitalismo não é indiscutível. Porque, há dez anos, surgiria um enorme debate sobre os não-alinhados a propósito de países como o Brasil. Havia o "milagre", o país estava em crescimento. Hoje, os brasileiros acabaram por verificar que o "milagre" foi um fracasso. O México, depois de explorar as suas reservas petrolíferas, acreditou que a prosperidade estava próxima. Os países árabes pensaram que com as suas reservas de *crude* poderiam comprar tudo o que desejassem. De repente, descobriram que o seu capital havia passado para outras mãos e que continuavam dependentes. A Nigéria, que nalguns momentos foi considerada a "jóia" das grandes empresas petrolíferas, descobre de repente que está mergulhada no caos, em consequência do sistema dominante no mundo ocidental.

Dessa forma a crise mundial acabou por provocar uma revolução nos países do Terceiro Mundo. A actual situação acabou por mostrar até mesmo aos pequenos países capitalistas que eles não podem sobreviver nas actuais circunstâncias. Nas con-

ferências anteriores dos Não-Alinhados, muitos países faziam restrições a problemas políticos como Porto Rico, Timor-Leste, Sara, etc. Mas na última reunião em Nova Deli, quando foi discutida a declaração económica, até mesmo o reino da Arábia Saudita apoiou a reivindicação unânime em favor de uma reestruturação do sistema económico ocidental. Se até o mais conservador dos capitalistas do Terceiro Mundo, como o saudita, está de acordo com Fidel Castro, é fácil constatar que houve no movimento um reexame do carácter do capitalismo. Ficou também claro para os mais diferentes países presentes em Nova Deli de que a única possibilidade de sobrevivência depende de uma acção colectiva. Esta surpreendente coesão económica do Terceiro Mundo assustou os grandes do capitalismo, que passaram a tentar destruir essa unanimidade através de questões políticas, tentando criar novas categorias de desenvolvimento, propondo a existência de fome e meia-fome, miséria e meia-miséria. Isso é o que se pode chamar de "obscenidade política" ●

Mário Murteira A "utopia eficaz"

Carlos Pinto Santos

Mário Murteira, 51 anos, professor catedrático da Universidade de Lisboa, director do Centro de Estudos de Economia e Sociedade (CESO), é um dos mais reputados economistas portugueses. Especialista em políticas de desenvolvimento, é consultor principal da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e foi director de Projectos Regionais para Cabo Verde e Guiné-Bissau (no âmbito da ONU) em 1980 e 1981, anos em que dirigiu nestes países cursos de formação. Chefiou a equipa de técnicos que preparou o Plano de Desenvolvimento para a Província de Malanje, em Angola.

Após o derrube da ditadura em Portugal, Mário Murteira participou no I Governo Provisório como ministro dos Assuntos Sociais. Em 1975, foi ministro do

Planeamento e da Coordenação Económica nos IV e V Governos Provisórios chefiados pelo general Vasco Gonçalves, (Março a Setembro de 1975), período da revolução do 25 de Abril em que se efectuaram as grandes nacionalizações na economia portuguesa: banca, seguros, transportes, indústria pesada, cimentos, tabacos, bebidas, etc.

Director da revista *Economia e Socialismo* editada em Lisboa, Mário Murteira tem vários livros e trabalhos publicados, dos quais se destacam "Crescimento Económico e Sistemas Sociais", "Política Económica numa Sociedade em Transição", "Desenvolvimento Económico e Comércio Interno", "Lições de Economia Política de Desenvolvimento", "Sindicalismo e Evolução Social na África ao Sul do Sara".

Nesta entrevista a *cadernos*



O professor Mário Murteira, antigo ministro de Vasco Gonçalves

do terceiro mundo, Mário Murteira explica porque é urgente e fundamental uma nova política de desenvolvimento alternativo para o Terceiro Mundo baseado nas solidariedades dos países do Sul, descreve o seu conceito de "utopia eficaz" e critica a indefinição política do governo de Lisboa nas relações de cooperação económica com a África de expressão portuguesa.

Solidariedades regionais

Em que bases deveriam actuar os países do Terceiro Mundo para edificar um novo sistema de desenvolvimento alternativo?

— O principal aspecto que interessa destacar no conceito de desenvolvimento alternativo é a necessidade de solidariedades internacionais no Terceiro Mundo que permitam uma maior coesão desses países no confronto com as forças imperialistas, que têm reforçado o seu poder ultimamente. Perante esta situação de facto, é necessário partir quanto antes para o incremento das solidariedades regionais na América Latina, por um lado, e na África, por outro, para partir depois para políticas mais vastas, ligando a América Latina à África num espírito de cooperação Sul-Sul.

Tal como noutras épocas de crise e dadas as dificuldades do comércio internacional, a situação que se vive proporciona um reforço de políticas até certo ponto voltadas para dentro, voltadas para o mercado interno regional. Creio que começam a surgir na América Latina condições para o desenvolvimento dessas articulações regionais que têm de partir de políticas sérias no domínio interno visando satisfazer as necessidades dos sectores mais desprotegidos das populações.

Apesar do sombrio panorama da América Latina, a situação em África é pior...

— Sim. Por muito difícil que

seja a situação na América Latina, a África vive — e eu falo da África negra — um período muito mais dramático. Neste continente está uma das duas regiões do planeta onde se concentra a "pobreza absoluta" (a outra região está na Ásia do Sul), isto é, os níveis mais degradados de satisfação das necessidades humanas. A maior parte destes países que as Nações Unidas classificam de *Least Developed Countries* (Países Menos Avançados, PMA), situam-se precisamente em África.

Adaptar a economia a situações de emergência

A forma muito dura como a África negra suporta a crise internacional observa-se nas dolorosas experiências verificadas nos últimos anos nos países de expressão portuguesa — com excepção de Cabo Verde — que se vêm agora obrigados a fazer uma revisão das políticas económicas projectadas após a independência. Uma revisão dilacerante na medida em que alguns propósitos iniciais de uma rápida transição para o socialismo não puderam ser confirmados perante os obstáculos surgidos.

O que provocou essa alteração dos projectos nascidos com a independência?

— Depende naturalmente dos casos. Em Angola, tanto quanto eu sei, tem havido uma tentativa de adaptar a política económica de uma forma mais flexível a situações de emergência. Isso tem sido executado em várias etapas, como, por exemplo, definindo um certo número de empresas prioritárias que devem merecer a atenção particular da administração do Estado, fazer planos anuais de emergência, desistir de planos muito ambiciosos e pormenorizados de médio prazo, mas que depois se verificam impraticáveis.

Revisão também no que diz



Mesmo com poucos recursos, Cabo Verde conseguiu escapar ao FMI

respeito à posição da agricultura dentro do sistema económico — em Angola e Guiné-Bissau, principalmente — em que se está a dar um renovado interesse e importância ao sector camponês tradicional deixando de concentrar tantos esforços no sector estatal. Chegou-se à conclusão que para alimentar as populações é necessário motivar e impulsionar o sector camponês tradicional para que a oferta interna de alimentos corresponda às necessidades.

Porque razões Cabo Verde é uma excepção?

— A situação paradoxal de Cabo Verde está em que é um país extremamente desprovido de recursos naturais — o que evidentemente não é o caso dos outros países de expressão portuguesa — e, no entanto, é o único que registou uma evolução relativamente constante do produto por habitante e de subida do nível de vida da população. Sem ter recursos materiais que possam explicar esse fenómeno.

Várias razões explicam isso. Uma grande estabilidade política, uma política económica interna e externa prudente, equilibrada, particularmente no domínio da gestão monetária e financeira. Isto tem permitido a

Cabo Verde evitar "derrapagens" que provocassem necessidades absolutas de financiamentos externos com intervenções do FMI, seguidas das habituais consequências funestas.

O mérito da situação de Cabo Verde está, sem dúvida, na política do governo seguida no campo económico.

Não obstante a difícil situação económica africana, há no entanto formas embrionárias de solidariedades regionais que referiu: a cooperação entre os cinco países de expressão portuguesa, a SADCC...

— Sim. Aliás, o esforço para uma aproximação de cooperação económica, técnica e financeira entre os países lusófonos tem sido recentemente renovado. Embora os resultados tenham ficado, até agora, aquém daquilo que é possível, o importante é lançar os alicerces de uma cooperação que pouco a pouco irá funcionar.

Quanto à SADCC tenho ideia de que as expectativas criadas inicialmente não correspondem à realidade. Mas isso não significa que o projecto tenha perdido vigor. Devem-se compreender os magros resultados obtidos até agora pelas dificuldades internas

dos países da SADCC e pela situação política na África Austral.

O "milagre" da Costa do Marfim

Um novo conceito que tem surgido na linguagem de macro-economia é o designado por "Novos Países Industrializados" (NPI) que reuniria países como o Brasil, Coreia do Sul, etc. Em África há algum país candidato a NPI?

— Essa designação é mais jornalística do que científica. Se virmos os livros que têm sido publicados e onde entra esse conceito, notamos que a lista de países NPI varia muito. Por outro lado, a UNCTAD inclui apenas sete países nesse grupo por um critério meramente estatístico de crescimento das exportações de produtos manufacturados num determinado período: Coreia do Sul, Brasil, Taiwan, Argentina, Índia, Singapura e México.

Apesar de ter havido países africanos que em determinado período registaram um crescimento económico relativamente rápido não há nenhum que se possa enquadrar nesse grupo. O caso mais próximo é o da Costa do Marfim, onde se deu uma espécie de "milagre coreano", com um crescimento económico a uma taxa da ordem dos 7,5%, durante mais de dez anos. Um crescimento que não era imputável à valorização do preço do petróleo pois a Costa do Marfim não é exportador dessa matéria-prima.

Mas este país representa também um dos casos mais exemplares e tristes quando teve o seu crescimento brutalmente cortado pela conjuntura internacional e pelo endividamento externo. Actualmente a Costa do Marfim também está às voltas com o Fundo Monetário Internacional, programas de estabilização, cortes das despesas públicas, etc.

Um ponto relevante quando se fala dos "Novos Países Industrializados" está implícito na questão da chamada "nova divi-

são internacional do trabalho", ou seja, porque razão alguns países do Terceiro Mundo puderam desenvolver muito rapidamente as exportações de produtos manufacturados. Nalguns casos, como no Brasil, ou em Singapura, a participação de empresas transnacionais nesse desenvolvimento foi muito directo. Mas noutros, e o mais exemplar é o da Coreia do Sul, houve um conjunto de circunstâncias e uma experiência já acumulada no domínio industrial que representam uma característica nacional muito relevante.

Concluindo: a denominação "Novos Países Industrializados" não tem base científica, envolve realidades extremamente heterogêneas e não é possível daí generalizar uma tendência para industrialização do Terceiro Mundo.

A armadilha do crédito externo

Em que termos a dívida externa africana é diferenciada da da América Latina?

— Tendo atenção a alguns casos específicos, pode-se dizer que o endividamento externo de muitos países africanos não tem o mesmo carácter explosivo da América Latina. Nesta região os mecanismos da dívida estão muito relacionados com a proximidade do capitalismo norte-americano. A presença das transnacionais é muito maior.

Os problemas que se põem em África tem a ver com a retracção do comércio internacional e com a queda de cotações de produtos primários que são exportados por esses países. É o caso da Costa do Marfim em que a queda do cacau provocou um agravamento dos pagamentos externos.

Mas também em África muitos países foram vítimas da conjuntura internacional com a euforia ao crédito de bancos privados. Caídos na armadilha, sofreram sérias consequências com a

subida do dólar e o aumento da taxa de juro.

No trabalho que apresentou ao I Congresso Internacional de Política Económica, Mário Murteira defende que na presente conjuntura histórica é necessária uma concepção de desenvolvimento que possa funcionar, no terreno da prática social, como "utopia eficaz" que define como "utopia portadora de uma dinâmica de progresso". Qual seria a "utopia eficaz" para África?

— Cabe em primeira instância aos africanos dizerem qual será essa "utopia eficaz", mas nos aspectos essenciais julgo que consiste sobretudo ter confiança nas próprias forças. Não confiar excessivamente na ajuda externa para o seu próprio desenvolvimento, monopolizar ao máximo os recursos produtivos do país, criar solidariedades regionais, ser humilde na aplicação dos investimentos, não pensar em imitar grandes tecnologias dos países avançados, não se tornar flagrantemente dependentes das tecnologias estrangeiras, criar capacidades regionais de investigação científica e tecnológica para que o progresso seja pensado em função das necessidades locais e regionais, nomeadamente no caso da agricultura.

É numa linha deste género que penso dever ser tentada a tal "utopia eficaz" em África.

A "utopia eficaz", e a realidade

A terceira conferência de Lomé está programada para Dezembro próximo. Como avalia os resultados até agora obtidos por esta instituição que liga a Comunidade Económica Europeia aos países africanos do grupo dos ACP?*

— Essa questão vai no sentido daquilo que consideramos desejável e possível no terreno da "utopia eficaz", e do que se tem verificado na realidade.

Em princípio, uma Europa integrada e independente dos Esta-

dos Unidos seria muito favorável ao desenvolvimento de um estado de cooperação Norte-Sul, compatível com o eixo Sul-Sul. Tudo depende portanto da posição que a CEE assumir no sistema das relações económicas internacionais. Mas a não haver nenhuma alteração à actual situação — e isso não é visível a curto prazo — a CEE continuará apenas como um elo intermediário numa cadeia imperialista que é bem conhecida, apesar de alguns resultados positivos obtidos pelos ACP.

Nove anos depois das independências das ex-colónias portuguesas, a cooperação económica de Portugal com os cinco novos Estados africanos não atingiu o nível que era possível e desejável. Quais são hoje as direcções que essa cooperação deveria seguir para recuperar o tempo perdido?

— A primeira razão para o actual estado de coisas é ter havido, em determinados meios políticos portugueses depois da independência das ex-colónias, uma atitude hostil ao relacionamento com os novos países africanos. Por parte destes últimos houve também um período em que a cooperação económica com a ex-metrópole não era muito desejada. Esta fase no entanto passou, apesar de não terem desaparecido ainda todos os problemas de índole política.

“Governo português segue política oportunista”

A experiência dos cinco novos países africanos demonstrou a conveniência de desenvolver determinadas vias de cooperação com uma potência intermédia com quem têm afinidades históricas e culturais. E que não poderia ter ambições neocoloniais, porque, independentemente de intenções, não tem condições económicas para o fazer.

Há assim, uma situação de facto capaz de proporcionar um estado de cooperação de interesse comum realmente vantajoso.

No entanto, do lado português não há uma política economicamente fundamentada que atenda aos interesses nacionais e dos cinco países africanos. O que há, é apenas uma política pontual e algo oportunista.

Quando se desenvolvem hoje esquemas de cooperação triangular ou trilateral — em que Portugal é parte integrante — fica-se sem saber se o que está em causa é o interesse do vértice do triângulo do Norte ou dos outros dois, isto é, os novos países africanos e Portugal.

Na minha opinião, por falta de vontade própria do governo português não têm sido procurados os grandes objectivos que interessa alcançar.

Que orientação realista deveria Portugal seguir na cooperação

dições vantajosas. Porém, mesmo depois de Lomé II, em 1979, (onde os ACP passaram a 60 com a adesão do Zimbábue) a desigualdade do intercâmbio económico manteve-se não só por razões do estágio de desenvolvimento que separam de forma abismal os dois grupos de países, como pela profunda penetração de interesses norte-americanos na “Europa dos Dez”. Na terceira conferência de Lomé, marcada para o próximo mês de Dezembro, deverão ser reexaminados muitos dos acordos estabelecidos e integrados novos membros no Grupo dos ACP, entre os quais Angola e Moçambique.

com as suas ex-colónias?

— Há vários espaços que poderiam ser preenchidos.

Os recursos técnicos que temos, embora limitados, em Portugal podem ser orientados eficazmente para ocorrer às necessidades de assistência que têm esses países.

Não se pretende que Portugal vá financiar grandes projectos, que aliás não são prioridade nas ex-colónias. Estes países necessitam, sim, de capacidade para gerir o que existe, para pôr a funcionar empresas que por uma razão ou outra foram paralisadas, de quadros para formação de técnicos. Veja-se o sector agrícola. Em Portugal temos muitos agrónomos que conhecem profundamente a África e que poderiam ser encaminhados para o continente com benefícios óbvios e mútuos.

O sector comercial também tem deparado com uma grande relutância por parte do governo português que lhe tem negado garantias financeiras.

Não há, portanto, por parte do governo português uma estratégia de médio ou longo prazo para as relações com os países de expressão portuguesa...

— De facto, não há. Dou-lhe um exemplo significativo: não existe em Portugal até hoje um balanço oficial da ajuda até agora concedida às ex-colónias. É a própria informação do que se está a passar é extremamente precária.

Porquê esta situação? Porque em Portugal o que se tem feito é apenas uma política económica de curto prazo fundamentalmente balizada nas exigências do défice da balança de pagamentos e de estabilização financeira.

A nível oficial não está definida a melhor maneira de inserir Portugal na divisão internacional do trabalho. Não há uma estratégia de longo prazo (e vontade política...) para as relações económicas internacionais. ●

* O Grupo de Estados ACP (África, Caraíbas, Pacífico) surgiu em 1975 após a reunião de Lomé, capital do Togo, quando 59 países de recente independência — na sua maioria ex-colónias da França e Grã-Bretanha que, interessados em dividir zonas de influência nos seus antigos impérios, foram os grandes impulsionadores da convenção — estabeleceram acordos económicos com a Comunidade Económica Europeia (CEE). Esses acordos pretendiam estabelecer relações económicas privilegiadas, nomeadamente no acesso aos mercados europeus por parte desses países do Terceiro Mundo que importariam produtos manufacturados da CEE em con-



FONDO MONETARIO INTERNACIONAL, DEUDA EXTERNA Y CRISIS MUNDIAL

José Serulle e Jacqueline Boin, Ed. Iepala, Madrid, 1984. 509 pp.

Um livro que didacticamente põe a descoberto essa misteriosa instituição que dá pela sigla de FMI, suas práticas e segredos.

Os autores reconhecem que, dessa "fantasmagórica entidade", os povos que habitam este planeta só conhecem a sigla, jamais tendo visto o seu verdadeiro rosto. Sabem, no entanto, que os seus mandatários — homens e mulheres também eles sem rosto — se apresentam inicialmente com modos brandos e protectores, tentando convencer as pessoas (onde se incluem dirigentes políticos) da bondade dos seus serviços. As receitas que invariavelmente aplicam pouco diferem de país para país. As consequências da sua aplicação são também sempre as mesmas: desemprego, carestia, empobrecimento, fome, tensões sociais, golpes de Estado, militarização da política, da economia e da vida quotidiano, etc.

O livro procura dar resposta a duas grandes questões: "É o FMI um organismo que contribui para o incremento da cooperação entre os países que

o integram ou uma instituição que através da imposição de duros programas de austeridade contribui para que se exerça o domínio de uns países sobre outros?" Segunda questão: "É o FMI uma instituição que oferece ajuda aos países que a ele aderiram ou um organismo interventor que coarta a soberania dos Estados membros e restringe ou elimina a soberania dos seus povos?"

"Neste momento da história da humanidade em que o FMI aumenta consideravelmente os empréstimos aos países que o integram, estendendo a sua acção a todas as regiões do mundo", mas também no momento em que cada vez maior número de países se mostra incapaz de pagar os juros e efectuar as amortizações dos empréstimos contraídos, levando a desorientação à própria estrutura bancária norte-americana — principal credora dessas regiões — a resposta a todas estas questões reveste-se da maior importância.

Difícilmente se encontrará livro que aborde questões económicas tão densas com a simplicidade deste, sobre um tema tão necessário para quem pretende entender o mundo que hoje pisa.

VELASCO, DEL ESTADO OLIGARQUICO AL CAPITALISMO DEL ESTADO
Francisco Guerra García, Ed. Centro de Estudios para el Desarrollo y la Participación, CEDEP, Lima, Peru, 119 pág.

Livro breve porém essencial, faz um balanço da Revolução Peruana de 1968-1975 que, por sua vez, serve de ponto de partida para as forças sociais e políticas interessadas na mudança social.

Guerra García é um dos intelectuais que compreenderam

que esse processo confuso, liderado por um general (Velasco Alvarado) e quatro coroneis, vinha dar uma resposta a problemas acumulados durante cerca de meio século, colaborando com ele sem preconceitos. Sociólogo, integrou a equipa conhecida como *La Aplanadora* que, dirigida por Carlos Delgado Olivera, estimulou a mobilização e participação popular a partir do SINAMOS (*Sistema Nacional de Mobilización Social*), do qual também faziam parte Carlos Franco, Héctor Béjar, Hugo Neira e Federico Velarde.

Em pouco mais de 100 páginas, "Pancho" Guerra expõe os factos principais da história peruana neste século, a partir do despontar de uma consciência nacional e anti-imperialista, personificada por José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e Jorge Basadre, e passa em revista a posterior direitização do APRA (*Alianza Popular Revolucionaria Americana*), a modernização da dependência, consumada por sucessivos governos oligárquicos, a criação de novos partidos de esquerda e de direita (entre estes últimos, o governamental *Acción Popular*), o surgimento de uma mentalidade militar renovada e a influência das guerrilhas de 1965.

O coração do livro está na análise da Revolução Peruana, que cumpriu as tarefas históricas que se colocavam desde a década de 20: a liquidação da oligarquia, a luta anti-imperialista, a participação popular, o fortalecimento do aparelho estatal, sem esquecer também os defeitos típicos de um regime militar, burocrático e autoritário. "A natureza autoritária de um regime, condição de eficácia da revolução, trazia em si, ao mesmo tempo, as mais sé-

rias limitações", reflecte ele.

Guerra García não se limita a uma descrição exacta e documentada. Procura definir um quadro teórico que permita retomar o caminho interrompido pela contra-revolução de Morales Bermúdez em 1975 e a sua continuidade belaundista a partir de 1980; e insiste na necessidade de procurar a libertação nacional e o socialismo mediante processos que respondam ao desafio pendente da industrialização e que conciliem "a democracia, o desenvolvimento económico e a satisfação das necessidades básicas da maioria".

Não ignora que devido ao atraso e à dependência, à fraca industrialização, ao incipiente desenvolvimento técnico e científico, a heterogeneidade social, e à insuficiente organização das classes sociais, os processos revolucionários em países subdesenvolvidos como o Peru "estarão cheios de contradições, frustrações e desesperanças". Mas, ao mesmo tempo, sabe que também "podem surgir plenos de vontade transformadora, de criatividade e esforço genuíno, na procura e na realização efectiva — embora parcial — da justiça social, do desenvolvimento económico e da democracia". Em tom sereno e com rigor intelectual, Guerra García conclui assim um livro conciso e indispensável. (*Horacio Verbitsky*)

THE SUDANESE BOURGEOISIE

Fatima Mahmoud — ZED Press — Londres — 1984

Este livro, que acaba de ser publicado na Inglaterra, é um estudo pioneiro do papel da burguesia do Sudão no desenvolvimento económico dessa nação do norte da África convulsionada no momento por

um conflito entre a região norte, de origem muçulmana, e a região sul, influenciada pelas religiões tradicionais. A análise do processo de formação de uma burguesia num país como o Sudão esclarece a forma pela qual o capitalismo procura interferir na organização socioeconómica de sociedades cujas estruturas são diferentes das existentes na Europa onde surgiram as leis do mercado e a industrialização.

Fatima Mahmoud é professora da Universidade de Cartum e uma intelectual muito conhecida no seu país pelas suas posições marxistas. O estudo da classe empresarial sudanesa mostra como esta, apesar da sua diversidade, usa mais a política do que os negócios — e também os laços familiares, étnicos e regionais — para o processo de acumulação de riquezas. A burguesia sudanesa aliou-se inicialmente ao colonialismo e, depois da independência, aos interesses transnacionais para reprimir as tentativas internas de mudança da ordem social e económica. Fatima Mahmoud afirma que o sector empresarial do Sudão é retrógrado e que vive no momento um impasse como resultado do agravamento do conflito entre as regiões norte e sul. No momento, o Sudão é um dos principais aliados norte-americanos no norte da África mas, internamente, a situação do país é considerada crítica, podendo a qualquer momento surgirem modificações importantes capazes de alterar o quadro de alianças estratégicas na região.

GEOGRAFIAS

Mario Benedetti, Editorial Nueva Imagen, Buenos Aires 1984.

A característica mais marcante da obra poética e narrativa de Mario Benedetti foi, sem dúvida, a assombrosa capacidade de comunicação com o público leitor. Criador de um mundo que reflectia com fidelidade e espírito crítico a vida quotidiana da grande maioria dos uruguaios, descobridor de uma linguagem que era a de um vasto sector da sociedade uruguia, Benedetti não só alcançou mais leitores que qualquer outro da sua geração, como também conseguiu, sem exagero, ser o que mais contribuiu para a criação de um público de literatura uruguia na década de 60. Os romances *Gracias por el fuego* e *La tregua*, os contos *Montevideanos*, e os *Poemas de la oficina* foram recebidos com entusiasmo por um público que se reconheceu neles e, ao mesmo tempo, despertaram uma afeição, até então desconhecida, pela literatura nacional.

Através de Benedetti (bem como de Onetti, de Idea Villarino ou Martínez Moreno), os uruguaios viam-se a si mesmos retratados no meio de uma crise na qual a própria identidade nacional se colocava nas entrelinhas e o "estilo de vida" uruguio começava a cambalear.

Mesmo no exílio, Benedetti nunca rompeu o cordão umbilical com a realidade uruguia. Mais um que na longa coluna da diáspora espalhou nostalgia pelos quatro pontos cardeais, escolheu ser a testemunha literária dessa outra realidade.

A sua literatura procura ser principalmente uma contribuição, um elemento a mais de um combate em que toda a sociedade se empenha e para a qual o escritor quer contribuir para "ganhar um mundo justo onde a nossa prioridade (a do escritor) volte a ser a literatura".

na estrada do futuro

editorial CAMINHO

Novidades
leia e ofereça livros



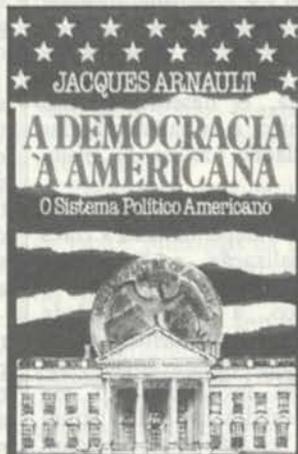
Análise ao rumo percorrido pelo nosso povo nestes últimos dez anos e as perspectivas de rumos futuros para a economia portuguesa

Preço: 650\$00



Com este «Maracanã, Adeus (onze histórias de Futebol)», Edilberto Coutinho conquistou para o Brasil, pela primeira vez, um dos mais cobiçados prêmios internacionais: o da Fundação «Casa de Las Americas» e, também, outro importante prêmio: o «Afonso Arinos», de conto e novela da Academia Brasileira de Letras.

Preço: 400\$00

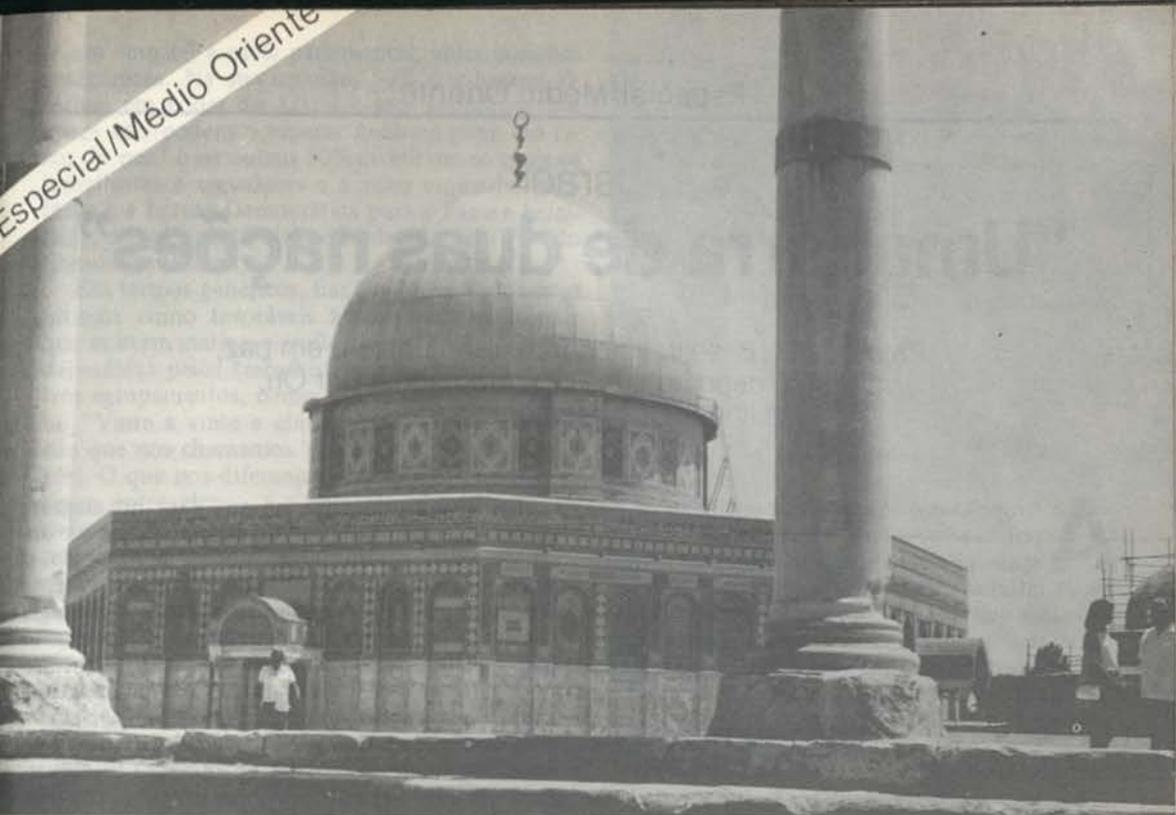


Ao estudar o funcionamento da «Grande Democracia Americana» somos levados a interrogar-nos: quem governa verdadeiramente os Estados Unidos da América? As respostas dos representantes do big business às perguntas de Jacques Arnault são esclarecedoras.

Preço: 600\$00

livros
CAMINHO

a qualidade da sua leitura



O papel da esquerda judia na questão palestina

O panorama político em Israel continua confuso. O governo de unidade nacional chefiado pelo trabalhista Shimon Peres encontra resistência nas próprias bases e direcção do partido no parlamento, sobretudo pela inclusão no gabinete do tristemente célebre general Sharon, que passou a ocupar o Ministério da Indústria e Comércio.

O sector mais progressista do trabalhismo considera que esse é um preço excessivamente alto a ser pago pelo estabelecimento de um governo de coligação que, de qualquer forma, nasce débil e ao qual a maioria dos observadores só dá uma curta vida.

Neste especial sobre o Méio Oriente, dois dirigentes israelitas do movimento pacifista, Judy Blanc e Mordechi Bar On, este último recentemente eleito deputado pelo Partido Ratz, analisam a presente conjuntura e o papel da esquerda no leque político de Israel e na luta pela defesa dos direitos palestinos. Por seu lado, o ex-prefeito de Nablus, Bassam Shaka, assinala no seu depoimento que o povo palestino só pode confiar nas suas próprias forças para conquistar um Estado independente.

Beatriz Bissio

Israel

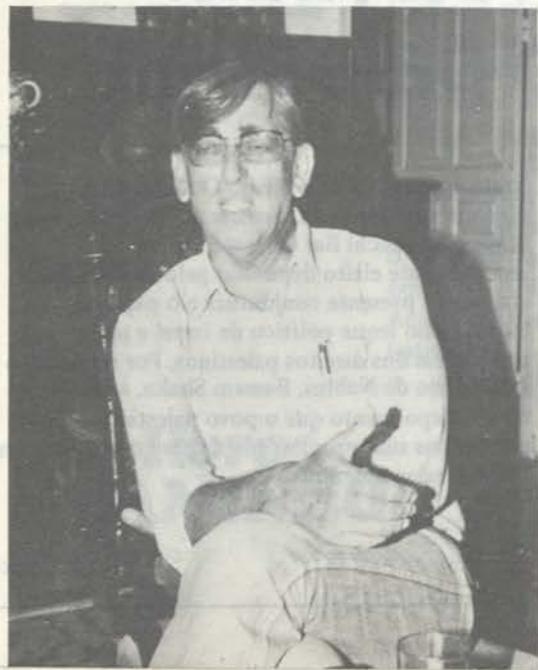
“Uma terra de duas nações”

Palestinos e israelitas poderão viver juntos e em paz, afirma o deputado do Ratz, Mordechai Bar On, militante do movimento pacifista

A irrupção dos movimentos pacifistas na vida política israelita não se restringiu a um episódio circunstancial no clímax das contradições internas criadas pela guerra do Líbano. Tudo indica que não só vão manter a sua influência a partir das próprias mobilizações futuras, como também através da actividade política de algumas das figuras que se projectaram pela militância em favor da paz e que nas últimas eleições disputaram — e conquistaram — uma representação no parlamento.

É o caso de Mordechai Bar On, um reputado intelectual que esteve no exército até aos 40 anos (quando solicitou a sua passagem à reserva, baseando-se numa regulamentação que a permite a partir dessa idade limite), professor da Universidade Hebraica e destacado dirigente e fundador do movimento “Paz Agora”.

Mordechai Bar On: Um militante pacifista no Knesset



Bar On recebeu-nos na sua casa no elegante bairro “German Colony” de Jerusalém, pouco antes de partir para Telavive, onde o seu partido, o Ratz, liderado pela conhecida militante pacifista Schulemite Alone — que se apresentou com a sigla CRM (*Citizen's Rights Movement* — Movimento para os Direitos do Cidadão) — ia realizar a primeira reunião pós-eleitoral para traçar uma estratégia visando a sua actuação no parlamento (Knesset).

O seu partido define-se como sionista (“isso diferencia-nos de outros agrupamentos de esquerda”) já que, segundo explica Bar On, concebe os judeus como “um povo com história própria e portanto com direito a viver no seu Estado nacional, e não meramente como uma religião”.

Em relação aos movimentos pacifistas, Bar On entende que, por não se tratar de agrupamentos monolíticos e homogêneos, antes pelo contrário, nos quais o debate ideológico se processa com muita intensidade, foi correcta a decisão de não se apresentarem às eleições enquanto tais. “O seu papel é outro, fundamentalmente a mobilização popular, as manifestações de rua, para criar factos políticos que alertem a opinião pública e exijam definições do governo”.

A sua candidatura, contudo, surgiu da exigência de muitos dos seus companheiros de militância em “Paz Agora”, que o vêem como um homem de posições firmes e definidas, mas sem a característica negativa do sectarismo ou da intransigência. Pelo contrário, sentiam-no como um homem com qualidades e com uma personalidade muito adequada para o desenvolvimento do trabalho parlamentar. Recém eleito deputado, Bar On confessava que ainda estava um pouco surpreendido e atribuía a sua vitória, em grande parte, à sua militância pacifista.

Os “radical peace people”

No complexo panorama posterior às eleições, o deputado eleito pelo Ratz identificava virtualmen-

te um empate, a nível parlamentar, entre posições antagónicas. Na sua opinião, 50% dos lugares ficarão em poder do Likud e seus seguidores "de quem não podemos esperar nenhum gesto em favor da paz" e os outros 50% dividiriam-se entre os trabalhistas e seguidores e a nova esquerda, pacifistas e a Frente Democrática para a Paz e a Igualdade, a organização eleitoral liderada pelo Partido Comunista (Rakah).

Em termos genéricos, Bar On define todos estes últimos como favoráveis à paz, embora assinala que existem matizes significativos entre as posições defendidas pelos trabalhistas, por exemplo, e outros agrupamentos, como aquele que ele representa. "Vinte a vinte e cinco lugares estão nas mãos dos que nós chamamos 'gente da paz' (*peace people*). O que nos diferencia dos outros — porque eu estou entre eles — é a ênfase que colocamos na defesa de saídas negociadas e portanto não violentas para a crise do Médio Oriente, e pelo explícito reconhecimento do Estado Palestino". "Nós consideramos o povo palestino a chave para a paz — acrescenta. Todos os que eu incluo nos 50% favoráveis à saída pacífica defendem de forma mais ou menos clara o direito dos palestinos à autodeterminação. Mas é aí que aparecem as diferenças. É por isso que nós não definimos exactamente que tipo de acordo deve ser estabelecido com os palestinos. No próprio seio do povo palestino há opiniões diferentes. Neste momento, por exemplo, está-se a discutir qual será o vínculo entre a Jordânia e o futuro Estado palestino. O que é para nós um princípio definitivo é que a paz só será estável a partir do respeito pelos direitos palestinos."

Como conciliar a definição *sionista* do partido com a defesa dos direitos palestinos? Que tipo de Estado judaico e que tipo de Estado palestino defendem?, perguntámos.

"Nós não concebemos o Estado judaico como 'puro'. Não é essa a nossa concepção de sionismo. Cremos que a Palestina é hoje *de facto* a terra de duas nações, os árabes palestinos e os judeus israelitas. Mas isso não significa que o Estado de cada uma dessas nações deva ser racialmente puro. E mais, o termo *raça* não cabe aqui. Trata-se de uma luta *racial*. Somos duas nações, que racialmente estão muito próximas. Metade da população de Israel é árabe em termos raciais. Muitos palestinos têm traços extremamente parecidos com os árabes.

"Já temos no Estado judaico (Israel) uma minoria árabe-palestina, que muito provavelmente vai querer permanecer aqui, inclusive depois da criação de um Estado palestino independente. E devemos ficar muito felizes de que assim decidam. Mas naturalmente o Estado judaico tem que lhes conceder todos os direitos que as minorias têm em qualquer país democrático do mundo. Terão que gozar de liberdade e igualdade totais. Excepto, é



Segundo Bar On, dos 120 lugares do parlamento israelita 25 estão em poder de "gente de paz"

claro, pelo facto de que estarão a viver num Estado judaico.

"Da mesma forma espero que no futuro possamos ver judeus israelitas a viver no Estado palestino-árabe independente. Isto implica que terão que produzir-se mudanças profundas na forma de pensar das pessoas e, sobretudo, será necessária muita tolerância mútua. A actual situação é muito delicada e tensa. Acredito que a maior parte dos colonos judeus que vivem actualmente nos colonatos da Cisjordânia e Gaza terão que voltar ao Estado de Israel. Mas também posso imaginar que haja alguns que optem por lá ficar, acatando a soberania do Estado palestino."

Recordámos a Bar On que a maior parte desses colonatos estão convertidos actualmente em fortificações, de onde os colonos quase não saem. Os colonatos mudariam então a sua estrutura e a sua concepção, uma vez declarado o Estado palestino independente?

Bar On estima que o processo de integração pode começar uma vez terminada a actual guerra. "Penso que se se chegar a um acordo para a permanência de alguns colonos, os actuais colonatos poderão passar a ser bairros judeus em cidades árabes, como há bairros húngaros na Roménia ou bairros japoneses e italianos em São Paulo, Brasil."

“Algumas medidas serão tomadas”

Ponderámos na nossa conversa com o deputado eleito pelo Ratz que para quem vinha, como nós, dos territórios ocupados, essa visão podia parecer um tanto idílica e irrealista. A realidade quotidiana das relações entre a população árabe-palestina local e os colonos ou o exército de ocupação israelita são de grande tensão e existem inúmeras demonstrações de um crescente rancor entre as duas comunidades.

“Penso que embora a situação possa ser trágica, se o Partido Trabalhista — como tudo indica — assumir o governo, terá que dar alguns passos concretos no sentido de devolver algum poder aos palestinos. E se a correlação de forças não o permitir agora, será daqui a algum tempo, depois de outra eleição.”

“O respeito pelas lideranças palestinas naturais dos territórios ocupados é algo que mais cedo ou mais tarde terá que acontecer.”

Eleições municipais?, perguntámos.

“Talvez, ou simplesmente devolver os postos aos presidentes de câmara que foram expulsos. Creio que o Partido Trabalhista também congelaria os colonatos. Possivelmente não dismantalaria os já existentes, mas poria um travão à sua expansão e, dando prosseguimento aos Acordos de Camp David, é provável que chegue a discutir com o Egipto algumas medidas concretas no sentido da autonomia palestina nos territórios ocupados. Serão, sem dúvida, passos tímidos, não os que nós reclamamos e defendemos, mas assim se iniciaria um processo que alcançaria uma dinâmica maior depois das futuras eleições.”

Segundo o raciocínio de Mordechai Bar On, o processo de avanço para soluções mais definitivas para o problema central da região, que é o futuro do povo palestino, produzir-se-ia através do crescimento da representação no Knesset das forças favoráveis à paz.

“Imagino o processo por esse caminho — con-

Problemas de aeroporto

□ Uma noite, no aeroporto de Lisboa, criámos, sem o querer, ao funcionário da imigração um problema que se transformaria num quebra-quebra para todos.

— O senhor é brasileiro, mas aqui diz que nasceu em Nova Iorque.

— Sim, mas é Nova Iorque do estado do Maranhão, no Brasil.

— Mas há outra complicação. O seu documento de viagem é mexicano, tem um visto de entrada, mas como brasileiro o senhor não precisa de visto. Então, ou o senhor é mexicano e precisa de visto ou é brasileiro e não precisa, mas tem um.

Alguns colegas vieram em ajuda do zeloso funcionário e, todos juntos, conseguiram uma solução providencial.

— Bem, e se riscarmos da ficha de desembarque a palavra *brasileiro* e colocarmos *mexicano* o senhor importa-se?

— Não, de maneira nenhuma, desde que me larguem.

E assim foi feito. Mas essa não foi a única complicação em aeroportos. Em geral, os documentos de viagem dos exilados são olhados com desconfiança. Parece que os seus portadores escondem tenebrosos propósitos, mesmo que seja

um Paulo Freire ou uma piedosa irmã de caridade.

Os franceses talvez sejam os mais duros e por isso mesmo surpreendi-me quando, alguns anos atrás, em trânsito para Argel, deixaram-me sair do aeroporto.

Era, no entanto, uma ilusão. Em poucos minutos, os alto-falantes de Orly chamavam-me a todo vapor e, desde então, durante oito horas, até ao momento de embarcar para a Argélia, tive a honrosa companhia de um imperturbável defensor da ordem. O meu saudoso amigo Carlos Sá, um jurista e lutador pelos direitos humanos, que me foi buscar ao aeroporto, quis protestar, mas logo encontrámos um *jeitinho* brasileiro de nos vingar. Misturámos o sotaque paulista com o dialecto nordestino e dissemos o que quisemos ali mesmo nas barbas do *gendarme*.

Teotónio dos Santos, em Nova Iorque, foi uma vez carregado até ao avião por dois brutamontes da polícia de Imigração. “Seguramente tinham mais de dois metros”, recorda o antigo professor de Harvard, cujo nome ele não sabia que figurava na “lista negra” do aeroporto.

Os episódios são muitos, mas, no aeroporto de Telavive, no mês passado, não foi para brincadeiras.

Quando a jovem miliciana da Segurança do Estado viu, nos nossos passaportes, viagens a países árabes dos mais “tranquilos” como a Líbia e o Líbano — este, exactamente nos dias da invasão —, entrou em transe.

Fazendo o quê? Quanto tempo? Que tipo de

firma — mas não com um aumento gradual, que dos 25 lugares que hoje ocupamos, os *radical peace people*, passemos para 30 ou 35 e assim sucessivamente. Creio que o salto pode ser para 60 deputados defensores intransigentes dos caminhos da paz no próximo parlamento.”

Um processo de transformação com essas características poderá acontecer em dois anos?

“Dois anos, um, três, quem sabe? Mas o que está claro é que ou a correlação de forças passa a pender para o lado daqueles que estão nitidamente interessados na paz ou não teremos superado o impasse criado actualmente pelos resultados eleitorais.”

Bar On não acredita que possa vir de uma futura eleição um governo mais à direita em relação aos que já passaram por Israel nos últimos anos, liderados por Begin e Sharon. “Essas eram personalidades fortes, que dominavam o Likud. Agora não há lideranças tão fortes nesse partido.”

reportagens andaram a fazer? As perguntas mais duras eram sobre as minhas “ligações” em Israel e nos territórios ocupados.

Por que é que escolheu exactamente um hotel de palestinos? Simplesmente porque me fora indicado na estação rodoviária da fronteira e ficava perto da velha cidade amuralhada de Jerusalém, onde se encontram os grandes monumentos e as relíquias religiosas.

A jovem não se contentava com nada. Queria saber quem eram os meus amigos em Israel e quem havíamos visto. Quem é que me “entregou” uma carta para a Europa.

A essa altura, confesso que já perdia a paciência. Disse-lhe que não era correio e que não sabia de nada sobre cartas. A moça chamou os colegas para o interrogatório. Já eram quatro. Outra jovem alimentava preocupações maiores: perguntou-me se não tinha receio de que, na minha ausência do hotel, houvessem posto um pacote suspenso na mala. Aí a dúvida já era minha. Não seria uma cilada?

Outro grupo caiu sobre as malas e estripou tudo. Roupas íntimas, pequenas recordações da Cidade Santa, livros. Quando já haviam tirado tudo, amontoando as coisas em cima de um banco, levaram a mala e o saco para um exame de raios-X.

Tentei serenar aquela alma inquieta, forçando um pequeno diálogo. Disse-lhe que levava boa impressão do estilo democrático das eleições em Israel.

Para quê? A jovem reagiu duramente. “Democracia a mais não é uma coisa boa”. “É melhor

A ajuda financeira norte-americana

Uma das conclusões que se pode tirar dos resultados eleitorais é que a crise económica — expressa numa inflação de 400% ao ano, uma das dívidas externas *per capita* mais alta do mundo, défice fiscal, etc. — não teve grande peso na definição do voto dos eleitores. Noutro país, esses índices poderiam levar o partido governamental a uma estroada derrota nas urnas. Como explicar este facto?

“O cidadão comum não tem sentido no bolso os efeitos da crise”, assinala Bar On. “É um paradoxo, mas há duas razões para isso: a mais importante é a ajuda financeira norte-americana. Essa ajuda ao ser injectada na nossa economia, não permite o aumento do desemprego, a expansão da pobreza, nem uma perda real do poder de compra dos salários. A segunda é que, tendo convivido tanto tempo com elevados índices inflacionários, desenvolvemos fórmulas para nos ajustarmos às mu-

do que a mais branda das ditaduras”, respondeu-me. E o diálogo terminou aí.

Fomos para quase duas horas de tenso interrogatório e, sinceramente, já esperava o “amável convite” para uma conversa noutro local.

Talvez tenha sido pelas ordens que lhe mandaram pelo *walkie-talk*, mas houve um momento em que acreditei ter domado aquela garota vinteanera imbuída de que o cumprimento da sua penosa tarefa era importante para a segurança do país. Foi quando ela descobriu no fundo da mala, não uma bomba nem misteriosas cartas a conspiradores europeus, mas um disco do jovem pianista judeu Ivo Pogorelich. O disco havia sido comprado pela minha companheira, e confesso haver sido essa a primeira vez que travava conhecimento com o pianista que, depois, ouvi com agradecimento e admiração.

— Então, o senhor gosta dele?

Pensei um pouco, mas cedi à tentação da “mentirinha”, tão necessária naquele momento. “Como não?!”. Daí para a frente as coisas ficaram mais suaves. Devolveram-me as malas radiografadas, mas não deixaram que eu pegasse em nada, temendo que, de novo, metesse algo subversivo na bagagem.

Um jornalista da rádio estatal espanhola, que acabava de cobrir as eleições israelitas perguntou aos interrogadores se consideravam aquilo realmente necessário e se não era possível fazê-lo sem impor tantos vexames às pessoas.

A jovem funcionária limitou-se a responder que era no interesse de todos. E mais não disse. (Neiva Moreira)

danças, remendando a economia.

“É tudo uma ilusão, porque a situação económica do Estado é muito má. Mas as pessoas não sentem isso na sua vida quotidiana. Quem se apercebe do facto são as pessoas com um maior grau de conhecimentos ou com uma formação intelectual mais sólida. Mas se nos guiarmos simplesmente pelos produtos que se podem adquirir nos supermercados, pelo dinheiro que cada um tem guardado no banco, pelos índices de movimento do comércio, então não há crise, ou o seu impacto é muito pequeno.”



Junho de 84: israelitas e palestinos juntos numa acção de solidariedade com presos políticos

Lemos durante a nossa estadia em Jerusalém que os índices de emigração de judeus israelitas superaram nos últimos meses pela primeira vez os índices da imigração.

Seria talvez esse fenómeno um reflexo dos traumas da sociedade israelita com a guerra? Ou reflexo da crise económica? Falta de atractivos para os judeus no estrangeiro?

“Para explicar o facto é preciso aprofundar as causas da imigração e da emigração, que são diferentes. Entre os judeus, como em qualquer outro povo do mundo, há gente com opiniões muito distintas. Os judeus de Nova Iorque, por exemplo, onde há numerosos religiosos ortodoxos, muitos dos quais são tremendamente reaccionários, possivelmente não estão descontentes com tudo o que sucedeu durante a guerra do Líbano. Eles estavam com Begin, não com as nossas ideias. Não houve, pois, nenhum motivo para desencanto. Não é ali que se deve procurar a explicação para uma baixa imigração.

“Creio que o não crescimento dos índices de imigração prende-se com outro problema muito

diferente: o facto de que pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial os judeus gozarem de total liberdade e igualdade em muitos países do Ocidente. Logicamente, em vez de emigrar, preferem ficar onde estão. É verdade que ainda subsistem nalguns lugares manifestações de antissemitismo. Mas essas intolerâncias sempre existiram e existirão e não apenas em relação ao povo judaico. A verdade é que nos últimos anos os judeus encontraram um lar — muito bons, aliás — nos países ocidentais.

“Em relação aos índices de emigração dos jovens israelitas, creio que isso pode estar directamente relacionado com o serviço militar obrigatório. Não porque haja necessariamente uma atitude ideológica contrária à guerra. Creio que se trata mais de um problema existencial, cansaço do serviço militar, procura de novos horizontes, vontade de conhecer o mundo.”

A plataforma de trabalho

Como homem que vem do movimento pacifista e que foi eleito pelo voto progressista e de esquerda, Mordachai Bar On define o seu plano de trabalho no parlamento.

“Ainda não posso falar em nome do meu partido, pois que ainda vamos discutir sobre o nosso trabalho no Congresso. Mas posso falar por mim: vou trabalhar prioritariamente em favor de quatro assuntos:

“1) realçar a noção de que os palestinos devem ser nossos interlocutores em todo o processo de paz. Não o Egipto, nem a Jordânia — embora talvez eles também possam participar — mas entendimentos directos com os palestinos, que desejam o seu Estado independente tanto quanto nós desejamos o nosso”.

Isso significa reivindicar o reconhecimento da OLP, perguntámos.

“Vamos pedir à OLP que dê um passo revolucionário: a Organização foi criada em 1964. Nessa época não havia territórios ocupados. A luta era para destruir o Estado de Israel. Passaram muitos anos. Houve mudanças importantes entre os palestinos. Penso que já é possível pensar em deixar claro que actualmente a OLP já não pretende a destruição de Israel. Claro que entendemos esta exigência como um progresso entre dois protagonistas. Não podemos exigir da OLP que reconheça o Estado de Israel se nós israelitas, não proclamarmos publicamente e oficialmente que estamos decididos a reconhecer o direito dos palestinos em formar um Estado independente nos territórios ocupados.

“O segundo assunto de que me vou ocupar no parlamento — e não estabeleço ordem de prioridades ao mencioná-lo em segundo lugar — é lutar pela total igualdade dos palestinos israelitas. Avan-

çamos realmente em muitos campos, mas ainda subsistem problemas graves que têm que ser encorados. Será preciso devolver terras, permitir a expansão do parque industrial, fornecer água para o desenvolvimento agrícola nas zonas de população árabe, etc.

“O terceiro assunto é a educação. Ir-me-ei empenhar na luta contra o chauvinismo israelita reflectido na educação. Temos que encarar o ensino de um ângulo muito mais humanista. Mudar os currículos, os livros de texto, o sistema de formação de professores, etc. Nas escolas em que haja condições, criar possibilidades de uma frequência mista, de estudantes árabes-palestinos e judeus, como experiência piloto de convivência. Claro que isso não é normal, porque em geral as duas comunidades vivem geograficamente separadas, mas temos que chegar inclusive a essas experiências. E que os livros de texto possam ser utilizados indistintamente por crianças judias e árabes, e não como sucede agora.

“O quarto assunto é desenvolver uma relação mais realista entre os judeus da diáspora e os judeus de Israel, a partir da aceitação do facto de que a diáspora é um fenómeno permanente e irreversível e não algo transitório. É necessário porém criar vínculos permanentes e que não estejam baseados na exigência, como aconteceu no passado, de que eles devem vir para Israel.”

Uma das denúncias mais frequentes dos movimentos democráticos e progressistas latino-americanos é a ingerência de Israel no continente, através da venda de armas e assistência militar às ditaduras, em particular, as da América Central. Perguntámos a Bar On se o movimento pacifista israelita tinha alguma definição a respeito dessa política do Estado de Israel.

“O movimento ‘Paz Agora’ só actua em função do conflito árabe-israelita e não se propõe a uma actuação internacional. Mas como membro do Ratz, posso afirmar que, como partido, temos uma filosofia que nos leva a definições em relação à paz mundial. E estou convencido de que ao dizer isso represento também o sentimento da maioria dos nossos companheiros de ‘Paz Agora’. Somos contra a proliferação de armas nucleares e contra a corrida armamentista, o que vai nos exigir definições em relação à exportação de armamento israelita. Por certo, estivemos veementemente contra o fornecimento de armas e instrutores ao regime de Somoza na Nicarágua e estamos contra o facto de converter Israel num pião dos interesses estratégicos dos Estados Unidos no mundo.

“Agora, daí a suprir as necessidades de armamento de um governo como o de Alfonsín, por exemplo, há uma diferença, que teremos que analisar, para decidir depois.”

O peso da opinião pública

Na década de oitenta surgiu em Israel um fenómeno político novo, que ganhou mais força a partir da invasão do Líbano. Trata-se da presença da esquerda nas organizações de solidariedade (o “Comité Israelita de Solidariedade com a Universidade de Bir Zeit” e o “Comité Contra a Guerra no Líbano”) que desenvolve actividades tanto dentro de Israel como nos territórios ocupados, levando gente às ruas e fazendo ouvir a voz de sectores da população que antes não tinham canais de expressão.

A experiência pioneira surgiu em Novembro de 1981, quando em resposta ao encerramento da Universidade de Bir Zeit pela então recém-criada Administração Civil dos territórios ocupados — um órgão do governo militar israelita — foi criado o Comité Israelita de Solidariedade com Bir Zeit (*Israeli Committee for Solidarity with Bir Zeit University, ICS*). Três dias após o encerramento, cem membros do comité irromperam no *campus* da Universidade e “reabriram-no” simbolicamente. Organizaram-se grandes protestos, a maior parte dos quais ocorreu no centro de Ramallah, o núcleo urbano palestino mais próximo do *campus* de Bir Zeit. As autoridades de ocupação reprimiram violentamente os protestos, utilizando granadas de gás lacrimogénio. Cinquenta manifestantes foram detidos.

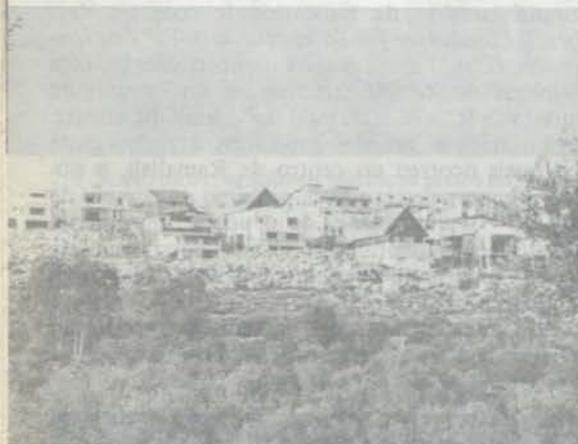
Para os palestinos, foi o descobrimento de que existiam activistas israelitas solidários com a sua

Judy Blanc: contra a histeria militarista



causa. Dentro de Israel, foi o aparecimento de um pólo aglutinador de muitos descontentes que não haviam encontrado canais para expressar a sua oposição à ocupação da Cisjordânia e de Gaza e a sua defesa dos direitos palestinos.

A experiência prosseguiu em 1982, quando ante a decisão do governo israelita de expandir os colonatos nos arredores de Hebrón, na Cisjordânia, o Comitê de Solidariedade com Bir Zeit realizou uma manifestação dentro de Hebrón, demonstrando a sua solidariedade com a população palestina que estava a ser vítima permanente da violência dos colonos judeus. Quando em Julho desse ano os colonos lançaram o plano de se apoderar do centro da cidade de Hebrón, o Comitê iniciou uma vigília permanente à frente do quartel-general das tropas de ocupação, no centro da cidade, exigindo a retirada de todos os colonos judeus. Manifestações de solidariedade com os palestinos de Hebrón foram promovidas pelo comitê em Jerusalém e Telavive quando, poucos dias depois, colonos exaltados entraram disparando rajadas de metralhadoras no Colégio Islâmico de Hebrón, matando três estudantes e deixando dezenas de feridos.



Cada novo colonato agride o povo palestino

O Comitê de Solidariedade com Bir Zeit foi o germen do que surgiria nos primeiros dias da invasão do Líbano: O CAWL (*Committee Against the War in Lebanon*), Comitê Contra a Guerra no Líbano. Foram divulgadas em todo o mundo as imagens das primeiras manifestações pacifistas da história de Israel, como a que levou cem mil pessoas às ruas na primeira semana de guerra.

Uma das fundadoras do Comitê de Solidariedade com Bir Zeit e posteriormente do CAWL, é Judy Blanc, uma antropóloga que reside desde 1954 em Israel, onde nasceram os três filhos do seu casamento com o professor Haim Blanc, o qual ficou

cego na guerra de independência, nome dado pelos judeus israelitas à guerra travada contra os árabes e que culminou com a criação do Estado de Israel em 1948.

A ela coube viver uma experiência que definiu como "um pesadelo": enquanto se reuniam na sua casa os fundadores do Comitê Contra a Guerra no Líbano — na primeira conferência de imprensa organizada para dar a conhecer os objectivos do comitê — o seu filho mais novo, Jeremiah, com a patente de sargento, estava em Beirute com um comando de paraquedistas.

Foi a ida do seu filho para o Líbano que a fez reagir?

— Não, meu marido e eu já militávamos desde muito antes, no Comitê de Solidariedade com a Universidade de Bir Zeit. Foi muito difícil tomar a resolução de promover a criação do Comitê contra a guerra quando ele estava a combater em Beirute, mas desde o primeiro momento que estava claro para mim e para meu marido que a presença do nosso filho no cenário da guerra não nos devia deter. Ele já sabia antes de ir que os pais se opunham à guerra. As posições dele eram ambíguas, mas nós entendemos que não podíamos transigir.

“O pior período foi enquanto não podíamos falar com ele. Foi um pesadelo. Lembro-me da noite em que regressou. A primeira coisa que fez foi exigir uma explicação pela nossa posição. Dissemos-lhe que compreendíamos que o haviamos deixado numa situação muito difícil, mas que não tínhamos tido outra alternativa. Simplesmente isso: que não havia alternativa. Creio que ele acabou por nos entender. Penso que nunca considerou que a guerra fosse necessária, mas as suas ideias estavam confusas. O facto de que a sua família tenha tomado uma atitude tão inequívoca contra a guerra ajudou-o a clarear as ideias, embora tenha a certeza de que o facto o traumatizou. Agora está fora do exército.”

“Todos os nossos filhos serviram nas forças armadas. Sarah, a mais velha, o do meio, que fez o que se chama *reserve duty* (reservistas), que exige a presença no exército durante dois ou três meses por ano, o Jeremiah, que estava no serviço nacional (*national service*), o serviço obrigatório dos 18 aos 21 anos.

A terceira categoria é a dos que pertencem aos quadros do exército de forma permanente. É entre eles que se encontra o maior número de jovens com posições de direita. Ao contrário, é entre os membros do *reserve duty* que se encontra o maior número de soldados que se opõe à guerra, como os que formaram o grupo “*There is a limit*” (*Yesh Ovu!*) cuja tradução seria “Há um limite”.



Com as manifestações contra a guerra do Líbano foi rompido um tabu da sociedade israelita

O papel da esquerda

Para Judy Blanc, o maior desafio actual da esquerda israelita é definir exactamente qual é o seu papel e qual o papel dos movimentos pacifistas em Israel. "Esta é uma inquietude crescente entre os militantes de esquerda." Judy lamenta que não tenha sido discutido nos últimos anos quais as respostas que a esquerda deve dar, "tão-pouco fizemos uma análise aprofundada do reduzido impacto que a crise económica tem nas pessoas. Um dos nossos fracassos é que a esquerda israelita não consegue estar de acordo, conceber estratégias unitárias a níveis mais avançados do que a co-participação nos comités de solidariedade."

Na opinião de Judy a razão liga-se mais a diferenças de personalidade entre os líderes dos diversos grupos de esquerda, do que a discrepâncias que possam existir a nível ideológico.

"Uma das características do cenário político de Israel é que não surgiram formações de esquerda estáveis, a não ser o Partido Comunista, Rakah. Quer dizer, ninguém ocupou o espaço livre entre o Rakah e os partidos sionistas de esquerda. Houve uma sucessão de partidos mais ou menos socialistas, mais ou menos sionistas, cuja última expressão foi o Sheli, que se desintegrou antes das últimas eleições."

Aponta, contudo, como algo novo o fenómeno da Lista Progressista para a Paz (PLP), que elegeu dois delegados para o Knesset, o general Mattityahu Peled, conhecido por suas posições pró-palestinas, que se encontrou várias vezes com Issam Sartawi e outros dirigentes palestinos, inclusive Yasser Arafat, e um segundo representante, o palestino Mehari Mohamed, da região de Haifa. A PLP é, na sua opinião, o agrupamento não comunista com perfil mais nitidamente de esquerda. "Ninguém

imaginava que a PLP ia obter dois lugares, fora da coligação do Rakah."

Para Judy Blanc esta votação é importante, porque de alguma forma se consolida a representação progressista e de esquerda no Parlamento. A esquerda tem quatro lugares da Frente Democrática para a Paz e a Igualdade (DFPE), liderada pelo Rakah e da qual também faz parte um pequeno grupo marxista, Shassi, e outros movimentos menores, como as Panteras Negras (*Black Panthers*), de judeus orientais radicais, dois lugares da Lista Progressista para a Paz, três do Shinui (Mudança), de centro-esquerda, mais três do Ratz (CRM). No total, 12 lugares, aos quais tem que se somar os deputados do MAPAM, que a partir do trabalhismo assumem posições próximas às da esquerda em temas concretos.

Isso significa um avanço da esquerda na última eleição?

"Isso dependerá de como actuem os seus representantes, mas parece claro que, em princípio, é correcto falar de um avanço da esquerda."

O papel do movimento pacifista

Para Judy Blanc, no contexto de igualdade de forças que caracterizam o cenário político actual de Israel, com um virtual empate entre os conservadores e seus seguidores e os trabalhistas e seus aliados, é ainda mais relevante o papel que pode desempenhar o movimento pacifista.

"O primeiro e mais importante tabu da vida política israelita já foi rompido: refiro-me à possibilidade de assumir uma atitude crítica quanto à guerra, durante a guerra. Daqui em diante o governo, qualquer que seja, terá que ter em conta a opinião pública do país. Por seu lado, a opinião pública terá de se organizar de alguma forma, criar novos

canais, melhorar os que já tem.

"Porém, uma vez mais, voltamos ao desafio da união da esquerda".

Em relação ao problema da autodeterminação palestina, a militante dos comités de solidariedade acredita que se deram passos importantes. "Quando cheguei a Israel, em 1954, a situação política era muito diferente. A questão do Estado Palestino independente não estava tão clara como começou a ficar depois da ocupação de 1967.

Foi depois da ocupação que nasceu a ideia do Estado palestino nesses territórios. Houve avanços indubitáveis no movimento nacional palestino. Particularmente penso que esses avanços se registam semana a semana, e até todos os dias, e os últimos foram passos muito significativos, que terão consequências futuras."

Judy refere-se a dois factos: por um lado, a rea-

proximação das diferentes correntes palestinas que lograram a reunificação em torno da liderança de Yasser Arafat, e por outro, o aprofundamento dentro dos territórios ocupados de um pensamento que tende a contrariar os esforços da ocupação em destruir o povo palestino cultural e economicamente.

"A questão do Estado palestino independente ainda está muito em aberto. Mas vou fazer uma afirmação que pode parecer contraditória: apesar da difícil conjuntura actual em Israel, eu diria que a solução da coexistência de dois Estados independentes, um judeu e outro palestino, não está mais próxima, contudo parece mais real do que no passado".

Os grupos que sustentam os comités de Solidariedade são, o Partido Comunista, Rakah, grupos trotskistas, um pequeno grupo marxista não

Bir Zeit: uma universidade que resiste à ocupação

□ Nos territórios ocupados existem cinco instituições de ensino superior: as universidades leigas de Bir Zeit (2.300 estudantes) e An Najah (3.600 estudantes), a universidade de Belém, que é subvencionada pelo Vaticano e dirigida por irmãs de caridade, e os colégios islâmicos de Hebrón e Gaza.

Visitámos Bir Zeit, situada nos vales entre Ramallah e El Bireh, a uns vinte quilómetros ao norte de Jerusalém. Uma boa parte do seu financiamento provém dos próprios palestinos da diáspora, particularmente dos que trabalham nos países do Golfo. Também recebe apoio da Associação de Universidades Árabes (um grupo de sessenta universidades de diversos países árabes de que Bir Zeit faz parte) e contou com algumas doações de instituições internacionais como o Conselho Mundial de Igrejas e Pão para o Mundo. O edifício da Faculdade de Engenharia do *campus* novo (Bir Zeit tem dois *campus*, o velho e o novo, que distam entre si 2 Km.), foi um donativo pessoal de um palestino rico residente na Arábia Saudita. O seu valor é de seis milhões e meio de dólares.

"A nossa universidade está baseada em três princípios. 1) acreditamos na liberdade de pensamento e de expressão; 2) acreditamos na educação comunitária, interligada com a sociedade, sem lugar para 'torres de marfim'; 3) não fica nenhum estudante fora da Universidade por fal-

ta de recursos para pagar os estudos." Quem nos explica a filosofia de Bir Zeit é Albert Aghazarian, um dos professores e encarregado de relações públicas da Universidade.

"Estes três princípios confrontam-nos com a ocupação, porque o seu principal objectivo é cancelar a nossa identidade como palestinos". Aghazarian observa que uma das formas que a Universidade tem de se relacionar com a população local são as 120 horas anuais de serviço comunitário que cada estudante deve desenvolver. Podem ser utilizadas na alfabetização de camponeses, na colheita da azeitona — as oliveiras são a maior riqueza da região (*Bir Zeit* significa "terra das oliveiras") — na vigilância nos bairros, etc.

"Os palestinos expulsos do país em 1948 — explica Aghazarian — tiveram grandes dificuldades para recomeçar. Os que tinham propriedades na Palestina, mas baixo nível educativo, perderam tudo. Em compensação, os que tinham grau universitário progrediram. Isso explica a corrida desmesurada de todos os palestinos atrás da educação, o que nos converteu no povo com a maior proporção de quadros profissionais e técnicos de toda a região".

Curiosamente, antes da ocupação de 1967 na Cisjordânia e Gaza existiam cursos de nível superior, mas não universidades estruturadas como actualmente. "Com a ocupação e todas as restrições impostas pelas autoridades militares israelitas para sair do país, surgiu a necessidade de ministrar aqui os cursos universitários e assim foram criadas e se consolidaram as universidades actuais".

Mas o processo de formação das universidades, intimamente ligado à resistência palestina à ocupação, não foi fácil. Pelo contrário. As pres-

sionista, o Shassi, que está aliado ao Rakah na Frente Democrática para a Paz e a Igualdade (surge inicialmente em Hebrón) e elementos do velho Sheli, o antigo partido socialista sionista fundado em 1977, que teve dois representantes no Knesset até 1981 e em 1983 se desintegrou em várias formações novas.

Mas têm também um peso muito significativo os militantes de esquerda sem partido, independentes de diferentes origens e posições, que coincidem na necessidade da mobilização popular. Judy Blanc pertence ao grupo dos independentes. Eles coincidem em destacar a necessidade de unificar a esquerda, com cujo programa em geral estão de acordo. Mas divergem dos partidos já existentes, de cuja linha discordam por considerar que não estão aptos para encabeçar os movimentos de massas.

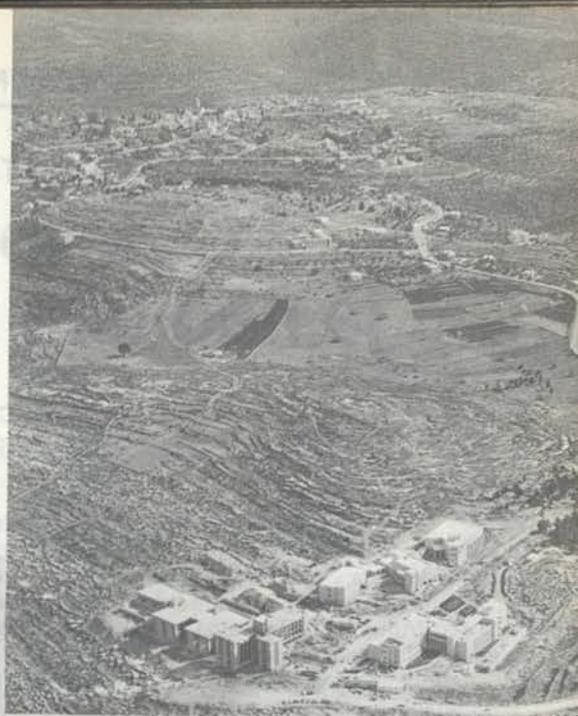
ações exercidas pelas autoridades militares israelitas contra as universidades são de dois tipos: directas (encerramentos, invasões do *campus*, etc.) ou indirectas (detenção dos estudantes e perseguição das suas famílias, impedimento das estradas de acesso, proibição de novos investimentos, limitação nas autorizações para novas construções, censura aos livros a serem adquiridos para a biblioteca, etc.).

"A biblioteca é muito deficiente — explica Albert — e muitas vezes os estudantes têm que procurar os documentos necessários ao seu trabalho na Universidade Hebraica de Jerusalém — onde são olhados com desconfiança — ou atravessar a fronteira para visitar a universidade de Aman, com os riscos que implica cruzar a ponte sobre o rio Jordão".

Muitos dos documentos e manuais de ensino doados pelos países árabes ficam bloqueados em Aman à espera da autorização das autoridades israelitas. Através de mandados militares os israelitas controlam os programas e os livros de apoio, assim como se reservam o direito de aprovar cada um dos professores e de autorizar ou não o funcionamento de novos cursos.

Os encerramentos

Uma das formas mais habituais de represália das autoridades militares israelitas contra as universidades palestinas é determinar o seu encerramento, com tudo o que isso implica para o desenvolvimento das actividades académicas. "No ano lectivo 1981-1982 enfrentámos um encerramento de sete meses (o período académico é de 9 meses). Isso significava pura e simplesmente que os estudantes iam perder o ano. Mas encontrámos



Universidade de Bir Zeit: resistir aos encerramentos, invasões, perseguições, censura, asfixia económica

formas de continuar a dar aulas, em pequenos grupos, usando mesquitas e casas de família e assim conseguimos completar 80 por cento dos trabalhos", afirma o professor Aghazarian.

A Universidade de An Najah foi fechada há um mês e durante o período académico de 1982-83 sofreu igual punição durante três meses consecutivos. As Universidades de Hebrón e de Belém também sofreram longos encerramentos. Actualmente as relações com o Vaticano estão muito tensas porque os israelitas ainda não autorizaram um pedido de investimentos para ampliação dos estabelecimentos da Universidade Católica, apesar do orçamento já ter sido aprovado pela cúria romana há vários meses.

Em consequência de todas estas arbitrariedades surgiu o Comité de Solidariedade com a Universidade de Bir Zeit (ver entrevista com Judy Blanc), promovido por judeus israelitas de diferentes tendências políticas.

"Um exemplo concreto das dificuldades diárias que enfrentamos para manter a universidade em funcionamento: recebemos recentemente como donativo de um palestino residente no Golfo, um computador no valor de 7.000 dólares. Para permitir o seu ingresso na Cisjordânia e o seu funcionamento na Universidade, as autoridades militares obrigaram-nos a pagar 27 mil dólares de impostos".

Bassam Shaaka:
**“O povo palestino
já não tem mais tempo”**

O ex-presidente da câmara de Nablus analisa o actual estágio da luta palestina e a situação interna de Israel

“Vão a Nablus e perguntem por ele. Não há quem não o conheça”, disseram-nos Fahed Qawasme, ex-presidente da câmara de Hebrón, quando nos sugeriu, entre outras actividades nos territórios ocupados, uma visita ao seu colega e amigo, Bassam Shaaka.

Conhecer pessoalmente Shaaka — ex-presidente da câmara de Nablus, convertido em símbolo e herói da resistência palestina, depois do atentado que quase lhe custou a vida e que o deixou sem as duas pernas — era uma aspiração nossa a partir do momento em que planeávamos aquela visita à Cisjordânia. Viajava conosco o deputado escocês Er-

nie Ross, da ala esquerda do Partido Trabalhista, grande amigo de Shaaka desde que, tempos atrás, as cidades de Nablus e de Dandy, na Escócia, a terra natal do jovem congressista, foram declaradas cidades gémeas. Foi ele que se encarregou de todos os contactos.

A visita a Bassam foi acertada em menos de dez minutos. Recém chegados a Jerusalém de uma tensa viagem, de Aman através do rio Jordão, dirigimo-nos directamente a Nablus. A popularidade do ex-presidente da câmara, uma personalidade querida e respeitada nos territórios ocupados, que alguns chamam carinhosamente de “nosso presidente”, é facilmente constatável. Como nesta ocorrência bem significativa: tomávamos um táxi ao acaso e quando dissemos que queríamos ir a Nablus para visitar Shaaka não foi necessário acrescentar mais nada. O motorista levou-nos directamente à acolhedora casa de Bassam, subiu conosco, deu-lhe um abraço dizendo ser seu admirador, e retirou-se com um sorriso satisfeito. O incidente seria talvez banal se o presidente da câmara não fosse uma das personalidades palestinas mais vigiadas pelas autoridades militares de ocupação, que controlam tudo que se passa na sua casa (onde esteve durante meses sob prisão domiciliar) e todos os movimentos dos seus visitantes. Foi uma surpresa não encontrar a guarda militar na porta — fomos informados depois de que havia sido retirada dois dias antes, de forma tão arbitrária como havia sido colocada. Qualquer visitante dessa casa marcada pode estar sujeito a represálias.

Estava conosco também, além de Neiva Moreira, um professor norte-americano de origem japonesa, Masao Miyushi, da Universidade de Berkeley, activo defensor dos direitos palestinos. Bassam recebeu-nos como velhos amigos. Sentado na sua cadeira de rodas, conversava com uma delegação que o visitava, vinda especialmente de Hebrón. Com uma roupa branca curta, apenas apareciam as pernas, à altura em que foram amputadas pela explo-

Bassam Shaaka com a mulher e um dos filhos



Beatriz Bisso

são. Mais tarde Bassam descrever-nos-ia com menores o atentado que fora presenciado pela sua filha mais nova (ela salvou-se por segundos, porque se atrasou a brincar na escada, enquanto seu pai ia tirar o automóvel para levá-la à escola).

Passava as férias com o pai o filho mais velho de Bassam, recém-formado em engenharia nos Estados Unidos, para onde voltaria em poucos dias para um curso de pós-graduação.

A conversa foi amena, pois Shaaka é um homem de uma personalidade atraente e forte, a quem as autoridades israelitas de ocupação não conseguiram dobrar nem enfraquecer apesar da brutal represália pelas suas actividades patrióticas.

A memória nacional

O Instituto Palestino de Documentação, fundado em Jerusalém, em 1979, cumpre uma função semelhante à de um Arquivo Nacional, do qual os palestinos carecem por não estarem organizados num Estado independente. Através de um enorme esforço — enfrentando a censura e a repressão israelitas — os seus organizadores conseguiram criar uma biblioteca com cinco mil volumes sobre a Palestina, seja de autores palestinos, judeus ou de qualquer outra nacionalidade. Outra das actividades do Instituto é a recolha de artigos de imprensa — israelita ou palestina — sobre a problemática da região, com uma perspectiva política, económica ou social. Esses recortes são microfilmados e arquivados.

Presentemente, está-se também a organizar um arquivo de documentação histórica para posterior publicação. Até ao momento, já foram reunidos mais de três mil documentos — muitos deles originais, pertencentes a famílias que viveram na antiga Palestina — e que foram editados em dois livros: 600 documentos no primeiro e 2.400 no segundo. Fotografias sobre o legado árabe na Palestina são também arquivadas e classificadas.

Vai-se completar neste ano uma colecção de duas mil fotos, muitas delas de cidades e vilas palestinas destruídas pelos israelitas. Está também a ser organizado um arquivo fotográfico específico sobre os colonatos judaicos nos territórios ocupados. "Trata-se de fotos tiradas por correspondentes estrangeiros e também por judeus amigos", explica Faisal Hussieni, presidente do Instituto, filho de um herói nacional palestino da guerra de 1948.

Outra das actividades do Instituto Palestino de Documentação é a edição de livros. Até o momen-

Como o visitávamos no período de incerteza dos rumos de Israel pós-eleições, cujos resultados começavam a ser divulgados, o assunto foi abordado em diversas oportunidades. Falámos também da conjuntura que a revolução palestina atravessa, da situação nos territórios ocupados, do seu próprio futuro político ("não tenho ambições pessoais") das relações com os restantes países árabes.

A tarde passou depressa, e antes que anoitasse,



Assia Habash e Faisal Hussieni

to, já foram editados numerosos títulos, três deles sobre a vida do povo palestino: os palestinos no século XIX, os palestinos até 1948 e os palestinos no mundo actual.

Pelo Departamento de Mapas do Instituto, foi feita e impressa a primeira carta da Palestina desde 1948.

"É a primeira vez desde a proclamação do Estado de Israel que se elabora um mapa da Palestina. A importação de mapas com a palavra Palestina está proibida, razão pela qual ele teve de ser impresso aqui", assinala Assia Habash, uma das fundadoras do Instituto. "O mapa foi distribuído em todos os territórios ocupados e entre os palestinos de Israel. Nele estão assinaladas todas as cidades e vilas existentes em 1948, a maioria das quais foram totalmente destruídas".

O Instituto, concebido de início exclusivamente como centro de documentação, foi entrando pouco a pouco nos terrenos da investigação sociológica. Vários foram os livros editados com os resultados desses trabalhos. "Dentro de dois anos, esperamos ter pronto o primeiro atlas palestino, que será distribuído em todas as escolas", explica Hussieni, que pelas suas actividades à frente do Instituto foi considerado "indivíduo altamente perigoso" e posto sob prisão domiciliária pelas autoridades israelitas. Após as nove da noite deve permanecer em casa e não está autorizado a sair da cidade de Jerusalém.

Bassam insistiu em levar-nos a dar uma volta pela cidade, pela qual sente um carinho que transmite em todos os seus comentários. Para sair, colocou as duas pernas ortopédicas, que com a ajuda de uma bengala, lhe devolvem a autonomia que perde na cadeira de rodas.

Um dos lugares que visitámos foi a fábrica de sabão fundada pelo seu avô e que ainda hoje utiliza os mesmos métodos artesanais de há quase setenta anos atrás.

"Não sabíamos que estávamos diante de um representante da burguesia industrial revolucionária", brincou Neiva Moreira.

"Já me chamaram de traidor da minha classe", respondeu Bassam sorrindo.

Dali fomos para as colinas que rodeiam a cidade, em direcção aos colonatos. Vimos Nablus desse ponto privilegiado e perguntámos-lhe quais eram os legados históricos mais importantes da região, se havia ali vestígios da vida de Cristo, como existem em abundância noutras partes da Cisjordânia.

"Jesus é para Nablus um moderno. Aqui, a primeira civilização que floresceu foi a dos sumérios - 3000 anos a.C. - cujos descendentes ainda vivem na região, num número de aproximadamente seiscentos. Os seus lugares sagrados estão em Nablus."

Não nos demorámos nas colinas porque o filho de Bassam, nervoso com a proximidade dos colonatos judaicos e vendo que a noite se aproximava, insistiu para que o seu pai regressasse. De passagem pelo centro da cidade, o presidente da câmara era cumprimentado insistentemente pelas pessoas que o reconheciam. Passámos por várias ruas que foram fechadas pelos militares israelitas depois de atentados à bomba. As grades metálicas usadas para abrir a passagem por esses lugares dão um aspecto sombrio aos bairros atingidos e forçam as famílias que vivem nessas ruas a fazer grandes desvios para poderem chegar a casa.

Os atentados e confrontações com as forças de ocupação são diários em toda a Cisjordânia e naqueles dias haviam sido particularmente intensos em Nablus, que tinha uma presença militar ainda mais ostensiva do que a normal.

Não é fácil sintetizar uma conversa de horas, mas houve alguns pontos em particular sobre os quais Bassam foi muito preciso e contundente. Eis aqui algumas das suas opiniões, expressas nessa conversa.

Eleições em Israel:

"Não podemos esquecer que a ocupação ocorreu em 1967, durante um governo trabalhista, que

CIÊNCIA actual

Uma publicação portuguesa
de divulgação e informação científica

Para o professor
Para o aluno
Para toda a gente

Assinaturas (1 ano — 6 números)

Continente e ilhas	550\$00
Espanha, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe (via aérea)	690\$00
Europa	US\$ 5.50
Outros países	US\$ 9.50

Pagamento adiantado

Distribuidora:

ELECTROLIBER

CIÊNCIA ACTUAL

R. Carlos Pereira, 3-4.º D.

1500 LISBOA



François Mitterrand: um peso, duas medidas



Hussein: uma posição ambígua na questão palestina

Beiriz Basso

expulsou centenas de compatriotas nossos e iniciou a implantação dos colonatos em terras palestinas confiscadas. O que o Likud fez foi continuar e aprofundar essa política. Nenhum dos dois partidos reconhece a OLP, nem o direito dos palestinos a um Estado independente. O Likud propõe a anexação definitiva; o trabalhista fala de "uma opção jordana". No fundo a estratégia é a mesma com diferenças táticas. Nenhum dos dois partidos têm respostas para a crise de Israel e por isso evitaram certos temas na campanha eleitoral. Uns e outros são prisioneiros da sua própria estratégia."

"O problema de Israel é que não há uma terceira força homogênea capaz de propor opções alternativas e deflagrar as mudanças necessárias."

A "opção jordana"

"De 1967 a 1977 os trabalhistas — que estavam no poder — negaram-se a aceitar a participação da Jordânia na discussão do futuro dos territórios ocupados. Agora dizem que vão chamá-la para dialogar sobre esses temas. O que é que eles propõem? Separar a Jordânia dos palestinos para evitar que se criem condições para a paz. Eles consideram ainda o rio Jordão como a fronteira natural do Estado de Israel. Querem manter os colonatos e insistem em que Jerusalém é a capital do Estado judeu. Isso não é só um desafio para o povo palestino, mas para todo o mundo árabe e para a comunidade internacional. Os trabalhistas não aceitam as soluções democráticas reivindicadas pelos palestinos."

Sobre a política de Mitterrand no Médio Oriente

"O presidente Mitterrand recusou-se a reunir com Yasser Arafat alegando que só o faria depois que a OLP reconhecesse o Estado de Israel. Porém, não disse uma única palavra sobre a ocupação ilegal de Israel da Cisjordânia e Gaza. Nem mencionou nada sobre o que se deve exigir de Israel se os palestinos reconhecerem o seu direito à existência."

O reconhecimento do Estado de Israel pela OLP:

A posição da OLP desde a Conferência de Argel, quando se reuniu o Congresso Nacional Palestino (CNP — parlamento) é muito clara. Essa decisão já foi aceite. Não somos nós que criamos problemas. É Israel que se recusa a reconhecer os direitos palestinos. Os norte-americanos e os israelitas usam a tática diversionista de acusar a OLP de não querer reconhecer o Estado de Israel. Mas nunca dizem o que acontece se os palestinos reconhecerem unilateralmente o Estado de Israel. O que aconteceria? Anular-nos-íamos a nós próprios, porque os israelitas não querem reconhecer os nossos direitos, nem os norte-americanos, e de certa forma tão-pouco os europeus."

"O que perderia Israel se reconhecesse o nosso direito a um Estado independente? Nada. Mas é possível imaginar o que aconteceria com o destino do povo palestino se Arafat dissesse "muito bem, reconheço o direito do Estado de Israel a existir". Qual seria a resposta de Israel, no contexto actual? "Reconhecem-nos? Bom, muito obrigado. Louvado seja Deus! Mas agora fiquem em Aman, porque nós não sairemos dos territórios ocupados".

A crise dentro de Israel:

"Creio que os problemas sérios que Israel atravessa estão-se a reflectir na quantidade de jovens que têm vindo a emigrar. Os democratas, os que tinham mais sensibilidade, os que eram mais humanistas, em geral já emigraram. Vão ficando os mais conservadores, os mais intransigentes. Mas mesmo assim, não há solução militar para o problema com os palestinos. São necessárias soluções negociadas. Mas como? Ficando de braços cruzados à espera que as contradições da sociedade israelita evoluam a tal ponto que se tornem insustentáveis? Não, o processo seria muito lento e o povo palestino não tem mais tempo, não pode continuar com os seus direitos escravizados. Temos de lutar e confiar nas nossas próprias forças."

El Hakawati: teatro palestino de nível profissional

Entre os múltiplos esforços desenvolvidos pelos palestinos no interior de Israel e na Cisjordânia e Gaza para preservar a sua identidade cultural, o grupo teatral *El Hakawati* ("contador de histórias") ocupa um lugar de grande destaque.

Organizado e integrado originalmente por nove jovens palestinos, actores de teatro e militantes patriotas, o grupo reúne hoje quinze elementos. O *El Hakawati* já foi convidado para várias digressões artísticas na Europa e no mundo árabe, tendo recebido elogios unânimes da crítica, inclusive de alguns jornais de Israel, pela sua elevada qualidade cénica, criatividade e força da mensagem.

A sede do grupo fica na parte muçulmana de Jerusalém, num teatro por eles próprios reconstruído. "Aqui funcionava um cinema que exibia filmes pornográficos. Os muçulmanos fundamentalistas incendiaram-no em sinal de repúdio. Pedimos autorização ao proprietário para o reconstruir, usando basicamente as nossas próprias mãos", explica Daoud Kuttab, um dos membros do *El Hakawati*, que divide o seu tempo entre o teatro e o jornalismo no diário palestino *Al Faged*.

A sala é ampla, com 400 cadeiras bem distribuídas e confortáveis. A decoração em nada fica a dever às melhores salas do mundo. Os recursos cenográficos, como a iluminação e o som, são de óptima qualidade. "Este é o primeiro recinto dedicado exclusivamente ao teatro em todos os territórios ocupados", continua Daoud. Há uma segunda sala, com capacidade para 150 pessoas, para cinema, exposições e debates. O *El Hakawati* apresenta-se diariamente, e o seu público é formado principalmente por pessoas do povo, que não tinham o hábito de ir ao teatro. "Os palestinos não são como os chineses ou os coreanos, povos onde o teatro faz parte da cultura tradicional", explica o nosso interlocutor. E acrescenta: "diante da falta de hábito da maioria das pessoas, o grupo passou a desenvolver um esforço educativo, que consome muitas energias, mas oferece resultados muito gratificantes".

A polícia israelita já esteve muitas vezes na sala do *El Hakawati*, e o grupo recebe constantes pressões do serviço secreto de Israel. "Não temos medo, pois contamos com a assessoria de vários

advogados, e sabemos que temos actuado estritamente dentro da lei imposta pelas próprias autoridades judaicas".

Como a lei marcial vigora nos territórios ocupados, a população dessas localidades é obrigada a deslocar-se a Jerusalém para assistir às representações do grupo. "Muitas vezes as pessoas vêm em camiões, e assumem a sua participação como uma forma de militância".

"O objectivo principal do grupo é apresentar um teatro verdadeiramente palestino, criativo e contemporâneo, integrado na luta do povo como forma de atenuar os efeitos da ocupação israelita e preservar a sua própria identidade cultural", explica François Abu Salem, director do *El Hakawati*. Todas as peças levadas à cena são criações originais do próprio grupo. Este, na sua fase de montagem, estuda previamente os temas que pretende abordar, usando para isso uma farta documentação, a partir da qual desenvolve colectivamente os enredos. Pelo seu nível, o *El Hakawati* tem recebido elogios generalizados. Tanto os actores como os críticos consideram que o grupo já atingiu os padrões de um teatro profissional. "Avançámos muito, não só nos domínios da técnica de representação, como no profissionalismo e dedicação individual. Estamos em pé de igualdade com os melhores grupos internacionais", afirma Daoud.

Vale a pena mencionar o que pensam alguns críticos israelitas. O jornal *Haaretz*, por exemplo, escreve na sua edição de 5 de Julho de 1983: "O que primeiro chama a atenção é o alto nível teatral do grupo. Cheio de energia, têm imaginação e habilidade para transmitir a sua mensagem. Não temos nenhum grupo similar no teatro israelita".

O jornal *Yedi ot Aharonot* afirmava: "Existe realmente um teatro nacional palestino. O *El Hakawati*, de Jerusalém Oriental, é um grupo muito bom, que produz um excelente teatro, que pode competir com similares em Paris, Londres e Nova Iorque. Trata-se de um grupo profissional como nunca houve no teatro israelita. Cada um dos seus membros é actor, cantor, bailarino e mímico. A encenação possui talento e imaginação, que merece a nossa homenagem".

Finalmente, reproduzimos a opinião de Koteret Rashi, no *Shos Avigal* (6/7/83): "A apresentação do *El Hakawati* em Telavive, retrata os israelitas através dos olhos de um povo oprimido, com a valentia e o talento de um teatro autêntico. O cenário, o guarda-roupa e a coreografia são, em si mesmos, um festival. Cada combinação tem um sentido determinado. A linguagem secreta de um teatro clandestino, que se desenvolveu sob a censura. O espectáculo é soberbo".



Sadat e Begin: o mundo árabe ainda não se recuperou totalmente da capitulação de Camp David

A reaproximação da OLP com o Egípto:

"Quando Sadat firmou os acordos de Camp David o povo egípcio perdeu e Israel ganhou. Todos nós, árabes perdemos. Se Mubarak quisesse realmente mudar essa herança, a primeira coisa que teria que fazer seria permitir que todas as correntes internas do Egípto se expressassem, democratizar o país, iniciar um debate, contactar a oposição, que, toda a gente sabe, condena Camp David. Mas não o faz e por isso não posso confiar nas suas intenções. Acho que pretende usar Abu Ammar (Yasser Arafat) para os seus próprios fins."

Dissidências dentro do Al Fatah e divisão da OLP

"Estamos contentes com os avanços alcançados na reunião de Argel, onde se conseguiu a reunificação dos grupos mais importantes da OLP. Mas ainda estamos preocupados. A nossa terra nunca será reconquistada sem a unidade do povo palestino."

"Abu Mussa está do lado dos sírios. Mas é palestino. É verdade que ele foi longe demais no seu divisionismo, passou por cima de todas as normas de convivência da OLP, ignorou os processos legais para apresentar as suas divergências. Mas é necessário que também os grupos pró-sírios regressem à OLP porque necessitamos da unidade total dos palestinos. É temos que restabelecer as relações estratégicas com a Síria e com os libaneses."

"Os dissidentes questionaram a liderança de Arafat, mas ele manteve-se como o presidente legal da OLP e líder do Al Fatah. Arafat teve mais força. Ele está em condições de usar agora essa autoridade e toda a sua responsabilidade, para trazê-los de volta. Se tiver êxito, ter-se-á consagrado como presidente. Se fracassar, todos os palestinos enfrentarão muitas dificuldades no futuro e a sua autoridade à frente da OLP ter-se-á debilitado. Perdemos nós, os palestinos, e perderá a paz mundial, porque a OLP é a única organização do mundo árabe que pode negociar a paz para a região de forma definitiva."



UM LIVRO UM POLICIAL

UMA REALIDADE
vista por Artur Cortez

ULMEIRO-Livraria e Distribuidora, Lda.
Apart. 4152-1504 LISBOA CODEX
Telefs. 713209/713544

15 ANOS AO SERVIÇO DO LIVRO, DA CULTURA
E DA LINGUA PORTUGUESA



Já à venda

Uma original reportagem
sobre a guerrilha
sandinista na NICARÁGUA

PRÉMIO:
CASA DAS
AMÉRICAS
1982
TESTEMUNHO

A montanha é algo mais
do que uma imensa
estepe verde



Preço de capa
580\$00

Desconto especial
para assinantes
de CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

Tricontinental Editora
edição
terceiro
mundo

Omar Cabezas Lacayo

Tricontinental Editora, Lda.
Calçada do Combro, 10-1.º
1200 Lisboa
CDL — Central Distribuidora Livreira, SARL

Distribuição
Av. Santos Dumont, 57
1000 Lisboa

cadernos do terceiro mundo

ÍNDICE DAS EDIÇÕES DE JANEIRO/1983 A OUTUBRO/1984 (Nº 50 a 70)

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Nº	Data	Nº	Data
50	1/83	61	1/84
51	2-3/83	62	2/84
52	4/83	63	2/84
53	5/83	64	3/84
54	6-7/83	65	4/84
55	8/83	66	5/84
56	9/83	67	6-7/84
57	10/83	68	8/84
58	11/83	69	9/84
59/60	12/83	70	10/84

Várias modificações foram introduzidas neste índice com relação ao publicado no nº 50. Naquele os temas estavam todos em ordem alfabética. O presente índice acumulado está subdividido em duas partes.

Na primeira, as matérias editadas foram separadas por regiões, subregiões, organismos e países. Dentro desses tópicos, as matérias aparecem por ordem de publicação. Ao lado do título, em **bold**, vai o nome do autor, quando houver. O número antes da barra (/) é o da edição e o posterior, o da página.

A segunda parte é um índice analítico dos principais temas abordados por *cadernos*. Em cada assunto aparecem as matérias agrupadas por região e ordem de publicação. A ordem das regiões é a mesma da 1ª parte. Neste índice as edições e páginas estão citadas antes das matérias.

obs.: As matérias assinaladas com (*) são artigos breves.

Índices elaborados por Lídia Freitas

ÍNDICE POR REGIÕES E PAÍSES

Terceiro Mundo

- O que é o Terceiro Mundo Guia do TM 84-85 pág. 5
 A crise económica a ponto da falência 51 / 10
 * Latas vazias são um veneno 51 / 11
 Livros 51 / 89
 Livros 52 / 82
 * Terceiro Mundo tem 75 % dos deficientes físicos 53 / 8
 * Terceiro Mundo e CEE 53 / 11
 A guerra contra a selva *Anatès Aubry* 53 / 35
 Livros 53 / 95
 * Terceiro Mundo: cobaia das transnacionais 54 / 8
 Livros 54 / 80
 * A crise chega aos hospitais 55 / 8
 * Inter Press Service: mais informação sobre o Terceiro Mundo 55 / 85
 Livros 55 / 91
 Livros 56 / 75
 As fontes de energia do futuro *Paulo Cannabrava Filho/Otávio Tostes* 57 / 46
 O garrote da dívida externa 57 / 14
 Livros 57 / 92
 * Roubos de obras de arte do Terceiro Mundo 58 / 93
 Livros 58 / 94
 Nunca tantos deveram tanto *Carlos Castilho* 59 / 18
 Dívida externa: Algumas opiniões 59 / 49
 Livros 59 / 94
 * O uso e abuso de pesticidas proibidos 61 / 9
 Futuro sombrio para o Terceiro Mundo 61 / 86
 A armadilha do petróleo 61 / 87
 * Livros 61 / 94
 Fome: alguns dados básicos *Ladislau Dowbor* 63 / 87
 * Créditos ao Terceiro Mundo inferiores aos dos países industrializados *Deodoro Roca* 64 / 11
 * Alemanha Federal: apoio à IPS 65 / 88
 Livros 65 / 89
 * Dólares para as crianças pobres do mundo 67 / 14
 Livros 67 / 77
 Informática: a luta pela sobrevivência 68 / 35
 Açúcar: o preço amargo da crise 69 / 77
 IPS: 20 anos de IPS 67 / 76
 Convenção de Lomé: A IIIa. Lomé sai em Dezembro 69 / 10
 Entrevista com o economista Mário Murteira *Carlos Pinto Santos* 70 /

Organismos

- Não Alinhados**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 343
 VII Cimeira: Paz e justiça para o mundo 52 / 61
 VII Cimeira: trechos de discursos de Indira Gandhi, Samora Machel, José Eduardo dos Santos e Fidel Castro 52 / 62
 * Reunião sobre comunicação 58 / 93
 * Declaração sobre desarmamento dos não alinhados 63 / 22
- ONU**
 Guia do TM 84-85 pág. 357
 * Computadores da ONU 53 / 11
 Casa Branca versus Nações Unidas 63 / 15
- OPEP**
 Um acordo "in extremis" 52 / 12
 A tempestade passou *Pablo Piacentini* 57 / 77
 * Em estudo redução da produção 70 /

Tribunal dos Povos

De Nuremberg até hoje, a procura da justiça e da paz 53 / 49

UNCTAD

- * Norte - Sul 51 / 11
 UNCTAD VI: O longo impasse do diálogo norte / sul 57 / 15

UNESCO

- Analisada a alarmante situação do analfabetismo 61 / 92
 * UNESCO desafia os EUA 59 / 92
 * Um minuto pela paz 61 / 11

África

- Da descolonização à solidariedade *António Rosa Coutinho* 50 / 52
 Reflexões sobre cooperação técnica *Sérgio Ribeiro* 50 / 57
 Por um correcto relacionamento *Luis Mota* 50 / 62
 Formação profissional, questão central da cooperação *Octávio de Matos* 50 / 67
 Prosseguir o diálogo *Guilomar Belo Marques* 50 / 71
 Cooperação da Gulbenkian em áreas definidas *Natal Vaz* 50 / 73
 A experiência de uma realidade diferente *Francisco Teixeira da Mota* 50 / 75
 Bolsiros africanos em Portugal *Afonso Melo* 50 / 79
 * Nove programas nacionais 51 / 11
 Novo recuo económico 51 / 61
 Ciência e tecnologia africanas 54 / 8
 * Israel penetra na África 57 / 6
 * Produção agrícola: uma prioridade para África 57 / 10
 * Plano de salvação alimentar 56 / 9
 Alcool: O jogo de pressões na África *Carlos Castilho* 57 / 44
 * Os perigos dos cremes para embranquecer a pele 58 / 7
 O preço da dependência 59 / 40
 * Migração rural permanece no campo 63 / 10
 * Muitos países as portas da fome 63 / 13
 * Eixo progressista 65 / 11
 A África como prioridade *Baptista da Silva* 65 / 46
 * Causa alarme a taxa de crescimento *John Worrall* 65 / 110
 * Auxílio para o continente africano 66 / 13
 A África e a ajuda multilateral 66 / 85
 * Contra a seca e a desertificação 67 / 11
 "A conspiração anti-africana em Portugal": um livro útil e oportuno *Carlos Pinto Santos* 68 / 87
 Os homens africanos fogem da seca 69 / 11
 * A crise alimentar 69 / 9

África Austral

- SADCC - consolidação e fortalecimento *Etevaldo Hipólito* 55 / 30
 África Austral, um passo para a paz 65 / 15
 As razões do acordo *Carlos Castilho* 65 / 27
 Em busca da paz *Etevaldo Hipólito* 65 / 34

Organismos Regionais

- Grupo dos 5**
 * Cimeira de Bissau: A unidade actuante 61 / 6
 Resumo da Declaração Final 61 / 7

Linha da Frente

- * Solidariedade com a Linha da Frente em Lisboa 51 / 7
 O tempo urge na África do Sul *Vitor Alves* 52 / 18

A Linha da Frente e a "teoria dos dominós" *Ligia Chaves* 52 / 22
O Programa de ação 52 / 20
A solidariedade assenta no concreto 52 / 28
Depoimentos sobre a Conferência: Costa Gomes, Lurdes Pintasilgo e Joaquim Chissano 52 / 30

QUA

Cimeira da reconciliação ou do compromisso? *Baptista da Silva* 54 / 47
Para quando a paz? *Carolina Quina* 54 / 50
* O divisionismo de Mobutu 70 /

PANA

* PANA: um sonho tornado real 55 / 84
* Quénia: governo prometeu apoiar Agência Panafricana de Notícias 65 / 87
* Acordo entre PANA e IPS 66 / 80

SADCC

SADCC - consolidação e o fortalecimento *Etevaldo Hipólito* 55 / 30
O desafio do desenvolvimento *Antonio Silva* 66 / 18
* Nove membros, 48 milhões de km² 66 / 20
Prioridade contra a seca *Carolina Quina* 66 / 23
* Vinte e cinco governos presentes em Lusaka 66 / 25
Transportes e comunicação: um sector vulnerável *Baptista da Silva* 66 / 26
Energia: um consumo dependente do petróleo e da lenha *Baptista da Silva* 66 / 27
Indústria: investir no sector agrícola 66 / 28
Agricultura e alimentação: prioridade máxima 66 / 28
Fugir ao cerco sul-africano *Antonio Pacheco* 66 / 31
* EUA contra projectos regionais 66 / 34
Portugal face à SADCC: entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros *Baptista da Silva* 66 / 35
SADCC apóia feira internacional 68 / 80

UONRTA: TV solar na África 65 / 88

Países

África do Sul

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 22
* Campanha internacional pelos militantes do ANC 51 / 6
Entrevista com Franz Lee *Germán Wettstein* 51 / 38
* Jardins do "apartheid" 54 / 16
Dinheiro, armas e cúmplices 52 / 26
Entrevista com o líder do ANC, Oliver Tambo *Carlos Pinto Santos/Carolina Quina/Baptista da Silva* 52 / 34
* "Apartheid" e desemprego 53 / 11
* Justiça 54 / 6
* "Esperança de vida" 54 / 6
* Notícias 54 / 6
Tenente sul-africano contra o "apartheid" 54 / 42
* Denúncia na ONU 54 / 43
Entrevista com Indress Naidoo e Albie Sachs, do ANC *Sol Carvalho* 54 / 78
* Nelson Mandela premiado 55 / 7
A imprensa alternativa na África do Sul 56 / 79
Poderio militar... *Thalif Deen* 56 / 9
* Livro Branco: trágico balanço de uma agressão 58 / 8
Novas agressões de Pretória *Etevaldo Hipólito* 58 / 79
As relações não declaradas com o Brasil *David Sig* 59 / 73
A crise no "apartheid" *Carlos Castilho* 59 / 52
Angola agredida *Neiva Moreira/Beatriz Bissio* 61 / 18
A geopolítica sul-africana *Neiva Moreira* 61 / 27
* "Inteligência Defesa": o "cérebro" da agressão 61 / 31
Ciskei, o "corredor da vergonha" *Carlos Castilho* 62 / 80
A história do ANC 62 / 87
Carta da liberdade - visão de uma África do Sul livre 62 / 94
* Daimler Benz aumenta participação 63 / 8
* Discriminação racial e acidentes de trabalho 64 / 10
* Novo bastião 65 / 13
* Acordo tripartido sobre Cahora Bassa *Carlos Castilho* 65 / 36
O recuo do apartheid *Carlos Castilho* 65 / 41
* Novo acordo para Cahora Bassa 66 / 9
* Europa ocidental recebe Pieter Botha *Carlos Pinto Santos* 67 / 7
* Economia sul-africana em situação crítica 67 / 8
* Prosegue a expulsão de negros 67 / 8
* O "Livro Branco" da agressão 67 / 8
A SWAPO ganha força *Carlos Castilho* 67 / 9
* Nova estratégia do ANC 67 / 10
* Os furos no boicote ao apartheid 67 / 80
* Militante do ANC assassinado em Angola 68 / 11

* Denúncias de abusos psiquiátricos 68 / 11
Entrevista com Joe Jele, do Departamento Internacional do ANC *Francisco C. Gomes* 68 / 73
As transnacionais e o "apartheid" 69 / 79
A nova revolta de Sharpeville *Carlos Castilho* 70 /

Alto Volta

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 26
* Moralização e democratização 51 / 10
O regresso de Thomas Sankara *Alice Nicolau* 56 / 54

Angola

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 28
Entrevista com o presidente Agostinho Neto *Neiva Moreira* 50 / 12
Entrevista com o presidente José Eduardo dos Santos *Altaír L. Campos* 50 / 38
Entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Jorge *Bernard Curet/Carlos Pinto Santos* 52 / 37
O Canto Livre de Angola *Mário Augusto Jakobskind* 52 / 73
Entrevista com André Mingas e Elton Medeiros *Mário Augusto Jakobskind* 52 / 76
Entrevista com o ministro do plano Lopo do Nascimento *Beatriz Bissio/Carlos Castilho* 53 / 63
Revolução na cultura 55 / 15
O pescopo da gazela *Orlando Senna* 55 / 16
Entrevista com o escritor Pepetela *José Carlos Gondim* 55 / 25
Mayombe, um sopro novo na literatura angolana 55 / 28
* Acordo ANOP-Sociedade de Língua Portuguesa 55 / 84
* Ilídio Machado: a morte de um militante 57 / 6
* Livro Branco: trágico balanço de uma agressão 58 / 8
Angola agredida *Neiva Moreira/Beatriz Bissio* 61 / 18
Presidente José Eduardo dos Santos: "O imperialismo e os racistas não passarão" 61 / 20
A geopolítica sul-africana *Neiva Moreira* 61 / 27
* Lisboa no eixo Washington - Pretória *Bernardo Crespo* 61 / 28
* "Inteligência Defesa": o "cérebro" da agressão 61 / 31
O preço da liberdade *Beatriz Bissio* 61 / 35
Um novo papel para as línguas nacionais 61 / 36
Ontem como hoje, os mesmos, jovens feridos e mutilados 61 / 42
Entrevista com o secretário de Organização do MPLA, Lúcio Lara *Neiva Moreira/Beatriz Bissio* 61 / 44
Entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Jorge *Neiva Moreira/Beatriz Bissio* 61 / 51
Petróleo, ferro e diamantes 61 / 57
Agricultura - sector decisivo da actividade económica 61 / 60
Pesca - prioridade para o consumo 61 / 61
Saúde pública - utilizar os recursos locais 61 / 63
Educação - mudar o conteúdo para um ensino libertador 61 / 65
Entrevista com o comissário provincial adjunto de Luanda *Alberto Almeida Beatriz Bissio* 61 / 67
* Cadernos do Terceiro Mundo promove ato na ABI 62 / 16
* Plano Nacional prossegue com carácter de emergência 63 / 7
Em busca da paz para a África Austral *Etevaldo Hipólito* 64 / 7
* Aumenta produção petrolífera 65 / 12
Negociando com um pé atrás *João Melo* 65 / 20
* Uma proposta pouco séria sobre a Namíbia *João Melo* 65 / 22
* O jogo de pressões 65 / 25
Entrevista com a pesquisadora Dulce Tupy *José Carlos Gondim* 65 / 82
* Unita não entra na Espanha 66 / 8
Entrevista com o jogador de futebol Ângelo da Silva e o técnico Domingos Inguila *João Rodolfo de Bonis* 66 / 81
* O "Livro Branco" da agressão 67 / 8
* FNLA recruta mercenários em Portugal 68 / 11
* Tráfico de diamantes angolanos 68 / 11
* Contacto telefónico directo Portugal/Angola 68 / 89
* Aumenta produção petrolífera 70 /
* Primeiro embaixador da China em Luanda 70 /
* "Zona do Escudo" é pouco viável 70 /

Benin

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 52

Botswana

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 60
No centro da tempestade *Carlos Castilho* 69 / 57

Burundi

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 66

Cabo Verde

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 68
Amílcar Cabral: A teoria como arma *Sérgio Ribeiro* 51 / 83
2o. Congresso do PAICV - Reforçar a democracia, melhorar as condições de

- vida 55 / 42
 * Mais 2 milhões de árvores 55 / 42
 * Ampliação do porto 67 / 12
- Camarões**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 70
 Ahidjo versus Biya *Alice Nicolau* 57 / 60
- Chade**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 72
 Dezasete anos de guerra civil *Carlos Castilho* 54 / 37
 Os apoios de Habré *Carlos Pinto Santos* 55 / 39
 * Sudão entra na guerra 62 / 8
 * O fracasso na conferência de pacificação 63 / 7
 O acordo frustrado *Carlos Castilho* 64 / 74
- Comores**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 80
- Congo**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 82
 * Estudo sobre a agricultura 57 / 12
 Do petróleo ao computador 68 / 59
- Costa do Marfim**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 88
 Perigo nas florestas *Jimoh Omo-Fadaku* 64 / 82
- Djibuti**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 94
- Eritreia**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 105
 (ver também Etiópia)
- Etiópia**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 104
 * Cresce o número de Cooperativas 53 / 8
 * Estudo elogia campanha de alfabetização 67 / 75
- Gabão**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 110
- Gâmbia**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 112
 Entrevista com o líder opositor Samba Sanyang *Jose Cabral* 54 / 44
- Gana**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 114
 Entrevista com o presidente Jerry Rawlings *Alberto B. Mariani* 50 / 46
 Como assegurar a sobrevivência? 52 / 7
- Guiné**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 126
 * Sekou Touré (1922-1984) 65 / 10
 * Guiné cria agência de informação 67 / 76
- Guiné-Bissau**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 128
 Entrevista com o presidente Nino Vieira *Altair L. Campos* 50 / 42
 Amílcar Cabral: A teoria como arma *Sérgio Ribeiro* 51 / 83
 O fim do impasse? *Ricardo Caleiro* 66 / 37
 * Discutir Amílcar Cabral em Conferência Internacional 68 / 11
 Entrevista com o presidente Nino Vieira *Carlos Pinto Santos* 68 / 65
- Guiné Equatorial**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 130
- Lesoto**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 160
- Libéria**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 166
- Madagáscar**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 170
- Malawi**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 174
 Assassinato e eleições no país de Banda 56 / 59
- Mali**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 177
- Maurício**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 182
- Mauritânia**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 184
 * Mauritânia reconhece a RASD 65 / 12
- Mayotte**
 Guia do TM 84-85 pág. 334
- Mélica**
 Guia do TM 84-85 pág. 334
- Moçambique**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 188
 Entrevista com o presidente Samora Machel *Neiva Moreira/Beatriz Biazio* 50 / 115
 Descoberta rica jazida de sal *Etevaldo Hipólito* 51 / 62
 4o. Congresso da FRELIMO: exterminar a fome, construir o socialismo *Baptista da Silva/Carlos P. Santos* 53 / 69
 "Operação Cabana" limpa Gaza *Sol Carvalho* 53 / 72
 "Operação estilhaço" visou alvos civis *Etevaldo Hipólito* 54 / 36
 Avião espião abatido *Etevaldo Hipólito* 54 / 41
 * Denúncia na ONU 54 / 43
 * FACIM abre novos mercados *Etevaldo Hipólito* 55 / 35
 Portugal-Moçambique estreitam relações comerciais 56 / 67
 Ilha de Moçambique: Património cultural de todos *Guimaraes Belo Marques* 57 / 88
 Em seis dias Samora Machel conquistou os portugueses *Carlos Pinto Santos* 58 / 56
 Governo português recua na linha de crédito *Carlos Pinto Santos* 58 / 62
 * O pragmatismo de Margaret Thatcher 58 / 63
 Moçambique - Portugal: da confrontação ao entendimento *António Pacheco* 58 / 64
 Entrevista com o embaixador moçambicano em Lisboa, João Baptista Cosme *Baptista da Silva* 58 / 67
 Reaprender a história *Guimaraes Belo Marques* 58 / 71
 As danças de Moçambique 58 / 72
 Entrevista com o artista plástico Malangatana *Guimaraes Belo Marques* 58 / 74
 Um olhar sobre Malangatana *Rui Mário Gonçalves* 58 / 77
 Novas agressões de Pretória *Etevaldo Hipólito* 58 / 79
 Muralistas descem às minas de carvão *Etevaldo Hipólito* 59 / 87
 Os meninos da Malanga *Etevaldo Hipólito* 59 / 89
 * Acordo tripartido sobre Cahora Bassa *Carlos Castilho* 65 / 36
 O encontro de Nkomati *Carlos Pinto Santos* 65 / 39
 * Jornalista moçambicano assassinado 65 / 37
 * Novo acordo para Cahora Bassa 66 / 9
 * Itália constrói rede de telecomunicações 67 / 10
 A batalha contra a seca *Etevaldo Hipólito* 67 / 82
 Um hospital coberto de palha *Etevaldo Hipólito* 67 / 85
 Os estragos do Demoina *Etevaldo Hipólito* 67 / 87
 Inhambane, 10 mortes por dia *Etevaldo Hipólito* 67 / 89
 * Ajuda internacional *Etevaldo Hipólito* 67 / 92
 Organizar para sobreviver *Etevaldo Hipólito* 67 / 93
 * Al-Sirimom: um sonho que merece sobreviver *Etevaldo Hipólito* 67 / 94
 Em busca da paz para a África Austral *Etevaldo Hipólito* 64 / 7
 FACIM 84: A Feira de maior prestígio na África Austral *Baptista da Silva* 68 / 77
 * AIM inaugura serviço de telefones 68 / 89
 SADCC apóia feira internacional 68 / 80
 Entrevista com o cineasta José Cardoso 69 / 69
- Namíbia**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 192
 O impasse continua *Carlos Castilho* 51 / 35
 Os racistas procuram fomentar o tribalismo *Sam Nujoma* 52 / 32
 Adeus ao Grupo de Contacto 53 / 74
 O fracasso do Grupo de Contacto 62 / 9
 * O analfabetismo e a educação sul-africana 64 / 87
 * Uma proposta pouco séria sobre a Namíbia *João Melo* 65 / 22
 * Herói da SWAPO pede unidade 65 / 24
 * Peritos analisam espoliação de suas riquezas 66 / 10
 A SWAPO ganha força *Carlos Castilho* 67 / 9
- Níger**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 200
- Nigéria**
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 202
 Ou golpe militar ou guerra de secessão *Alice Nicolau* 51 / 45
 Os limites do desenvolvimento regional *Ladislau Dowbor* 51 / 48
 A crise do poder *Carlos Castilho* 63 / 65

Quênia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 224
* Irrigação ou morte 51 / 9
* Governo compra editora 55 / 85
* Tanzânia reata relações 56 / 8
Eleições para adiar a crise *Carlos Castilho* 57 / 63
* Quênia: governo promete apoiar Agência Panafricana de Notícias 65 / 87

República Centro Africana
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 226

Reunião
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 229

Ruanda
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 230

Santa Helena
Guia do TM 84-85 pág. 341

São Tomé e Príncipe
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 238
Entrevista com o presidente Pinto da Costa *Carlos Pinto Santos* 50 / 48
Ganhar a batalha do futuro *Carlos Benigno da Cruz* 68 / 69
* Desenvolvimento dependente do cacau *Baptista da Silva* 68 / 70

Senegal
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 246

Serra Leoa
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 248

Seychelles
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 250
Entrevista com o presidente Albert René 50 / 31

Somália
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 256
Trechos da entrevista com o presidente Siad Barre 50 / 20

Suazilândia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 260

Sudão
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 262
O regime de Numeiri: queda próxima ou inesperada capacidade de sobrevivência *Alice Nicolau* 53 / 81
* Sudão entra na guerra 62 / 8
* A Chevron Oil Company suspende suas atividades 64 / 10
À beira da secessão *Carlos Castilho* 65 / 49

Tanzânia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 268
Entrevista com o presidente Julius Nyerere 50 / 17
* Inovações no ensino primário 54 / 8
* Tanzânia impulsiona projetos de desenvolvimento 55 / 6
* Tanzânia reata relações com o Quênia 56 / 8
Em tempo de mudanças *Carlos Castilho* 69 / 53

Togo
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 272
* Sob o signo do rigor e da austeridade 52 / 7

Uganda
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 280

Zaire
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 292
* Membros da comitiva de Mobutu presos por droga em Lisboa 68 / 10

Zâmbia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 294

Zimbábue
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 296
* Lei sobre refugiados 56 / 6
* Cabaré à noite, escola durante o dia 57 / 8
O próximo alvo do "apartheid" *Carlos Castilho* 67 / 51
* Ensino obrigatório 67 / 75
Mugabe: "A África do Sul pretende desestabilizar o país" 68 / 10
* ZANU reforça poderes de Mugabe 69 / 7
A opção socialista *Carlos Castilho* 70 /

América Latina

Entrevista com o artista Lorgio Vaca *Walter Esteves* 56 / 68
* Jornalismo: profissão perigosa na América Latina 55 / 84
Entrevista com o escritor Eduardo Galeano *Beatriz Bissio* 57 / 80
Quem deve o quê 59 / 38
Como sair da crise 59 / 46
* Aprovado projeto andino de televisão 58 / 93
* Cultura Transnacional 59 / 92
* Humboldt e Bolívar - O teatro a serviço da causa popular *Malusa Stein* 61 / 90
* Luto na cultura latino-americana 61 / 93
* Petrolíferas estatais entre as empresas com maiores vendas 65 / 12
Democracia e integração económica 66 / 14
* Mulher na literatura 66 / 79
* Concurso latino-americano de Jornalistas 66 / 80
* Ricos não abrem mão, América Latina tenta união *Malusa Stein* 67 / 11
* Criança por cocaína 67 / 49
Cartagena: nada de novo *Malusa Stein* 68 / 91
Os "profetas" do anticomunismo na América Central *Debora Huntington* 69 / 87
As pressões contra os latinos nos EUA *Mark Fried* 70 /

América Central

* México: queda do preço do petróleo poderia suspender o Acordo de São José 53 / 9
A cor das lentes com que o Vaticano olha a América Latina *Micaela Ramada* 52 / 65
* Inquerito sobre América Central 54 / 7
* México: duras críticas à política de Israel na América Central *Ignacio Vadillo* 56 / 6
Mesa redonda com líderes da América Central *Neiva Moreira/Paulo Cannabrava Filho* 58 / 18
As origens do Grupo de Contadora *Malusa Stein* 58 / 25
Entrevista com Enrique Tejera Paris relações internacionais da Ação Democrática 58 / 30
* Contadora: balanço positivo de um ano de actividade 63 / 9

Caraíbas

* Intelectuais pedem uma "zona de paz" 59 / 9

Cone Sul

A democracia no Cone Sul 62 / 15

Organismos Regionais

ALASEI

A SIP boicota a ALASEI 61 / 88

CELA

* A declaração de Quito 63 / 76
Divida externa, o último esforço 63 / 75

Contadora

As origens do Grupo de Contadora *Malusa Stein* 58 / 25
* Contadora: balanço positivo de um ano de actividade 63 / 9
A guerra do Dr. K e a paz de Contadora *Carlos Castilho/Horacio Verbitsky* 64 / 67
* O documento de objectivos do Grupo de Contadora 64 / 70

SIP

A SIP boicota a ALASEI 61 / 88

Países

Anguilla

Guia do TM 84-85 pág. 337

Antigua e Barbuda

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 32

Antilhas "Holandesas"

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 34

Argentina

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 60
* Malvinas nuclearizadas? 51 / 11
As Malvinas um ano depois 53 / 17
García Marquéz conta histórias terríveis da guerra das Malvinas 53 / 30
Malvinas: o que pode o Reino Unido fazer com as ilhas *Horacio Verbitsky* 53 / 18

Uma derrota mais grave que a de Puerto Argentino *Horácio Verbitsky* 53 / 24

A crise de uma ideologia 53 / 29

* As "Mães de Maio" interrogam 54 / 9

Entrevista com líder do Partido Intransigente, Miguel Monserrat *Micaela Ramada* 55 / 45

Rumo à democracia... por um campo minado *Horácio Verbitsky* 56 / 17

Os militares e o processo democrático *Horácio Verbitsky* 57 / 54

A herança dos militares *Horácio Verbitsky* 59 / 31

O regresso à democracia *Horácio Verbitsky* 59 / 57

* Malvinas: base militar na esfera da NATO 62 / 10

A proposta política do governo *Horácio Verbitsky* 62 / 16

* Carta democrática de Buenos Aires 62 / 18

Alfonso e o Peronismo *Horácio Verbitsky* 62 / 22

Militares: o maior saneamento da história *Horácio Verbitsky* 62 / 25

A longa noite do terror - carta aberta de R. Walsh à junta militar *Horácio Verbitsky* 62 / 28

Entrevista como deputado Augusto Conte *Horácio Verbitsky* 62 / 34

Os nós a serem desfeitos *Horácio Verbitsky* 62 / 38

Buenos Aires, para não esquecer *Neiva Moreira* 62 / 40

A defesa dos direitos humanos *Raul Alfonsín* 63 / 62

Jorge Amado fala de Julio Cortázar 64 / 87

* Comissão oficial para o retorno dos exilados 66 / 11

O quebra-cabeça de Alfonso *Horácio Verbitsky* 66 / 49

* Os compromissos assumidos pela Argentina *Yazmin Ruiz* 66 / 52

* Seis mil crianças afectadas pelo desaparecimento de seus pais 67 / 12

* Autocrítica do ERP 68 / 12

* Um acordo afinal em Beagle? 69 / 12

Acordo sobre Beagle *Horácio Verbitsky* 70 /

Bahamas
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 42

Barbados
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 48

Belize
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 50

Os políticos preparam-se para as eleições 53 / 6

As pressões sobre Price *Ash Narain Roy* 66 / 55

Bermudas
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 54

Bolívia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 58

Sem gás nem pátria *Marcelo Quiroga Santa Cruz* 50 / 7

* Combate ao tráfico de narcóticos 52 / 9

* Repatriação dos restos do general Torres 54 / 7

* Jornalista ganha prêmio da UNESCO 59 / 92

* Obrigatório o ensino de línguas nativas 59 / 93

* Nova polémica sobre Banzer 65 / 11

* A triste experiência dos traficantes no poder 67 / 26

Brasil
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 62

Cordel - Manifestação popular autêntica *Joseph M. Luyten* 50 / 87

Forças populares: o desafio da organização *Neiva Moreira* 51 / 64

Dívida externa: cinco mitos e uma verdade *Theotônio dos Santos* 51 / 67

Entrevista com deputado do PMDB, José Gregori *Laura Avellaneda* 51 / 70

O pensamento de Brizola 51 / 77

Entrevista com Lula, presidente do PT *Paulo Cannabrava Filho* 51 / 74

Entrevista com André Mingas e Elton Medeiros *Mário Augusto Jakobskind* 52 / 76

* ... e o canto escravo no Brasil *Antonio Espírito Santo* 52 / 78

Revolução na cultura 55 / 15

* "Boi de prata": cinema terceiro-mundista 56 / 73

* Associações de militares 56 / 9

* Capital estrangeiro controla 40% da produção de minérios 56 / 7

Proálcool: Viável, mas quem garante? *Otávio Tostes* 57 / 22

Alcool: Riscos ocultos e alternativas ignoradas *Otávio Tostes* 57 / 30

Alcool: as micros e minis destilarias reduzidas à insignificância *Otávio Tostes* 57 / 37

O ressurgimento da agroindústria canavieira *Otávio Tostes* 57 / 38

A tecnologia do álcool *Paulo Cannabrava Filho/Otávio Tostes* 57 / 39

Quem ganha com o Proálcool? 57 / 40

Projecto Feitoria - Duzentos anos de presença negra *Henrique Menezes* 57 / 94

As relações não declaradas com a África do Sul *David Sig* 59 / 73

Peja 3a. vez no Fundo *Marcos Arruda* 59 / 20

Quem ganha e quem perde *Theotônio dos Santos* 59 / 23

Entrevista com o economista Celso Furtado *Moacir Werneck de Castro* 59 / 28

* O teatro ajuda a plantar 59 / 92

* O povo exige eleições directas 63 / 11

* Crise intensifica concentração dos meios de comunicação 63 / 78

Nicarágua - Poemas da América Central 63 / 83

Teme-se desastre em Carajás *Peter Thompson* 64 / 9

* Criado o Centro Amílcar Cabral 64 / 11

* Líder oposicionista condena planos do FMI 65 / 13

Carnaval no Rio - Quem não gosta de samba...? *Roberto Nascimento* 65 / 78

Marianne Peretti: um mural em ritmo de samba 65 / 80

O avanço da sociedade e a crise do estado *Herbert de Souza* 66 / 65

Entrevista com o economista e presidente do IERJ Antonio Barros de Castro *Carlos Pinto Santos* 66 / 68

Informática: a reserva de mercado *Claudio Z. Mammana/Edson Fregni* 68 / 43

Informática: arrumando a casa *Otávio Tostes* 68 / 44

Caimão
Guia do TM 84-85 pág. 338

Chile
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 74

Porque morreu o general Pratts? *Pablo Piacentini* 50 / 9

Entrevista com o presidente Salvador Allende *Roberto Rosellini* 50 / 27

* Aumentam as críticas ao governo 53 / 8

* Reabertura da revista Apsi 55 / 85

Na hora da mudança 56 / 23

A crise do autoritarismo *Alvaro Quiroga* 56 / 25

* Documento sobre a divisão nas Forças Armadas 56 / 29

* As atribuições literárias de Pinochet 59 / 8

* Mulher como presidente dos jornalistas 58 / 93

* Cantor peruano assassinado pela polícia chilena 66 / 79

* Um acordo afinal em Beagle? 69 / 12

Acordo sobre Beagle *Horácio Verbitsky* 70 /

* Os médicos torturadores 70 /

Colômbia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 78

* As crianças constituem 30% da força de trabalho 53 / 6

Entrevista com Andrés Almarales e Augusto Lara do M-19 *Roberto Bardini* 53 / 55

* Confirmada a morte do comandante do M-19 56 / 10

* Militares envolvidos em desfalque bancário 59 / 6

* Mais um grupo guerrilheiro assina a paz com o governo 70 /

Costa Rica
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 90

Uma democracia questionada *Rodrigo Jauberth* 69 / 47

Cuba
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 92

A institucionalização da revolução *Daniel Waksman Schineu* 50 / 22

* Boa fase para o cinema 56 / 73

Avanços na saúde pública 56 / 8

Entrevista com o músico Pablo Milanés *Laura Avellaneda* 63 / 79

Um quarto de século de desencanto *Ash Narain Roy* 65 / 58

* Correspondente da Prensa Latina proibido de trabalhar nos EUA 65 / 60

* A imprensa e a crítica 65 / 88

* Elevada produção editorial em 1983 66 / 79

Informática: desafiando o bloqueio 68 / 56

* Prensa Latina comemora 25 anos 68 / 89

* Aniversário da revista "Areito" 68 / 94

Entrevista com Ubaldo Ceballos, desenhista de banda desenhada *Ftevaldo Hipólito* 69 / 63

* População constrói abrigos antiaéreos 70 /

Dominica
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 95

El Salvador
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 98

Radiografia de um regime agonizante *José Ventura* 53 / 39

Os rebeldes apertam o cerco *Horacio Castellanos Moya* 53 / 44

Guillermo Ungo: o povo está a ganhar a guerra 54 / 53

A última entrevista com comandante Cayetano Carpio, da FMLN *Ralf Leonhard* 54 / 55

* O "Comandante Marcial" 54 / 58

Governo popular de Chalatenango *Sara Alatorre* 58 / 29

As armas apontam para El Salvador *Roberto Bardini* 58 / 33

Entrevista com o cineasta Allan Francovich *Roberto Bardini* 58 / 34

* Eleito substituto de Cayetano Carpio 58 / 8

* Fracasso da reforma agrária 62 / 10
Jornalistas em perigo, mesmo em época de eleições *Luis Albarrán* 65 / 87
O futuro da guerra *Guillermo Ungo* 65 / 90
A unificação do comando guerrilheiro *Alberto Grignolo* 69 / 44
Entrevista com o dirigente da FMLN-FDR, *Rubén Zamora* 70 /

Equador

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 102
* Campanha eleitoral domina cenário político 56 / 10
* Com eleições à porta *Ramón Gorriarán* 57 / 7
* Resultado imprevisível nas eleições presidenciais 62 / 10
* Centro-esquerda vence em três cidades 63 / 10
* Aumento da exportação de petróleo 64 / 11
Erros da esquerda levam à direita ao poder *Maluza Stein* 67 / 61

Granada

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 116
As chamas da guerra *Neiva Moreira* 58 / 10
* A resistência continua 59 / 6
As lições de Granada 59 / 12
* Partidários de Bishop reorganizam-se 63 / 8
* Homenagem a Maurice Bishop 67 / 75
* O caos após a invasão *Octávio Tostes* 69 / 13

Guadalupe e Martinica

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 118

Guatemala

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 120
A técnica da "terra arrasada" *Roberto Bardini* 52 / 69
Entrevista com Rolando Morán, Comandante em chefe do EGP *Maria Harnecker* 52 / 48
Condenado o governo de Ríos Montt *Mónica Mendoza* 53 / 47
Entrevista com a dirigente da FP-31, Rigoberta Menchú 53 / 51
Entrevista com dirigente das FAR, *Ramón Ortiz Martín Morazán* 54 / 61
A Miami dos pobres *Juan Quispe* 54 / 63
O verbo fez-se presidente 55 / 55
Um novo general para um velho papel *Roberto Bardini* 58 / 47
Entrevista com Pablo Monsanto, comandante das FAR *Pedro Sosa* 68 / 81
O massacre de El Chupadero *Octávio Tostes* 67 / 13
Uma manobra política *Otoniel Martínez* 69 / 50

Guiana

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 122
* Oposição crítica política econômica *Nils Campbell* 52 / 9

Guiana "Francesa"

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 124

Haiti

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 132
* Assassinado o pai do líder democrata-cristão 57 / 10
* Denunciam desaparecimento do poeta e cineasta *Rossoul Labuc* 58 / 93

Honduras

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 134
As armas apontam para El Salvador *Roberto Bardini* 58 / 33
Entrevista com o cineasta Allan Francovich *Roberto Bardini* 58 / 34
* Militares dos USA são veteranos do Vietname 59 / 7
* Misquitos: Prêmio Nobel denuncia massacre 64 / 27
O fracasso do "Plano C" *Arqueles Morales* 64 / 40
* A ofensiva armamentista 69 / 14

Jamaica

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 146
Um paraíso com graves problemas *Ralph Davis* 53 / 59
* Seaga enfrenta descontentamento popular 55 / 10

Malvinas, ilhas

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 338
Ver também Argentina

Martinica

Guia do TM 84-85 pág. 119
Ver também Guadalupe

México

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 186
* Expulsão do Instituto Linguístico de Verão 55 / 7
* Ensino bilingue para indígenas 56 / 73
A Miami dos pobres *Juan Quispe* 54 / 63
Na encruzilhada *Miguel Conde* 54 / 67
Uma parede para separar os vizinhos *Alicia Sepúlveda* 54 / 70

O modelo do FMI 59 / 35

* Extrema - direita se vincula à Democracia Cristã 59 / 9
* Homenagem a Siqueiros 63 / 83
* EUA - México debatem caso de 8.000 crianças contaminadas *Mário de Cautín* 65 / 13
* México inaugurará satélite em 1985 66 / 80

Montserrat

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 190

Nicarágua

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 198
Defender a Nicarágua da agressão 53 / 12
* Persona non grata 55 / 60
Como foi desbaratado o plano da CIA *Roberto Bardini* 55 / 58
Entre o bloqueio e a invasão *Neiva Moreira* 57 / 49
A gula do "Tio Sam" *Roberto Bardini* 58 / 38
Aprovada a lei dos partidos políticos 58 / 41
* Aprovada lei do serviço militar 61 / 8
* Conferência europeia condena Estados Unidos 61 / 8
* Guerras mutilaram 1/4 da população 61 / 10
* O novo cinema Nicaraguense 61 / 93
Entrevista com comandante Daniel Ortega *Horácio Verbitsky/Beatriz Bissio* 62 / 65

* Avanços na educação 63 / 83
As eleições e o papel da burguesia *Carlos Castilho/Horácio Verbitsky* 64 / 20

* Panorama político 64 / 22
* Composição do Conselho de Estado 64 / 24
* A polarização da Igreja 64 / 26
* Misquitos: Prêmio Nobel denuncia massacre 64 / 27

Entrevista com o coordenador da Junta de Governo, Daniel Ortega *Horácio Verbitsky/Carlos Castilho* 64 / 28
Uma guerra em três frentes *Carlos Castilho/Horácio Verbitsky* 64 / 33

O fracasso do "Plano C" *Arqueles Morales* 64 / 40
Entrevista com o comandante Bayardo Arce *Carlos Castilho/Horácio Verbitsky* 64 / 43

O pluralismo econômico *Carlos Castilho/Horácio Verbitsky* 64 / 48
Entrevista com o ministro do planejamento Henry Ruiz *Carlos Castilho/Horácio Verbitsky* 64 / 54

Gregório Selser redescobre um libertador *Neiva Moreira* 64 / 61
A liberdade de imprensa com nome e apelido *Carlos Castilho/Horácio Verbitsky* 64 / 63

Entrevista com o diretor de "La Prensa", Pedro Joaquín Chamorro Barrio *Carlos Castilho/Horácio Verbitsky* 64 / 64

A guerra do Dr. K e a paz de Contadora *Carlos Castilho/Horácio Verbitsky* 64 / 67
Entrevista com o director geral de política externa Alejandro Bend *Carlos Castilho/Horácio Verbitsky* 64 / 72

Conferência Internacional sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central: "Venceremos, amor, não passará!" *Ana Maria Urbina* 67 / 65
* Omar Cabezas Lacayo editado por "cadernos" em Lisboa 67 / 75

* Misquitos tem novo organismo 68 / 13
* Ex-membro da CIA nega existência de provas contra a Nicarágua 68 / 14
Entrevista com o padre Xabier Gorostiaga 69 / 84

* EUA quantificam invasão 70 /

Panamá

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 210
Entrevista com Omar Torrijos *Neiva Moreira* 50 / 40
* Escola das Américas 55 / 10
Conservadores perdem força *Paulo Cannabrava Filho* 61 / 73

* Um mártir da soberania nacional 63 / 10
* Pós-graduação em comunicação alternativa 63 / 78
Entrevista com o presidente eleito, Nicolás Ardito Barletta *Paulo Cannabrava Filho* 67 / 56

A polarização gera incertezas 67 / 59

Paraguai

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 216
Cresce o descontentamento *Héctor Escobar* 54 / 84
Entrevista com os candidatos do PL e PLR, Enzo Doldán e Fulvio Celauro *Héctor Escobar* 54 / 87
Entrevista com ministro do interior, Augusto Montanaro *Héctor Escobar* 54 / 89
A luta pela terra *Paulo Cannabrava Filho* 54 / 91
* O Acordo Paraguai no Exílio 54 / 94
As vítimas da repressão 54 / 92

Peru

Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 218
Trechos de entrevista com o presidente Morales Bermudes *Pablo Piacentini* 50 / 20

- * Líder guerrilheiro designado "homem do ano" 51 / 9
- O desafio do Sendero Luminoso *Beatriz Bissio* 54 / 18
- Entrevista com ex-ministro da guerra, Luis Cisneros Visquera *Beatriz Bissio* 54 / 30
- Entrevista com presidente da IU, Alfonso Barrantes *Beatriz Bissio* 54 / 31
- A sexta dívida externa da América Latina *Beatriz Bissio* 54 / 34
- * Frente política incluindo a Igreja 55 / 10
- * Esquerda ganha força eleitoral 59 / 8
- Entrevista com o director do Instituto Peruano de Estudos Geopolíticos e Estratégicos, Mercado Jarrín *Paulo Cannabrava Filho* 64 / 89
- A esquerda já aspira ao poder - entrevista com líder da APRA, Alfonso Barrantes Lingán *Horácio Verbitsky* 66 / 58
- * Cantor peruano assassinado pela polícia chilena 66 / 79
- Partidos tentam evitar o golpe *César Arias Quincot* 70 /

Porto Rico

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 220
- Entrevista com presidente do PIP, Rubén Berrios *Claudia Neiva* 56 / 39

Rep. Dominicana

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 228
- Entrevista com o ex-presidente Juan Bosch *Mark Fried* 57 / 51

Santa Lúcia

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 236

São Cristóvão - Nevis

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 237

São Vicente

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 240

Suriname

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 264

Trindade e Tobago

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 275
- Oposição vence eleições *Alexander Peters* 57 / 9

Turcas e Caicos

- Guia do TM 84-85 pág. 340

Uruguai

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 282
- A reconquista das ruas *Julio Santos Cruz* 51 / 54
- O que aconteceu com a "Suíça da América"? 51 / 56
- * "Não vamos mais fechar as janelas" 51 / 57
- Entrevista com o escritor Mario Benedetti *Hortensia Campanella* 53 / 89
- Contigo América - um teatro vinculado às lutas de libertação 53 / 93
- A teimosia dos militares *Alberto Alonso* 56 / 31
- * A ofensiva da igreja e a intransigência dos militares 56 / 36
- O documento das forças armadas 56 / 37
- O poder das panelas *Micaela Ramada* 61 / 77
- * Peça de Benedetti em filme 61 / 92
- Entrevista com Ferreira Aldunate do Partido Nacional *Beatriz Bissio* 62 / 43
- Entrevista com Jorge Batlle Ibañez do Partido Colorado *Beatriz Bissio* 62 / 48
- Entrevista com Víctor Semproni, secretário executivo do Plenário Inter-sindical *Beatriz Bissio* 62 / 54
- * Acto por Seregni em Buenos Aires 62 / 57
- Entrevista com o secretário-geral do PC, Rodnei Arismendi *Beatriz Bissio* 62 / 55
- Entrevista com José Pedro Cardoso, presidente do PS *Beatriz Bissio* 62 / 58
- Entrevista com Daniel Sosa Dias, vice-presidente da D.C. *Beatriz Bissio* 62 / 62
- Entrevista com ex-ministra da cultura Alba Roballo *Beatriz Bissio* 62 / 63
- Sete meses decisivos *Micaela Ramada* 65 / 53
- * Um ano de fundação da agência Pressur 65 / 88
- Entrevista com o general Liber Seregni *Julio Rosiello* 66 / 41
- Entrevista com o poeta Daniel Viglietti *Ana González* 66 / 77
- A democracia está próxima 68 / 14
- * O princípio do fim 68 / 14

Venezuela

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 286
- Ação Democrática prepara-se para retornar ao poder *Paulo Cannabrava Filho* 55 / 49
- Entrevista com líder da MAS, Pompeyo Márquez *Beatriz Bissio* 55 / 49
- A crise no sector petrolífero *Susana Pezzano* 55 / 53
- Entrevista com Enrique Tejera Paris, relações internacionais da Acção Democrática 58 / 30
- O pacto social de Lusinchi *Héctor Escobar* 62 / 69

- Virgens "Americanas", ilhas
- Guia do TM 84-85 pág. 340

- Virgens "Britânicas", ilhas
- Guia do TM 84-85 pág. 340

América do Norte

Canadá

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 306

Estados Unidos

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 311
- * As mentiras da guerra química 52 / 10
- * "As mulheres que trabalham arruinam a família" 53 / 7
- "Os negócios da CIA" *Roberto Bardini* 51 / 81
- * A CIA acusa seus acusadores 52 / 11
- * Inquérito sobre América Central 54 / 7
- Reagan e os indios: as boas intenções do "cow-boy" 56 / 91
- O espectro do Vietnã 56 / 12
- * UNESCO desafia os EUA 59 / 92
- As lições de Granada 59 / 12
- EUA e Síria: diálogo ou confrontação? *Mohamed Salem* 62 / 76
- * A política dos direitos humanos 63 / 12
- Casa Branca versus Nações Unidas 63 / 15
- Libano e Nicarágua, dois obstáculos à reeleição de Reagan 64 / 14
- A guerra do Dr. K e a paz de Contadora *C. Castilho/H. Verbitsky* 64 / 67
- Um quarto de século de desencontro *Ash Narain Roy* 65 / 58
- * Correspondente da Prensa Latina proibido de trabalhar nos EUA 65 / 60
- * EUA contra projectos regionais 66 / 34
- Conferência de Londres: Uma vitória do candidato Reagan 68 / 18
- As pressões contra os latinos nos EUA *Mark Fried* 70 /

Gronelândia

- Guia do TM 84-85 pág. 337

S. Pedro e Miquelon

- Guia do TM 84-85 pág. 342

Oceano Índico

Christmas, ilha

- Guia do TM 84-85 pág. 331

Cocos, ilhas

- Guia do TM 84-85 pág. 333

Ásia e Oceano Pacífico

- * Uma couve para os trópicos 51 / 11
- * Dívida externa: A situação sob controlo 59 / 48

Sudeste Asiático

- Entrevista com o cientista social e jornalista, Malcolm Caldwell *Roberto Remo* 50 / 25

Países

Afganistão

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 20

Austrália

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 303

Bangladesh

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 46
- * Partidos exigem eleições *Tabibul Islam* 55 / 9
- * Partidos desafiam militares 61 / 10

Brunei

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 64
- * A independência de mãos vazias 62 / 7

Butão

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 67

China

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 308
- O mercado livre na economia chinesa *Carlos Castilho* 52 / 89
- Entrevista com o director do Departamento de Assuntos da América, Zhu Qizheng *Carlos Castilho* 52 / 94

- * Crescimento econômico em 1982 55 / 11
- * Petróleo chinês 63 / 8
- * Crescem investimentos ocidentais 65 / 8
- A guerra do ópio 67 / 32
- * Primeiro embaixador da China em Luanda 70 /

Cook, arquipélago
Guia do TM 84-85 pág. 337

Coreia do Norte
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 84

Coreia do Sul
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 86
A crescente militarização do Sul *Adérito Lopes* 64 / 76

Fidelcomisso das Ilhas do Pacífico
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 136

Fidji
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 107

Filipinas
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 108
* As consequências da morte de Aquino 57 / 11
Por dentro da guerrilha *Toshio Murayama* 59 / 61
* A rebelião da imprensa 61 / 89
* Tribos guerreiras decretam a paz 68 / 15

Guam
Guia do TM 84-85 pág. 338

Hong Kong
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 309

Howland, ilha
Guia do TM 84-85 pág. 333

Índia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 138
A tragédia de Assam *Narinder Koshla* 51 / 31
* Nepal: cinco milhões de imigrantes indianos *Kunda Dixit* 55 / 8
* Crueldade contra mulheres 56 / 7
Tensão na fronteira com o Paquistão 59 / 11
Entrevista com o presidente do partido Janata, Chandra Shekhar *Adrian Soto* 61 / 81
* Novo equipamento militar soviético *Venugopala Rao* 65 / 10

Indonésia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 140
* Reflexão dos religiosos sobre a questão do Timor 51 / 20
Entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Timor Leste, Mari Alkatiri *Cláudia Neiva* 54 / 73
* Restaurado templo budista de Borobudur 56 / 73
Ontem, bonança. Hoje, crise *Narinder Koshla* 57 / 73
Indonésia: entrevista com o membro do comitê central da FRETILIN José Ramos Horta *Alberto C. Alves* 55 / 73
A guerra divide os militares indonésios *Etevaldo Hipólito* 59 / 69
A guerra quase esquecida: Irian Ocidental *Albert Evert Ermste* 65 / 75
Timor Leste: o fracasso das "ofensivas finais" indonésias *Alberto Costa Alves* 67 / 67
* Bispos indonésios e portugueses rompem silêncio 67 / 70

Japão
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 319

Johnston, ilha
Guia do TM 84-85 pág. 333

Kampuchea
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 152

Kiribati
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 154

Laos
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 158

Macau
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 309

Malásia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 172

Maldivas
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 176

Mar do Coral, ilhas
Guia do TM 84-85 pág. 333

Marianas do Norte, ilhas
Guia do TM 84-85 pág. 333

Micronésia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 136

Midway, ilhas
Guia do TM 84-85 pág. 333

Mongólia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 321

Nauru
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 195

Nepal
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 196
* Cinco milhões de imigrantes indianos *Kunda Dixit* 55 / 8
Mudança na guarda real *Narinder Koshla* 56 / 61

Niue
Guia do TM 84-85 pág. 341

Norfolk, ilha
Guia do TM 84-85 pág. 341

Nova Caledônia
Guia do TM 84-85 pág. 341

Nova Zelândia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 136

Paquistão
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 214
* Presos líderes opositoristas 57 / 12
Momentos decisivos *M. Venugopala Rao* 59 / 66

Pitcairn
Guia do TM 84-85 pág. 335

Polinésia "Francesa"
Guia do TM 84-85 pág. 341

Salomão
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 232

Samoa (Occidental)
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 234

Samoa (Oriental)
Guia do TM 84-85 pág. 235

Singapura
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 251

Sri Lanka
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 258
Uma ilha em chamas *Narinder Koshla* 57 / 75
* ONU apoia conferência étnica 65 / 9
* Proibido o emprego de pseudónimos 68 / 89

Tailândia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 266
Uma democracia blindada *Narinder Koshla* 54 / 76

Taiwan
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 308

Timor Leste
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 270
O maubere está cada vez mais forte *A. Costa Alves* 51 / 16
* Reflexão dos religiosos sobre a questão do Timor 51 / 20
A resistência maubere e seu impacto no sudeste asiático *Abílio Araújo* 51 / 21
Uma inesperada denúncia *Etevaldo Hipólito* 51 / 29
Entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros Mari Alkatiri *Cláudia Neiva* 54 / 73

Pausa no combate? 55 / 68
Entrevista com o ex-administrador apostólico Martinho Lopes *Baptista da Silva / Carlos Pinto Santos* 55 / 75
Entrevista com o membro do comité central da FRETILIN José Ramos Horta *Alberto C. Alves* 55 / 73
A guerra divide os militares indonésios *Etevaldo Hipólito* 59 / 69
* A luta e os massacres continuam 66 / 12
O fracasso das "ofensivas finais" indonésias *Alberto Costa Alves* 67 / 67
* Governo português ignora o plano de paz da FRETILIN 67 / 68
Bispos indonésios e portugueses rompem silêncio 67 / 70
* Al-Sirimou: um sonho que merece viver *Etevaldo Hipólito* 67 / 94

Tokelau, ilhas
Guia do TM 84-85 pág. 342

Tonga
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 274

Turquia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 328
* Militares dissolvem partido *Hilzi Topuz* 55 / 11
"Arménia...um sonho proibido" *Alberto B. Mariani* 56 / 83
Arménios: uma organização para uma pátria perdida *Agustín Castaño* 56 / 81
Entrevista com o pastor arménio James Karnusian *Alberto B. Mariani* 56 / 87
Declaração do II Congresso Mundial Arménio 56 / 90
Fatsa, a cidade - mártir *Guimarães Belo Marques* 63 / 71
Entrevista com o observador internacional ao julgamento de Fatsa, António Taborda 63 / 73
* Intelectuais defendem liberdade 67 / 11

Tuvalu
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 279

Vanuatu
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 285

Vietname
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 288
As feridas ainda estão abertas 51 / 33

Wake, ilha
Guia do TM 84-85 pág. 341

Wallis e Futuna
Guia do TM 84-85 pág. 342

Europa

* CEE: A IIIa. Lomé sai em dezembro 69 / 10
As transnacionais preferem guardar segredo *Agustín Castaño* 55 / 80
Os novos mísseis na frente europeia *Dieter Dellinger* 63 / 23
Sete grandes
Conferência de Londres: Uma vitória do candidato Reagan 68 / 18

Países

Albânia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 301

Alemanha Democrática
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 301

Alemanha Federal
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 302

Andorra
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 303

Áustria
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 304

Bélgica
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 305

Bulgária
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 306

Chipre
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 76
Prolonga-se o escândalo *Ligia Chaves* 58 / 89

Dinamarca
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 309

Espanha
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 310
* Unita não entra na Espanha 66 / 8

Finlândia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 312

França
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 313

Gibraltar
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 337

Grécia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 314

Holanda
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 314
* Holanda oferece os seus mísseis aos vizinhos 66 / 11

Hungria
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 315

Irlanda
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 316

Islândia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 316

Itália
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 318
* Venezianos autonomistas 61 / 9
* Drogas: a reacção dos jovens e das mães 67 / 47

Jugoslávia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 150

Liechtenstein
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 320

Luxemburgo
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 320

Malta
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 179

Mónaco
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 321

Noruega
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 322

Polónia
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 323

Portugal
Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 324
Entrevista com o ex-1.º ministro Vasco Gonçalves *Carlos Pinto Santos* 50 / 35

Entrevista com o presidente Ramalho Eanes 50 / 44
Da descolonização à solidariedade *António Rosa Coutinho* 50 / 52
Reflexões sobre cooperação técnica *Sergio Ribeiro* 50 / 57
Por um correcto relacionamento *Luis Moita* 50 / 62
Formação profissional, questão central da cooperação *Octávio de Matos* 50 / 67

Prosseguir o diálogo *Guimarães Belo Marques* 50 / 71
Cooperação da Gulbenkian em áreas definidas *Natal Vaz* 50 / 73
A experiência de uma realidade diferente *Francisco Teixeira da Mota* 50 / 75
Bolseiros africanos em Portugal *Afonso Melo* 50 / 79

Portugal - Moçambique estreitam relações comerciais 56 / 67
Em seis dias Samora Machel conquistou os portugueses *Carlos Pinto Santos* 58 / 56
Governo português recua na linha de crédito *Carlos Pinto Santos* 58 / 62
Moçambique - Portugal: da confrontação ao entendimento *António Pacheco* 58 / 64

* Lisboa no eixo Washington - Pretória *Bernardo Crespo* 61 / 28
Entrevista com o músico José Afonso *Guimarães Belo Marques* 64 / 84
A África como prioridade *Baptista da Silva* 65 / 46

- * Grande adesão popular nas comemorações do 25 de abril *Carlos Pinto Santos* 66 / 7
- Portugal face à SADCC: entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama *Baptista da Silva* 66 / 35
- Os caminhos de abril *Rito Canedo* 66 / 90
- Governo português ignora plano de paz da FRETILIN 67 / 70
- * FNLA recruta mercenários em Portugal 68 / 11
- Informática: ausência de política definida *Heider Coelho* 68 / 53
- "A conspiração anti-africana em Portugal": um livro útil e oportuno *Carlos Pinto Santos* 68 / 87

Reino Unido

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 324
- Malvinas: o que pode o Reino Unido fazer com as ilhas *Horácio Verbitsky* 53 / 18
- * Grã-Bretanha sem "gurkes" 65 / 9

Roménia

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 325

São Marino

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 326

Suécia

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 327

Suíça

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 327

União Soviética

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 329

Vaticano

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 330

Médio Oriente

Agências Árabes de Notícias

- * Congresso de Agências Árabes de Notícias 63 / 78

Golfo Árábico

- A paz indivisível 62 / 13
- * Inaugurado 1.º Instituto Mundial de Cultura Curda 53 / 73
- Os crimes conexos *Beatriz Bissio* 53 / 84
- Novas alianças? *Mohamed Salem* 63 / 64
- * Os árabes voltam-se para si 67 / 10

Países

Arábia Saudita

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 36

Argélia

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 38
- O gasoduto sahariano 55 / 6

Bahrein

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 44

Ceuta

- Guia do TM 84-85 pág. 331

Egipto

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 96
- Uma plataforma para o Pentágono 56 / 28

Emiratos Árabes Unidos

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 100

Irão

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 142
- Uma leve esperança *Agustín Castaño* 55 / 66
- * 5.195 execuções em 4 anos 56 / 8
- * Eleições deverão radicalizar o regime 62 / 8
- * Balanço sangrento da guerra 68 / 17

Iraque

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 144
- Uma leve esperança *Agustín Castaño* 55 / 66
- * Balanço sangrento da guerra 68 / 17

Israel

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 317
- * Zaire: A outra porta 52 / 8
- McBride: Um ato ilegal e indefensável 52 / 47
- Entrevista com Faical Houram do Centro de Pesquisas Palestinas 52 / 43
- * Saque na Biblioteca Nacional Libanesa 52 / 22
- Tamam Shamut: assalto à arte e ao património 52 / 48
- Entrevista com bispo Ibrahim Ayyad, membro do Conselho Nacional Palestino 52 / 51
- As raízes históricas do sionismo *Roger Garaudy* 52 / 53
- Arafat: "Queremos a paz na Palestina" 52 / 59
- * Tribunal internacional 53 / 8
- Os riscos de um confronto entre a Síria e Israel *Mohamed Salem* 55 / 62
- * O acordo israel - libanês 55 / 64
- A luta pela terra 56 / 46
- Entrevista com o prefeito de Nazaré, Taufic Zayyad *Beatriz Bissio* 56 / 48
- * México: duras críticas à política de Israel na América Central *Ignacio Vadillo* 56 / 6
- Amnon Kapeliouk: "Falta um país no mapa da região" *José Carlos Gondim* 58 / 82
- Entrevista com o ex-Prefeito de Hebron, Fahed Kawasme *Beatriz Bissio* 58 / 84
- * Perfil de Yitzhak Shamir *Dina Nascetti* 58 / 85
- Entrevista com Fahed Kawasme, ex-Prefeito de Hebron *Beatriz Bissio* 58 / 86
- * Líbano: Israel impõe passaporte interno 59 / 9
- * A moratória permanente 59 / 48
- * O racismo em Israel 63 / 12
- * TNT contra populações árabes 65 / 8
- * 75 mil mulheres palestinas detidas desde 1967 65 / 14
- O triunfo dos duros e a derrota do realismo 69 / 15
- Outra eleição: para romper o impasse *Neiva Moreira* 69 / 18
- Jacobo Timmerman: as sequelas da guerra no Líbano 69 / 37
- * Problemas de aeroporto *Neiva Moreira* 70 /
- Entrevista com líder do comité contra a Guerra no Líbano, Judy Blanc *Beatriz Bissio* 70 /
- Entrevista com o deputado israelita, Mordechai Bar On *Beatriz Bissio* 70 /

Jordânia

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 149

Kuwait

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 156
- Entrevista com o vice-primeiro-ministro, Sabah El-Ahmed El-Sabah *Alberto B. Mariani* 68 / 62

Líbano

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 162
- * Preso suposto assassino de Gemayel 54 / 8
- * O acordo israel - libanês 55 / 64
- Amnon Kapeliouk: "Falta um país no mapa da região" *José Carlos Gondim* 58 / 82
- * Israel impõe passaporte interno 59 / 9
- Entrevista com o líder chiita Nabih Berri *Alberto B. Mariani* 62 / 78
- Os pontos críticos *Neiva Moreira* 65 / 62
- Conferência de Lausanne: Nada de concreto *Alberto B. Mariani* 65 / 66
- Entrevista com o presidente Amin Gemayel *Alberto B. Mariani* 65 / 70
- Uma nova etapa de um novo drama *Pablo Piacentini* 65 / 72
- Entrevista com o líder dos drusos, Walid Jumblatt *Alberto Mariani* 65 / 67
- Entrevista com o líder chiita Amal, Nabih Berri *Alberto Mariani* 65 / 68
- Entrevista com Pierre Gemayel, presidente do partido Kataeb *Alberto Mariani* 65 / 70
- Entrevista com o presidente da Frente Libanesa, Camille Chamoun *Alberto Mariani* 65 / 69
- Entrevista com líder do Comité contra a Guerra no Líbano, Judy Blanc *Beatriz Bissio* 70 /

Líbia

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 168
- Entrevista com o ministro das Relações Exteriores, Ali Trelki *Alberto B. Mariani* 58 / 51

Marrocos

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 180
- A Guerra continua, mas a paz poderá estar próxima *Baptista da Silva* 53 / 75
- A paz gorada *Carolina Quina* 63 / 69

Oman

- Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 204

Palestina
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 206
 Entrevista com Yasser Arafat *Neiva Moreira e Beatriz Bissio* 50 / 33
 * Sartawi assassinado no Congresso da Internacional Socialista 52 / 6
 Uma cultura milenar ameaçada *Beatriz Bissio* 52 / 40
 * Mohamed Mzali: "Assumir o desafio" 52 / 42
 * A posição dos jornalistas latino-americanos 52 / 16
 McBride: Um acto ilegal e indefensável 52 / 47
 Entrevista com Faïçal Houram do Centro de Pesquisas Palestinas 52 / 43
 Tamam Shamut: assalto à arte e ao património 52 / 48
 Entrevista com bispo Ibrahim Ayyad, membro do CNP 52 / 51
 Entrevista com o físico brasileiro Mário Schemberg 52 / 52
 As raízes históricas do sionismo *Roger Garaudy* 52 / 53
 Entrevista com o ex-procurador-geral dos EUA Ramsey Clark 52 / 56
 Arafat: "Queremos a paz na Palestina" 52 / 59
 Declaração final da AISPCC: "Construir um futuro de rosto humano" 52 / 60
 * OLP vai abrir delegação em Lisboa 53 / 9
 A luta pela terra 56 / 46
 Entrevista com o prefeito de Nazare, Taufic Zayyad *Beatriz Bissio* 56 / 48
 Taufic Zayyad: uma vida dedicada a seu povo 56 / 52
 Uma última hipótese para a paz? *Alberto B. Mariani* 57 / 68
 Entrevista com dirigente da OLP, Kaddumi *Alberto B. Mariani* 57 / 71
 Continua o impasse *Mohamed Salem* 57 / 78
 Amnon Kapeliouk: "Falta um país no mapa da região" *José Carlos Gondim* 58 / 82
 Entrevista com o ex-Prefeito de Hebron, Fahed Kawasme *Beatriz Bissio* 58 / 84
 Entrevista com Fahed Kawasme, ex-Prefeito de Hebron *Beatriz Bissio* 58 / 86
 Filme de Costa-Gavras sobre a Palestina 58 / 92
 * Síria destrói escritórios da Wafa 61 / 89
 * Mensagem palestina a Saraiva Guerreiro 62 / 73
 Novas alianças? *Mohamed Salem* 62 / 72
 * 75 mil mulheres palestinas detidas desde 1967 65 / 10
 Os pontos críticos *Neiva Moreira* 65 / 62
 * Novo centro cultural palestino 67 / 75
 * Assassinado jornalista palestino 67 / 76
 Israel: o triunfo dos duros e a derrota do realismo 69 / 15
 Israel: outra eleição para romper o impasse *Neiva Moreira* 69 / 18
 Cisjordânia e Gaza: resistir por todos os meios *Beatriz Bissio* 69 / 23

Entrevista com o líder da OLP, Yasser Arafat *Alberto B. Mariani* 69 / 29
 Entrevista com o bispo Ibrahim Ayyad, membro do CNP *Beatriz Bissio* 69 / 31
 Entrevista com Bassam Shaaka, ex-presidente da Câmara *Beatriz Bissio* 70 /
 El Hakawati: teatro palestino de nível profissional *Beatriz Bissio* 70 /
 Bir Zeit: uma universidade que resiste à ocupação *Beatriz Bissio* 70 /
 * A memória nacional *Beatriz Bissio* 70 /

Qatar
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 222

Sara
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 244
 A guerra continua, mas a paz poderá estar próxima *Baptista da Silva* 53 / 75
 Entrevista com membro da Frente Polisário Ahamed Bujari *Baptista da Silva/Carlos Pinto Santos* 53 / 79
 Para quando a paz? *Carolina Quina* 54 / 50
 A paz gorada *Carolina Quina* 63 / 69

Síria
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 253
 Os riscos de um confronto entre a Síria e Israel *Mohamed Salem* 55 / 62
 * Síria destrói escritórios da Wafa 61 / 89
 EUA e Síria: diálogo ou confrontação? *Mohamed Salem* 62 / 76
 Os pontos críticos *Neiva Moreira* 65 / 62
 * Damasco: a explosão urbana *Neiva Moreira* 65 / 64

Sudão
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 262

Tunísia
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 277

Yemen Democrático
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 290

Yemen do Sul
 Monografia: Guia do TM 84-85 pág. 291
 * Contra o "proteccionismo" norte-americano 66 / 13

ÍNDICE ANALÍTICO

AGRICULTURA

(ver Reforma Agrária/Problemas Rurais)

África
 56 / 9 * Plano de salvação alimentar
 57 / 10 * Produção agrícola: uma prioridade para a África
 69 / 9 * A crise alimentar
 61 / 60 Angola: Agricultura - sector decisivo de actividade económica
 57 / 12 Congo: Estudo sobre a agricultura
 53 / 8 Etiópia: Cresce o número de cooperativas
 52 / 6 Moçambique: * Produção recorde de chá
 67 / 82 Moçambique: A batalha contra a seca / Etevaldo Hipólito
 67 / 89 Moçambique: Inhambane, 10 mortes por dia / Etevaldo Hipólito
 51 / 9 Quênia: * Irrigação ou morte

América Latina
 57 / 30 Brasil: Alcool: Riscos ocultos e alternativas ignoradas / Otávio Tostes

ALFABETIZAÇÃO

(Ver também Educação)
 61 / 92 UNESCO: Analizada a alarmante situação do analfabetismo
 61 / 36 Angola: Um novo papel para as línguas nacionais
 67 / 75 Etiópia: * Estudo elogia campanha de alfabetização
 57 / 8 Zimbábue: Cabaré à noite, escola durante o dia

98 - terceiro mundo

ALIMENTAÇÃO

A fome no mundo: quinhentos mil milhões de desnutridos no ano 2000 - Guia do TM 84-85 - pág. 481
 63 / 87 Fome: alguns dados básicos / Ladislau Dowbor
 64 / 80 A Nestlé levanta a bandeira branca
 56 / 9 África: * Plano de salvação alimentar
 63 / 13 África: * Muitos países às portas da fome
 66 / 13 África: * Auxílio para o continente africano
 69 / 9 África: * A crise alimentar
 51 / 11 Ásia: * Uma couve para os trópicos
 59 / 92 Brasil: * O teatro ajuda a plantar

ARMAMENTISMO / DESARMAMENTO

55 / 82 Uma reunião pelo vida
 61 / 11 * UNESCO: Um minuto pela paz
 63 / 18 A luta pela paz / Theotônio dos Santos
 63 / 22 Declaração dos Não-Alinhados sobre desarmamento
 63 / 23 Os novos mísseis na frente europeia / Dieter Dellinger
 63 / 26 * As falhas humanas
 63 / 28 As conversações de Genebra
 63 / 30 Entrevista com o ex-presidente português Costa Gomes / Alice Nicolau
 63 / 33 A três minutos do apocalipse / Manuel B. Pereira
 63 / 34 Pequeno Dicionário Nuclear
 63 / 38 As bombas "A", "H" e de neutrões
 63 / 41 Do pesadelo nazi ao pesadelo nuclear - cronologia
 63 / 44 A lógica das armas nucleares / Ricardo Arnt
 63 / 48 Muitas Hiroshimas / Fernando Pereira Marques
 63 / 51 O "dia seguinte" do desarmamento / Carlos Castilho

- 63 / 56 Entrevista com inventor da bomba de neutrões / Samuel Cohen
63 / 57 Tratados que proíbem o uso das armas nucleares

América Latina

- 59 / 9 * Carabais: Intelectuais pedem uma "zona de paz"
51 / 11 Argentina: * Malvinas nuclearizadas?
62 / 10 Argentina: * Malvinas, base militar na esfera da OTAN
70 / 12 Cuba: * População constrói abrigos antiaéreos
59 / 7 Honduras: * Militares dos EUA são veteranos do Vietname
69 / 14 Honduras: * A ofensiva armamentista

América do Norte

- 56 / 12 EUA: O espectro do Vietname

Ásia

- 64 / 76 Coreia do Sul: A crescente militarização / Aderito Lopes
65 / 10 Índia: * Novo equipamento militar soviético / Venugopala Rao

Europa

- 61 / 9 Alemanha Federal: * Indústria de armamentos emprega um milhão
66 / 11 * Holanda oferece os seus mísseis aos vizinhos

Medio Oriente

- 62 / 13 A paz indivisível

ARTES PLÁSTICAS

- 58 / 74 Moçambique: Entrevista com o artista plástico Malangatana / Guiomar Belo Marques
58 / 77 Moçambique: Um olhar sobre Malangatana / Rui Mário Gonçalves
59 / 87 Moçambique: Muralistas descem às minas de carvão
63 / 83 México: * Homenagem a Siqueiros

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

- Os primeiros 50 números *Neiva Moreira* 50 / 4
Cadernos do Terceiro Mundo promove ato de apoio a Angola na ABI 62 / 6
Acender uma vela *Roberto Remo* 70 /
Como são feitos os Cadernos *Carlos Castilho* 70 /
1974 - 1984: Um balanço *Neiva Moreira* 70 /
* Nunca tantos escreveram à Cláudia *Carlos Pinto Santos* 70 /
Os nossos primeiros dez anos *Pablo Piacentini* 70 /
Livros 70 /
Testemunhos de uma década chave *Beatriz Bissio* 70 /

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Ciência e Tecnologia Guia do TM 84-85 - pág. 469
55 / 84 * Comunicação: em discussão o uso de novas tecnologias
68 / 32 * A incrível "inteligência artificial"
68 / 35 Terceiro Mundo: Informática, a luta pela sobrevivência

África

- 54 / 8 * Ciência e tecnologia africanas
56 / 9 África do Sul: Poderio militar... / Thalif Deen
68 / 59 Congo: Do petróleo ao computador

América Latina

- 57 / 39 Brasil: A tecnologia do álcool / Paulo Cannabrava Filho - Octávio Tostes
68 / 43 Brasil: Informática: a reserva de mercado / Cláudio Z. Mammana - Edson Fregni
68 / 44 Brasil: Informática: arrumando a casa / Octávio Tostes
68 / 56 Cuba: Informática: desafiando o bloqueio

Medio Oriente

- 55 / 6 Argélia: O gasoduto sahariano

Europa

- 50 / 57 Portugal: Reflexões sobre cooperação técnica
50 / 67 Portugal: Formação profissional, questão central da cooperação
68 / 53 Portugal: Informática: ausência de política definida

CINEMA

- 55 / 15 Angola: Revolução na cultura
55 / 16 Angola: O pescoço da gazela / Orlando Sena
55 / 28 Angola: Mayombe, um sopro novo na cultura angolana
55 / 15 Brasil: Revolução na cultura

- 56 / 73 Brasil: * "Boi de prata": cinema terceiro-mundista
56 / 73 Cuba: * Boa fase para o cinema
51 / 81 EUA: "Os negócios da CIA" / Roberto Bardini
69 / tina: Filme de Costa Gavras sobre a Palestina
67 / 73 Primeiro Festival de Cinema de Língua Portuguesa
61 / 92 Uruguai: * Peça de Benedetti em filme

COMUNICAÇÃO

- Nova Ordem Informativa Internacional Guia do TM 84-85 - pág. 457
Agências de Notícias do Terceiro Mundo Guia do TM 84-85 - pág. 466
51 / 93 Satélites - o emaranhado de olhos espaciais / Fernando Reyes Matta
53 / 11 * Computadores na ONU
55 / 85 * Inter Press Service: mais informação sobre o Terceiro Mundo
55 / 85 * Comunicação: em discussão o uso de novas tecnologias
58 / 6 Wilfred Burchett (1911 - 1983)
58 / 93 * Não-Alinhados: Reunião sobre comunicação
59 / 92 * Unesco desafia os EUA
61 / 89 * Novas fontes de comunicação
62 / 83 Reflexões sobre a informação alternativa / Javier Riosanti
65 / 88 Alemanha Federal: apoio a IPS
66 / 80 * Acordo entre PANA e IPS
67 / 76 * 20 anos de IPS
68 / 24 Transnacionais: A lei do mais forte / Carlos Castilho
68 / 26 * IBM e seu "exército" de vendedores
68 / 32 * A incrível "inteligência artificial"
68 / 33 * Apple, um Davi que virou Golias
68 / 35 Informática: a luta pela sobrevivência

África

- 55 / 84 PANA: um sonho tornado real
65 / 88 UONRTA: TV solar na África
66 / 80 * Acordo entre PANA e IPS
56 / 79 África do Sul: A imprensa alternativa na África do Sul
55 / 84 Angola: Acordo ANOP - Sociedade de Língua Portuguesa
68 / 89 Angola: * Contacto telefónico directo Portugal/Angola
68 / 59 Congo: Do petróleo ao computador
67 / 76 * Guiné cria agência de informação
65 / 37 Moçambique: * Jornalista moçambicano assassinado
67 / 10 Moçambique: Itália constrói rede de telecomunicações
68 / 89 Moçambique: * AIM inaugura serviço de telefotos
55 / 85 Quênia: governo compra editora
65 / 87 Quênia: governo promete apoiar Agência Panafricana de Notícias

América Latina

- 55 / 84 * Jornalismo: profissão perigosa na América Latina
58 / 93 * UNESCO: Aprovado projeto andino de televisão
61 / 88 ASIP boicota a ALASEI
66 / 80 * Concurso latino-americano de Jornalistas
59 / 92 Bolívia: Jornalista ganha premio da UNESCO
63 / 78 Brasil: * Crise intensifica concentração dos meios de comunicação
68 / 43 Brasil: Informática: a reserva de mercado / Cláudio Z. Mammana - Edson Fregni
68 / 44 Brasil: Informática: arrumando a casa / Octávio Tostes
55 / 85 Chile: * Reabertura da revista Apsi
58 / 93 Chile: * Mulher como presidente dos jornalistas
65 / 60 Cuba: Informática: desafiando o bloqueio
68 / 89 Cuba: Prensa Latina comemora 25 anos
65 / 87 El Salvador: Jornalistas em perigo, mesmo em época de eleições / Luis Albarrán
53 / 59 Jamaica: Um paraíso com graves problemas / Ralph Davis
66 / 80 México inaugurará satélite em 1985
64 / 63 Nicarágua: A liberdade de imprensa com nome e apelido / Carlos Castilho - Horacio Verbitsky
64 / 64 Nicarágua: Entrevista com o diretor de "La Prensa", Pedro Joaquín Chamorro Barrio / Carlos Castilho - Horacio Verbitsky
63 / 78 Panamá: * Pós-graduação em comunicação alternativa
65 / 88 Uruguai: * Um ano de fundação da agência Pressur

América do Norte

- 52 / 11 EUA: * A CIA acusa seus acusadores
65 / 60 * Correspondente da Prensa Latina proibido de trabalhar nos EUA

Ásia

- 61 / 89 Filipinas: * A rebelião da imprensa
68 / 87 Sri Lanka: * Proibido emprego de pseudónimos
51 / 29 Timor Leste: Uma inesperada denúncia / Etevaldo Hipólito

Medio Oriente

- 63 / 78 * Congresso de Agências Árabes de Notícias
61 / 89 Palestina: * Síria destrói escritórios da Wafa
67 / 76 Palestina: * Assassinado jornalista palestino

CULTURA

(Ver também: Música, Artes Plásticas, Teatro, Cinema, Línguas Nacionais e Esportes)

- 56 / 73 Restituição das obras de arte
- 63 / 84 Livros
- 65 / 89 Livros
- 67 / 77 Livros
- 51 / 89 Livros
- 52 / 82 Livros
- 53 / 95 Livros
- 54 / 80 Livros
- 55 / 91 Livros
- 56 / 75 Livros

Terceiro Mundo

- 57 / 92 Livros
- 58 / 93 * Roubos de obras de arte do Terceiro Mundo
- 58 / 94 Livros

África

- 52 / 76 Angola: Entrevista com André Mingas e Elton Medeiros / Mário Augusto Jakobskind
- 55 / 25 Angola: Entrevista com o escritor Pepetela / José Carlos Gondim
- 65 / 82 Angola: Entrevista com a pesquisadora Dulce Tupy / José Carlos Gondim
- 57 / 88 Moçambique: Ilha de Moçambique: Patrimônio cultural de todos / Guiomar Belo Marques
- 58 / 71 Moçambique: Reaprender a história / Guiomar Belo Marques
- 58 / 72 Moçambique: As danças de Moçambique
- 59 / 89 Moçambique: Os meninos de Malanga / Etevaldo Hipólito

América Latina

- 56 / 68 Entrevista com o artista Lorgio Vaca / Walter Esteves
- 57 / 80 Entrevista com o escritor Eduardo Galeano / Beatriz Bissio
- 61 / 93 * Luto na cultura latino-americana

- 52 / 76 Brasil: Entrevista com André Mingas e Elton Medeiros / Mário Augusto Jakobskind
- 65 / 78 Brasil: Carnaval no Rio - Quem não gosta de samba...? / Roberto Nascimento
- 65 / 80 Brasil: Marianne Peretti: um mural em ritmo de samba
- 66 / 79 Cuba: Elevada produção editorial em 1983
- 69 / 63 Cuba: Entrevista com Ubaldo Ceballos, desenhista de banda desenhada / Etevaldo Hipólito
- 67 / 75 Granada: * Homenagem a Maurice Bishop
- 58 / 93 Haiti: * Denunciam desaparecimento do poeta e cineasta Rossouf Labuc

Ásia

- 56 / 73 Indonésia: * Restaurado templo budista de Borobudur
- 54 / 73 Timor Leste: Entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros Mari Alkatiri / Claudia Neiva

Medio Oriente

- 52 / 40 Palestina: Uma cultura milenar ameaçada / Beatriz Bissio
- 52 / 42 Palestina: Mohamed Mzali: "Assumir o desafio"
- 52 / 47 Palestina: McBride: Um acto ilegal e indefensável
- 52 / 43 Palestina: Entrevista com Faïçal Houran, do Centro de Pesquisas Palestinas
- 52 / 48 Palestina: Tamam Shamut: assalto à arte e ao patrimônio
- 52 / 51 Palestina: Entrevista com o bispo Ibrahim Ayyad, membro do Conselho Nacional Palestino
- 52 / 52 Palestina: Entrevista com o físico brasileiro Mário Schemberg
- 52 / 59 Palestina: Arafat: "Queremos a paz na Palestina"
- 52 / 60 Declaração final da AISPSCP: "Construir um futuro de rosto humano"
- 56 / 48 Palestina: Entrevista com o prefeito de Nazaré, Taufic Zayyad / Beatriz Bissio
- 67 / 75 Palestina: Novo centro cultural palestino

DIREITO DO MAR

Novo Direito do Mar, vitória do Terceiro Mundo Guia do TM 84-85 - pag. 451

DÍVIDA EXTERNA

- 51 / 10 A crise econômica a ponto da falência
- 57 / 14 O garrote da dívida externa

- 59 / 18 Nunca tantos deveram tanto / Carlos Castilho
- 59 / 49 Dívida externa: algumas opiniões
- 70 / 58 A dívida externa e o armamentismo / A. W. Singham

África

- 59 / 40 O preço da dependência

América Latina

- 59 / 38 Quem deve o quê?
- 59 / 46 Como sair da crise
- 63 / 75 CELA: Dívida externa, o último esforço
- 63 / 76 * CELA: A declaração de Quito
- 67 / 11 * Ricos não abrem mão, América Latina tenta a união / Maluza Stein
- 68 / 91 Cartagena: nada de novo / Maluza Stein
- 59 / 31 Argentina: A herança dos militares / Horacio Verbitsky
- 66 / 56 Argentina: Os compromissos assumidos pela Argentina / Yasmin Ross
- 51 / 67 Brasil: Dívida externa: cinco mitos e uma verdade / Theotonio dos Santos
- 59 / 20 Brasil: Pela 3a. vez no Fundo / Marcos Arruda
- 59 / 23 Brasil: Quem ganha e quem perde / Theotonio dos Santos
- 59 / 28 Brasil: Entrevista com o economista Celso Furtado / Moacir Werneck de Castro
- 66 / 68 Entrevista com o economista e presidente do IERJ, Antonio Barros de Castro / Carlos Pinto Santos
- 54 / 67 México: Na encruzilhada / Miguel Conde
- 59 / 35 México: O modelo do FMI
- 54 / 34 Peru: A sexta dívida externa da América Latina / Beatriz Bissio

Ásia

- 59 / 48 * Dívida externa: a situação sob controle

Medio Oriente

- 59 / 48 Israel: * A moratória permanente

DROGAS

- 52 / 9 Bolívia: * Combate ao tráfico de narcóticos
- 67 / 20 Drogas: um poder transnacional / Beatriz Bissio
- 67 / 22 * O khat: a droga verde do continente africano
- 67 / 24 * A coca: droga ou alimento estimulante?
- 67 / 26 Bolívia: * A triste experiência dos traficantes no poder
- 67 / 30 * A cocaína viaja em cadáveres e a heroína em malas tipo James Bond
- 67 / 32 China: A guerra do ópio
- 67 / 42 Drogas naturais e sintéticas / Beatriz Bissio
- 67 / 46 OMS: "o cigarro e álcool também são drogas" / Beatriz Bissio
- 67 / 47 Itália: * Drogas: a reação dos jovens e das mães
- 67 / 48 Dr. Gabriel Nahas: "É possível erradicar a droga" / Beatriz Bissio
- 67 / 49 América Latina: * Criança por cocaína
- 68 / 10 Zaire: * Membros da comitiva de Mobutu presos por drogas em Lisboa

ECOLOGIA

(ver também Meio Ambiente)

ECONOMIA

(ver também dívida externa, produtos básicos, FMI, energia, agricultura e Norte e Sul)

- Nova Ordem Econômica Internacional Guia do TM 84-85 - pag. 391
- 52 / 10 * O Comércio Mundial diminui em 1982
- 53 / 11 * Terceiro Mundo e CEE
- 54 / 10 O sombrio horizonte dos anos oitenta
- 56 / 63 As "miragens" do modelo baseado na exportação / André Gunder Frank
- 63 / 51 O "dia seguinte" do desarmamento / Carlos Castilho
- 66 / 9 Estudos para a criação de um banco para o Terceiro Mundo
- 70 / 62 Entrevista com o economista Mário Murteira / Carlos Pinto Santos

Terceiro Mundo

- 51 / 10 A crise econômica a ponto da falência
- 61 / 86 Futuro sombrio para o Terceiro Mundo
- 64 / 11 * Créditos ao Terceiro Mundo inferiores aos países industrializados / Deodoro Roca

- 66 / 14 * Rápida expansão de trocas
68 / 15 * Os 20 anos do Grupo dos 77

África

- 50 / 62 Por um correcto relacionamento / Luis Moita
51 / 11 * Nove programas nacionais
51 / 61 Novo recuo económico
54 / 8 * Ciência e tecnologia africanas
55 / 30 SADCC - consolidação e o fortalecimento / Etevaldo Hipólito
66 / 18 SADCC: O desafio do desenvolvimento / Antonio Silva
66 / 20 * SADCC: Nove membros, 48 milhões de km²
66 / 23 SADCC: Prioridade contra a seca / Carolina Quina
66 / 26 SADCC: Transportes e comunicação: um sector vulnerável / Baptista da Silva
66 / 28 SADCC: Indústria: investir no sector agrícola
66 / 28 SADCC: Agricultura e alimentação: prioridade máxima
66 / 85 * A África e a ajuda multilateral
68 / 80 SADCC apoia feira internacional

América Latina

- 66 / 14 Democracia e integração económica

Médio Oriente

- 67 / 10 U.B.A: Os árabes voltam-se para si
65 / 64 Síria: * Damasco: a explosão urbana / Neiva Moreira

EDUCAÇÃO

(Ver também Alfabetização)

- 61 / 65 Angola: Educação - mudar o conteúdo para um ensino libertador
56 / 73 México: Ensino bilingue para indígenas
64 / 87 Namíbia: * O analfabetismo e a educação sul-africana
63 / 83 Nicarágua: * Avanços na educação
56 / 48 Palestina: Entrevista com o prefeito de Nazaré, Taufic Zayyad / Beatriz Bissio
70 / Palestina: Bir Zeit: uma universidade que resiste à ocupação / Beatriz Bissio
50 / 79 Portugal: Bolseiros africanos em Portugal / Afonso Melo
52 / 82 Sudão: * Programa cultural
54 / 8 Tanzânia: * Inovação no ensino primário
67 / 75 Zimbábue: * Ensino obrigatório

ENERGIA

(ver também Petróleo)

- 57 / 18 Alcool: o combustível do terceiro milênio / Otávio Tostes
57 / 33 Alcool: da terra para o tanque / Otávio Tostes
57 / 46 As fontes de energia do futuro / Paulo Cannabrava Filho - Otávio Tostes
61 / 11 Produção de carvão triplicará daqui a vinte anos
61 / 87 A armadilha do petróleo

África

- 57 / 44 África: Alcool: O jogo de pressões em África / Carlos Castilho
65 / 36 Moçambique: * Acordo tripartido sobre Cahora Bassa / Carlos Castilho
66 / 9 Moçambique: * Novo acordo para Cahora Bassa
66 / 27 SADCC: Energia: um consumo dependente do petróleo e da lenha / Baptista da Silva

América Latina

- 57 / 22 Brasil: Proálcool: viável, mas quem garante? / Otávio Tostes
57 / 28 Brasil: Proálcool: a participação do governo e a burocracia do Programa / Otávio Tostes
57 / 30 Brasil: Alcool: Riscos ocultos e alternativas ignoradas / Otávio Tostes
57 / 37 Brasil: Alcool: as micros e minis destilarias reduzidas à insignificância / Otávio Tostes
57 / 38 Brasil: O ressurgimento da agroindústria canavieira / Otávio Tostes
57 / 39 Brasil: A tecnologia do álcool / Paulo Cannabrava Filho / Otávio Tostes
57 / 40 Brasil: Quem ganha com o Proálcool?

ESPAÇO

- 66 / 80 * México inaugurará satélite em 1985
51 / 93 Satélites - o emaranhado de olhos espaciais / Fernando Reyes Matta

ESPIONAGEM / CIA

- 51 / 81 "Os negócios da CIA" / Roberto Bardini
52 / 11 * A CIA acusa seus acusadores
58 / 34 El Salvador: Entrevista com o cineasta Allan Francovitch / Roberto Bardini
55 / 7 México: * Expulsão do Instituto Linguístico de Verão
55 / 58 Nicarágua: Como foi desbaratado o plano da CIA / Roberto Bardini
55 / 60 Nicarágua: * Persona non grata
64 / 40 Nicarágua: O fracasso do "Plano C" / Argueles Morales
68 / 14 Nicarágua: * Ex-membro da CIA nega existência de provas contra a Nicarágua
68 / 87 "A conspiração anti-africana em Portugal": um livro útil / Carlos Pinto Santos

DESPORTO

- 67 / 15 As olimpíadas e a guerra fria
67 / 79 A política nas olimpíadas / Rodolfo de Bonis
67 / 80 África do Sul: * Os furos no boicote ao apartheid
66 / 81 Angola: Entrevista com o jogador de futebol Ângelo da Silva e o técnico Domingos Inguila João / Rodolfo de Bonis

FMI

- 58 / 14 As canhoneiras do FMI
59 / 20 Brasil: Pela 3a. vez no Fundo / Marcos Arruda
59 / 28 Brasil: Entrevista com o economista Celso Furtado / Moacir Werneck de Castro
65 / 13 Brasil: * Líder opositorista condena planos do FMI
59 / 35 México: O modelo do FMI

GEOPOLÍTICA

- 52 / 10 * As mentiras da guerra química
63 / 26 As falhas humanas
63 / 28 As conversações de Genebra
63 / 33 A três minutos do apocalipse / Manuel B. Pereira
67 / 15 As olimpíadas e a guerra fria

África

- 61 / 27 África do Sul: A geopolítica sul-africana / Neiva Moreira
52 / 8 * Zaire: A outra porta

América Latina

- 64 / 67 A guerra do Dr. K. e a paz de Contadora / Carlos Castilho - Horacio Verbitsky
53 / 18 Argentina: Malvinas: o que pode o Reino Unido fazer com as ilhas / Horacio Verbitsky
53 / 24 Argentina: Uma derrota mais grave que a de Puerto Argentino / Horacio Verbitsky
58 / 10 Granada: As chamas da guerra / Neiva Moreira
59 / 12 Granada: As lições de Granada

Ásia

- 50 / 25 Sudeste Asiático: Entrevista com o cientista social e jornalista Malcom Caldwell / Roberto Remo
51 / 21 Timor Leste: A resistência maubere e seu impacto no Sudeste Asiático / Abílio Araújo

Médio Oriente

- 56 / 58 Egito: Uma plataforma para o Pentágono
66 / 13 Yemen do Sul: contra o "proteccionismo" norte-americano

Europa

- 63 / 23 Os novos mísseis na frente europeia / Dieter Dellinger
63 / 30 Entrevista com o ex-presidente português Costa Gomes / Alice Nicolau

INFÂNCIA

- 53 / 6 Colômbia: * Crianças constituem 30% da força de trabalho
55 / 8 * Exploração do trabalho infantil
67 / 12 Argentina: * Seis mil crianças afetadas pelo desaparecimento de seus pais
67 / 14 * Dólares para as crianças pobres do mundo
67 / 49 * América Latina: Criança por cocaína

INFORMÁTICA

(Ver Ciência e Tecnologia e Comunicação)

INTERVENÇÕES ESTRANGEIRAS

África

- 65 / 27 África Austral: As razões do acordo / Carlos Castilho
- 65 / 41 África do Sul: O recuo do apartheid / Carlos Castilho
- 67 / 8 África do Sul: * O "Livro Branco" da agressão
- 58 / 8 Angola: * Livro Branco: trágico balanço de uma agressão
- 65 / 20 Angola: Negociando com um pé atrás / João Melo
- 54 / 43 Moçambique: * Denúncia na ONU
- 65 / 39 Moçambique: O encontro de Nkomati / Carlos Pinto Santos

América Latina

- 58 / 10 Granada: As chamas da guerra / Neiva Moreira
- 59 / 6 Granada: * A resistência continua
- 63 / 8 Granada: * Partidários de Bishop reorganizam-se
- 64 / 33 Nicarágua: Uma guerra em três frentes / Carlos Castilho - Horacio Verbitsky
- 64 / 72 Nicarágua: Entrevista com o diretor geral de política externa, Alejandro Bend / Carlos Castilho - Horacio Verbitsky
- 70 / 11 Nicarágua: * EUA quantificam invasão

Ásia

- 51 / 16 Timor Leste: O maubere está cada vez mais forte
- 51 / 20 Timor Leste: * Reflexão dos religiosos indonésios sobre a questão do Timor
- 66 / 12 Timor Leste: * A luta e os massacres continuam

Médio Oriente

- 70 / 75 Israel: Entrevista com líder do Comitê contra a Guerra no Líbano, Judy Blanc / Beatriz Bissio
- 59 / 9 Líbano: Israel impõe passaporte interno
- 52 / 59 Palestina: Arafat: "Queremos a paz na Palestina"
- 62 / 76 Síria/EUA: Diálogo ou confrontação? / Mohamed Salem

LÍNGUAS NACIONAIS

- 61 / 36 Angola: Um novo papel para as línguas nacionais
- 59 / 93 Bolívia: * Obrigatório o ensino de línguas nativas
- 55 / 86 Língua Portuguesa: um congresso discutível / Orlando Loureiro
- 56 / 73 México: * Ensino bilingue para indígenas
- 67 / 92 *Turquia introduz língua árabe

LITERATURA

África

- 55 / 28 Angola: Mayombe, um sopro novo na cultura angolana

América Latina

- 66 / 79 * A mulher na literatura
- 59 / 92 * Cultura transnacional
- 59 / 94 Livros
- 70 / 66 Livros
- 64 / 87 Argentina: Jorge Amado fala de Julio Cortázar
- 50 / 87 Brasil: Cordel - Manifestação popular autêntica / Joseph M. Luyten
- 63 / 83 Brasil: Nicarágua - Poemas da América Central
- 59 / 8 Chile: * As atribuições literárias de Pinochet
- 57 / 75 Nicarágua: Omar Cabezas Lacayo editado por "Cadernos" em Lisboa
- 53 / 89 Uruguai: Entrevista com o escritor Mário Benedetti / Beatriz Bissio
- 66 / 77 Uruguai: Entrevista com o poeta Daniel Viglietti / Ana González

Médio Oriente

- 56 / 52 Palestina: Taufic Zayyad, uma vida dedicada a seu povo

MATÉRIAS PRIMAS

(ver Produtos Básicos)

MEIO AMBIENTE

- 53 / 35 A guerra contra a selva / Andrés Aubry
- 55 / 42 Cabo Verde: * 2 milhões mais de árvores
- 61 / 9 Uso e abuso de pesticidas proibidas
- 64 / 82 Costa do Marfim: Perigo nas florestas / Jimoh Omo - Fadaka
- 65 / 13 México: * EUA - México debatem caso de 8.000 crianças contaminadas / Mário de Cautin
- 67 / 11 África: * Contra a seca e a desertificação

68 / 9 A luta contra o deserto

68 / 15 * Pesticidas e suas consequências

MIGRAÇÕES

Migrações Guia do TM - pág. 479

- 63 / 10 África: * Migração rural permanece no campo
- 69 / 11 África: Os homens africanos fogem da seca
- 70 / 51 EUA: As pressões contra os latinos nos EUA / Mark Fried

MULHER

- 66 / 79 América Latina: * Mulher na literatura
- 58 / 93 Chile: * Mulher como presidente dos jornalistas
- 53 / 7 EUA: "As mulheres que trabalham arruinam a família"
- 56 / 7 Índia: * Crueldade contra mulheres
- 65 / 10 Israel: * 75 mil mulheres palestinas detidas desde 1967

MÚSICA

- 52 / 73 Angola: O canto livre de Angola / Mário Augusto Jakobskind
- 52 / 78 Brasil: * ... e o canto escravo no Brasil / Antonio Espírito Santo
- 66 / 79 Chile: * Cantor peruano assassinado pela polícia chilena
- 63 / 79 Cuba: Entrevista com o músico Pablo Milanés / Laura Avellaneda
- 64 / 84 Portugal: Entrevista com o músico José Afonso / Guiomar Belo Marques

NORTE / SUL

- 51 / 11 UNCTAD: * Norte - Sul
- 54 / 14 Cancun, um passo à frente / Neiva Moreira
- 55 / 12 UNCTAD VI: O impasse do diálogo norte/sul
- 57 / 14 O garrote da dívida externa
- 57 / 44 Alcool: O jogo de pressões em África / Carlos Castilho
- 59 / 18 Nunca tantos deveram tanto / Carlos Castilho
- 61 / 86 Futuro sombrio para o Terceiro Mundo
- 63 / 87 Fome: alguns dados básicos / Ladislau Dowbor
- 64 / 11 * Créditos ao Terceiro Mundo inferiores aos dos países industrializados / Deodoro Roca
- 68 / 19 Sete Grandes: Uma vitória política do candidato Reagan

PACIFISMO

(Ver Armamentismo / Desarmamento)

PETRÓLEO

- 52 / 12 * Um acordo "in extremis"
- 57 / 77 A tempestade passou / Pablo Piacentini
- 61 / 11 * Países industrializados importam maioria do petróleo
- 70 / 9 * OPEP: Em estudo redução de produção

Terceiro Mundo

- 61 / 87 A armadilha do petróleo

África

- 65 / 12 Angola: * Aumenta a produção petrolífera
- 70 / 9 Angola: * Aumenta a produção petrolífera

América Latina

- 53 / 9 México: queda de preço do petróleo poderia suspender o acordo de São José
- 55 / 54 Venezuela: A crise no sector petrolífero / Susana Pezzano
- 63 / 8 China: * Petróleo chinês
- 64 / 11 Equador: * Aumento de exportação de petróleo
- 65 / 18 Petrolíferas estatais entre as empresas com maiores vendas

POPULAÇÃO

(ver também MIGRAÇÕES)

- 65 / 10 África: * Causa alarme a taxa de crescimento / John Worrall

PROBLEMAS SOCIAIS

(Ver também Racismo, Sindicatos, Reforma Agrária, Infância, Saúde, Alimentação, Drogas, Meio Ambiente, População.)

- 70 / 13 Bangladesh: * Depois da enchente, a fome
52 / 7 Gana: Como assegurar a sobrevivência?
67 / 82 Moçambique: A batalha contra a seca / Etevaldo Hipólito
67 / 85 Moçambique: Um hospital coberto de palha / Etevaldo Hipólito
67 / 87 Moçambique: Os estragos do Demoina / Etevaldo Hipólito
67 / 92 Moçambique: Ajuda Internacional / Etevaldo Hipólito
67 / 93 Moçambique: Organizar para sobreviver / Etevaldo Hipólito
68 / 13 Nicarágua: * Mosquitos tem novo organismo
65 / 64 Síria: * Damasco: a explosão urbana / Neiva Moreira
O Terceiro Mundo defende seus recursos Guia do TM 84-85 - pág.411
69 / 77 Açúcar: o preço amargo da crise

América Latina

- 56 / 7 Brasil: * Capital estrangeiro controla 40% da produção de minérios

PRODUTOS BÁSICOS

(ver Petróleo)

RACISMO -- PROBLEMAS ÉTNICOS

- 53 / 35 A guerra contra a selva / André Aubry
57 / 8 Nações Unidas: termina conferência sobre racismo
58 / 7 * Os perigos dos cremes para embranquecer a pele

África

- 51 / 38 África do Sul: Entrevista com Franz Lee / Germán Wettstein
53 / 11 África do Sul: * Apartheid e desemprego
54 / 6 África do Sul: * Justiça
54 / 6 África do Sul: Jardins do "apartheid"
62 / 80 África do Sul: Ciskei, o "corredor da vergonha" / Carlos Castilho
62 / 94 África do Sul: Carta da liberdade - visão de uma África do Sul livre
64 / 10 África do Sul: * Discriminação salarial e acidentes de trabalho
65 / 13 África do Sul: * Novo bantustão
65 / 41 África do Sul: O recuo do apartheid / Carlos Castilho
67 / 8 África do Sul: * Prossegue a expulsão de negros
67 / 80 África do Sul: * Os furos no boicote ao apartheid
69 / 79 África do Sul: As transnacionais e o apartheid
70 / 35 África do Sul: A nova revolta de Sharpeville / Carlos Castilho
44 / 14 Namíbia: As cisões no apartheid / Carlos Castilho
64 / 87 Namíbia: * O analfabetismo e a educação sul-africana

América Latina

- 57 / 94 Brasil: Projeto Feitoria - Duzentos anos de presença negra / Henrique Menezes
53 / 51 Guatemala: Entrevista com a dirigente da FP-31, Rigoberta Menchú
64 / 27 Honduras: * Mosquitos: Premio Nobel denuncia massacre
68 / 13 Nicarágua: Mosquitos tem novo organismo

América do Norte

- 56 / 91 EUA: Reagan e os índios: as boas intenções do "cow-boy"

Ásia

- 51 / 31 Índia: A tragédia de Assam / Narinder Koshla
57 / 75 Sri Lanka: Uma ilha em chamas / Narinder Koshla
65 / 9 Sri Lanka: ONU apóia conferência étnica

Médio Oriente

- 52 / 53 Israel: As raízes históricas do sionismo / Roger Garaudy
63 / 12 Israel: * O racismo em Israel

REFORMA AGRÁRIA -- PROBLEMAS RURAIS

- 54 / 91 Paraguai: A luta pela terra / Paulo Cannabrava Filho
62 / 10 El Salvador: * Fracasso da reforma agrária

RELIGIÃO -- IGREJAS

- 52 / 65 América Central: A cor das lentes com que o Vaticano olha a América Central / Micaela Ramada
69 / 87 * Os "profetas" do anti-comunismo na América Central / Debora Huntington
55 / 55 Guatemala: O verbo fez-se presidente
64 / 26 Nicarágua: * A polarização da igreja
69 / 84 Nicarágua: Entrevista com o padre Xabier Gorostiaga
52 / 48 Palestina: Tamam Shamut: assalto à arte e ao patrimônio
52 / 51 Palestina: Entrevista com o bispo Ibrahim Ayyad, membro do Conselho Nacional Palestino

- 67 / 70 Timor Leste: Bispos indonésios e portugueses rompem silêncio
56 / 36 Uruguai: A ofensiva da igreja e a intransigência dos militares

SAÚDE

A tradição ajuda a curar os males do progresso Guia do TM 84-85 -- pág. 485

- 51 / 11 * Latas vazias são um veneno
51 / 59 A luta contra as transnacionais farmacêuticas / Agustín Castaño
53 / 8 * Terceiro Mundo tem 75% dos deficientes físicos
54 / 9 Terceiro Mundo: coabita das transnacionais
55 / 8 * A crise chega aos hospitais
58 / 7 * Vacina contra a lepra
66 / 74 Os remédios que matam / Gilles de Wildt
68 / 15 * Pesticidas e suas consequências
54 / 6 África do Sul: * "Esperança de vida"
68 / 11 África do Sul: * Denúncias de abusos psiquiátricos
61 / 63 Angola: Saúde Pública: usar os recursos locais
70 / 12 Chile: * Os médicos torturadores
56 / 8 Cuba: * Avanços na saúde pública
67 / 85 Moçambique: Um hospital coberto de palha / Etevaldo Hipólito

SINDICATOS -- PROBLEMAS TRABALHISTAS

- 64 / 10 África da ditadura
58 / 93 Chile: * Mulher como presidente dos jornalistas
54 / 91 Paraguai: A luta pela terra / Paulo Cannabrava Filho
62 / 54 Uruguai: Entrevista com Victor Semproni, secretário executivo do Plenário Intersindical / Beatriz Bissio

SUL / SUL

- 66 / 85 A África e a ajuda multilateral

TEATRO

- 59 / 92 Brasil: * O teatro ajuda a plantar
61 / 90 Humboldt e Bolívar - O teatro ao serviço da causa popular / Maluza Stein
70 / Palestina: El Hakawati: teatro palestino de nível profissional / Beatriz Bissio
53 / 93 Uruguai: Contigo América - um teatro vinculado às lutas de libertação

TECNOLOGIA

(Ver Ciência e Tecnologia)

TRANSNACIONAIS / BANCOS INTERNACIONAIS

As empresas transnacionais Guia do TM 84-85 - pág. 399

- 51 / 59 A luta contra as transnacionais farmacêuticas / Agustín Castaño
55 / 80 Europa: As transnacionais preferem guardar segredo / Agustín Castaño
63 / 44 A lógica das armas nucleares / Ricardo Arnt
64 / 80 A Nestlé levanta a bandeira branca / Agustín Castaño
65 / 8 * Crescem investimentos ocidentais
66 / 74 Os remédios que matam / Gilles de Wildt
68 / 24 Transnacionais: A lei do mais forte / Carlos Castilho
68 / 26 * IBM e seu "exercito" de vendedores
68 / 33 * Apple, um Davi que virou Golias

Terceiro Mundo

- 54 / 9 * Terceiro Mundo: coabita das transnacionais

África

- 63 / 8 África do Sul: * Daimler Benz aumenta participação
69 / 79 África do Sul: As transnacionais e o "apartheid"
64 / 10 Sudão: * A Chevron Oil Company suspende as suas actividades

América Latina

- 56 / 7 Brasil: * Capital estrangeiro controla 40% da produção de minérios
59 / 23 Brasil: Quem ganha e quem perde / Theotonio dos Santos

ISSO MESMO! EXIGIMOS
A PARTICIPAÇÃO DOS
REBELDES CONTRA-REVOLU-
CIONÁRIOS NAS CONVER-
SAÇÕES COM

OS SANDINIS-
TAS DA
NICARÁGUA.
É CONDIÇÃO
SINE QUA
NON!



AFINAL, QUE DIABO
DE DEMOCRACIA
NICARAGUENSE
É ESSA?



COMO? NÓS NEGOCIARMOS
COM OS GUERRILHEIROS
DE EL SALVADOR?
É CLARO QUE NÃO!!!
NEM

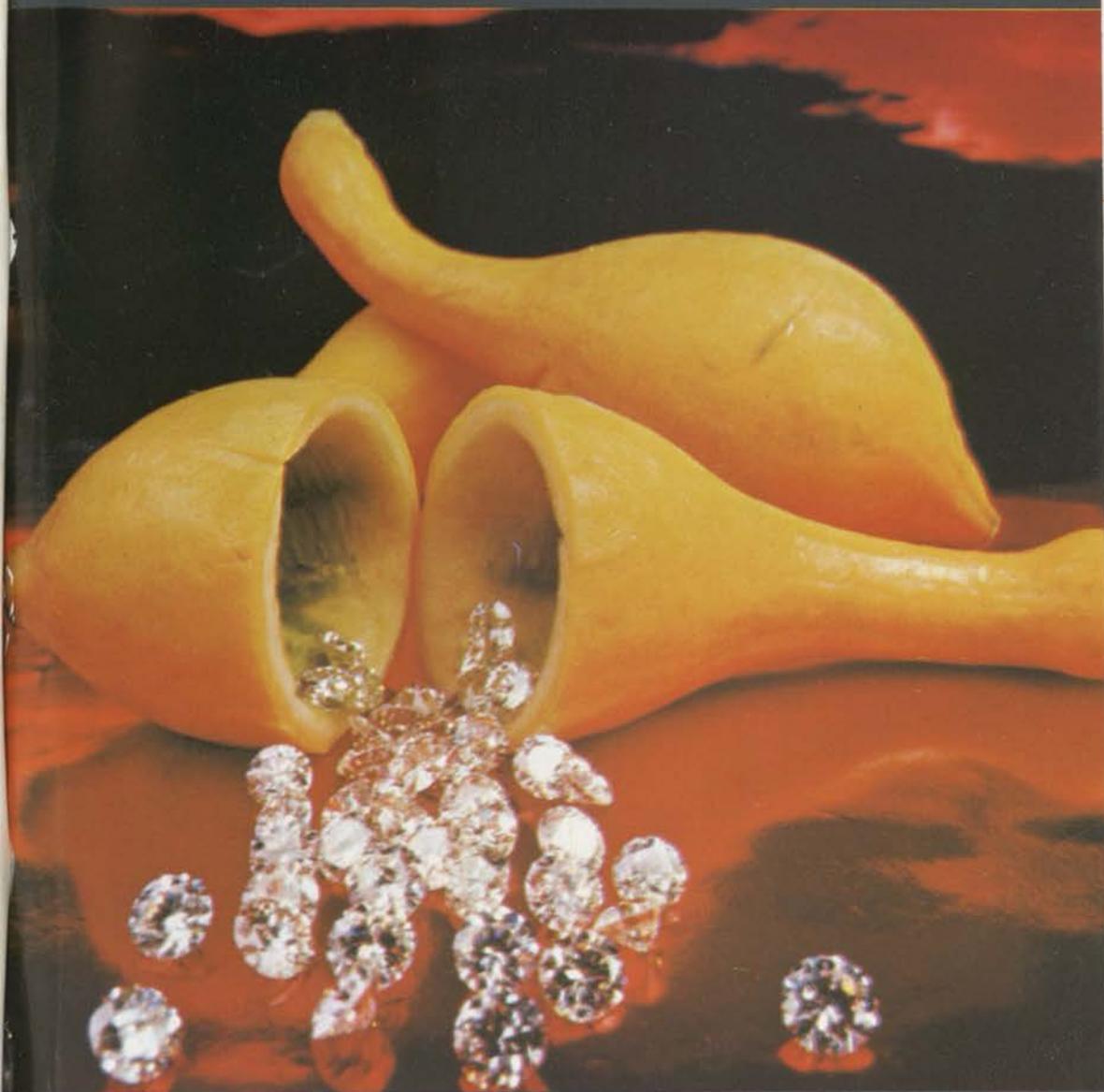
PENSAR
NISSO!
ERA O
QUE
FALTAVA!



AFINAL, QUE DIABO
DE DITADURA
SALVADORENHA
É ESSA?



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

HUMOR: MARIANO

UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel 33671 7/3 CP. 342
Telex IN CAFE LUANDA